MAPEAMENTO DOS IMPACTOS DA MINERAÇÃO ILEGAL NA AMAZÔNIA

MAPEAMENTO DOS IMPACTOS DA MINERAÇÃO ILEGAL NA AMAZÔNIA

INSTITUTO CONVIVA

Brasília
2025

MAPEAMENTO DOS IMPACTOS DA MINERAÇÃO ILEGAL NA AMAZÔNIA

1ª Edição – junho de 2025

Publicação Digital

Rede Eclesial Pan-Amazônica

Presidente: Dom Evaristo Pascoal Spengler

Vice-Presidente: Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Ecônomo: Dom Nereudo Freire Henrique

Secretaria Executiva: Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Organização

Márcia Maria de Oliveira

Joel Valerio

Elaboração

Camila Del Nero

Gabriela da Silva Santos

Apoio editorial

Revisão: Marcos Antonio Pereira Gomes

Diagramação: Raul Benevides

Contato: www.repam.org.br

repambrasil@repam.org.br

Realização:

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil

Instituto Conviva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	8
REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM)	8
INSTITUTO CONVIVA	10
1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPEAMENTO	12
1.1. OBJETIVOS	14
1.1.2. OBJETIVO GERAL	14
1.1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.1.4. NOTA SOBRE A METODOLOGIA	14
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E JUSTIFICATIVA DO MAPEAMENTO	20
3. ELEMENTOS HISTÓRICOS	27
3.1. GARIMPO E MIGRAÇÕES	29
3.2. A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÕES, TRÁFICO DE PESSOAS E OS GARIMPO DA AMAZÔNIA	42
4. O GARIMPO INTERPRETADO PELAS “MARRETEIRAS”	79
5. OS IMPACTOS DO GARIMPO OBSERVADOS EM CADA ESTADO	94
5.1. O GARIMPO NO ESTADO DO AMAZONAS	95
5.2. CARACTERÍSTICAS DO GARIMPO ILEGAL NO ESTADO DE RORAIMA	106
5.3. A SITUAÇÃO DO GARIMPO NO PARÁ	120
5.4. O GARIMPO EM RONDÔNIA	126
6. RESISTÊNCIAS AO GARIMPO: ALTERNATIVAS APRESENTADAS NO CAMPO, NA CIDADE E NA FLORESTA	132
6.1. A PERSPECTIVA DO BEM VIVER	137
CONCLUSÕES	140
REFERÊNCIAS	149

Mapa da Terra Indígena Yanomami

Organização Regional, Aspectos Físicos, Linguísticos e Equipamentos Públicos

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DPDS)
COORDENAÇÃO GERAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS (CGPDS)

Venezuela

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

LEGENDA

- Amazônia
- Roraima
- Principais Rios
- Limites Regiões*
- Unidade E
- Sedes dos
- Coorden
- Coorden

* As regiões mencionadas no presente são adotadas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena que subdivide a TI em 37 polos base de saúde.

Fonte: Limites Polos Base Terra Indígena Yanomami, IB (ANA); Municípios, Sedes Municipais, Polos fronteira (S Técnica Local (CTL) Funai).

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM)

A Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil – constitui um serviço da Igreja no Brasil para os povos da Amazônia. É um esforço da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), das Igrejas Particulares (dioceses e prelazias), paróquias, comunidades, organizações sociais e cooperadores nacionais e internacionais para a defesa dos direitos humanos de mulheres

e homens, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, e tantas outras expressões e trajetórias de vida emersas na Amazônia.

A REPAM-Brasil aposta no protagonismo dos povos amazônicos na defesa e cuidado da casa comum através de um serviço de interconexão e articulação de ações, que se dinamizam a partir de núcleos temáticos: Formação e Métodos Pastorais, Justiça Socioambiental e Bem Viver, Direitos Humanos e Incidência Política. Povos Amazônicos e Territórios e Comunicação para a transformação social se constituem como linhas de serviços transversais com o papel de fazer interface com os Núcleos Temáticos. É uma rede tecida com a participação ativa e corresponsável em defesa da vida na Amazônia, que se propõe a escutar, acompanhar, animar, formar e unir forças para responder aos grandes desafios socioambientais.

A REPAM-Brasil está constituída como uma rede de articulação, formação, mobilização e incidência na Amazônia Legal e, desde 2017, é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter religioso e filantrópico. Entidade Eclesiástica sem fins lucrativos e de fins não econômicos, constituída como Organização Religiosa por prazo indeterminado. Disponível em: <https://repam.org.br/>.

INSTITUTO CONVIVA

INSTITUTO CONVIVA

O Instituto CONVIVA é uma organização sem fins lucrativos que nasce no contexto pandêmico, em 2020. Diante de diversos ataques à democracia, nesse mesmo ano, com o intuito de intervir nos desafios vivenciados pelos povos da Amazônia, professores, estudantes e uma equipe multidisciplinar se juntaram na iniciativa de contribuir na garantia e defesa dos direitos e no acesso ao bem-estar, buscando a equidade, justiça e paz social.

O principal objetivo do CONVIVA é lutar pela garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal e pelo fortalecimento da autonomia dos povos da Amazônia.

A iniciativa deu-se no contexto que a pandemia da Covid-19 ampliou e evidenciou ainda mais as camadas de desigualdade nos níveis socioeconômicos, sanitários, étnico-raciais, de gênero, entre outras interseccionalidades. Considerando a conjuntura de retrocessos nas políticas públicas no que diz respeito aos povos indígenas, ao movimento negro, às mulheres, aos migrantes e às comunidades tradicionais, os pesquisadores da Universidade Federal de Roraima formaram o Instituto Conviva como resposta aos desafios vivenciados em 2020.

Com uma equipe multidisciplinar nos campos da educação, jurídico, social e cultural, saúde, urbanização, políticas públicas, entre outros, realizaram-se consultorias e assessorias em nome da instituição, com diversos projetos envolvendo atividades para as crianças,

para a juventude, idosos, camponeses, povos indígenas e migrantes internos e internacionais.

Alguns deles se destacam, tais como: A implementação de ações do projeto “Amazônia: Cuidando da casa comum”; Conscientização, educação intercultural e educação bilíngue nos centros educacionais Fé e Alegria, em 2022; contribuições científicas para o Mapa da violência na Amazônia, em 2023; projetos sobre sustentabilidade ambiental a partir de gênero, ainda em 2023, finalizando com a consultoria para ações futuras para o Departamento de Mulheres Indígenas de Roraima do Conselho Indígena de Roraima.

Atualmente, somam-se como parceiros do Instituto Conviva o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Rede de Migrações Unidos no Brasil, o Fundo Socioambiental Casa, a Associação de Mulheres de João de Barro, a Fundação Fé e Alegria do Brasil, a Fio Cruz, Associação dos povos indígenas da Terra Indígena São Marcos e o Conselho Indígena de Roraima. Disponível em: <https://www.institutoconviva.com/>.

1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPEAMENTO

O **mapeamento dos impactos da mineração ilegal na Amazônia** é uma iniciativa da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) em parceria com o Instituto Conviva. O projeto foi executado a partir de intensas pesquisas de campo realizadas pela equipe de pesquisadores(as) do Instituto Conviva. Apresenta de forma objetiva os principais prejuízos da mineração, especialmente do garimpo ilegal, nas comunidades diretamente afetadas.

O mapeamento contribuirá para orientar os trabalhos, a presença e a missão da Igreja na Pan-Amazônia, os quais se propõem a defender e a promover a vida e um ambiente sustentável nessa região, em solidariedade com os mais pobres e excluídos e, em particular,

com os povos indígenas, a fim de alcançar uma maior incidência nas decisões que afetam esse território e suas populações.

O mapeamento consta de um diagnóstico preciso que subsidiará a continuidade dos trabalhos da Repam na região à luz da Encíclica *Laudato Si'* (Papa Francisco, 2015), do Documento Final da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Pan-amazônia (Papa Francisco, 2019), da Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia (Papa Francisco, 2020), da Exortação Apostólica *Laudate Deum* (Papa Francisco, 2023) e do Sínodo da Sinodalidade.

Fundamentado nos princípios que orientaram o processo de preparação para o Sínodo da Amazônia, o mapeamento contribuirá para fortalecer as identidades amazônicas e amazonizar a luta em defesa dos povos da Amazônia. Oferecerá elementos para “conhecer a riqueza do bioma, os saberes e a diversidade dos Povos da Amazônia, especialmente dos povos Indígenas, suas lutas por uma ecologia integral, seus sonhos e esperanças”; para “reconhecer as lutas e resistências dos Povos da Amazônia, que enfrentam mais de 500 anos de colonização e de projetos desenvolvimentistas pautados na exploração desmedida e na destruição da floresta e dos recursos naturais”.

Todos esses elementos contribuem para um projeto de “convivência com a Amazônia, com o modo de ser de seus povos, com seus recursos de uso coletivo compartilhados num modo de vida não capitalista adotado e assimilado milenarmente”; para defender a Amazônia, seu bioma e seus povos ameaçados em seus territórios, injustiçados, expulsos de suas terras, torturados e assassinados nos conflitos agrários e socioambientais, humilhados pelos poderosos do agronegócio e dos grandes projetos econômicos desenvolvimentistas¹.

Foram contemplados no mapeamento elementos que definem a importância da Amazônia e o cuidado da Casa Comum para propor

1 Sínodo para a Amazônia, disponível em: <https://repam.org.br/sinodo-para-a-amazonia/>.

ações futuras no âmbito da nova iniciativa da vivência da Ecologia Integral na Pan-Amazônia à Luz da *Laudato Si'* e da Querida Amazônia (Papa Francisco, 2015 e 2020, respectivamente).

1.1. OBJETIVOS

1.1.2. OBJETIVO GERAL

Mapear as comunidades mais impactadas e afetadas pela mineração ou garimpo ilegal na Amazônia.

1.1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Identificar os impactos socioambientais mais graves que afetam diretamente a vida das comunidades e dos ecossistemas da Amazônia;
- 2) Averiguar a influência do poder econômico da mineração sobre as decisões políticas na Amazônia;
- 3) Relacionar as ausências de políticas públicas para a região com o avanço da mineração ilegal e com a atuação do crime organizado.

1.1.4. NOTA SOBRE A METODOLOGIA

O mapeamento foi orientado pela metodologia qualitativa com dimensão participativa das comunidades, a fim de mensurar os resultados das pesquisas de campo relacionados com os objetivos e resultados preestabelecidos.

A metodologia consta de dois eixos transversais: marco conceitual/atitudinal e procedimental. A partir do eixo conceitual/atitudinal, pretende-se identificar as mudanças ou transformações na vida cotidiana das comunidades envolvidas diretamente com as diversas modalidades de mineração. Serão observadas as mudanças de valores

e atitudes e os fatos reais resultantes dos processos de mineração, considerando também a contribuição epistemológica, tais como: publicações, estudos e pesquisas, entre outros.

A partir do eixo processual, foram observados aspectos históricos da mineração no Brasil e na Amazônia que têm por referência a “economia de enclave”, um modelo dominante imposto a uma imensa região, reduzindo a diversificação e o investimento em economias locais autossustentadas. “Este modelo implica uma forte concentração de poder (monopólio) e permite a extração de minério com baixos custos e altos lucros”². Dessa forma, “a mineração está entre as causas dos impactos socioambientais mais graves na Amazônia, com 45.065 concessões mineradoras em operação ou aguardando aprovação, das quais 21.536 se sobrepõem às áreas protegidas e terras indígenas”³.

Antunes *et al* (2018) define a metodologia como sendo o coração da pesquisa. Pesquisadores que investigam as relações sociais em instituições de ensino buscam compreender a sua realidade estudada e utilizam métodos e técnicas de natureza variadas para investigar essas realidades tão distintas.

Segundo Antunes *et al* (2018), a estatística descritiva aliada às entrevistas em profundidade, a análise clínica entrelaçada aos estudos experimentais, os estudos quase-experimentais combinados a entrevistas abertas, dados e indicadores demográficos aliados a etnografia, o próprio estudo etnográfico, utilizando de questionário como ferramenta de coleta de dados para uso e construção de escala de valores; tais abordagens combinadas envolvem análises quantitativas

2 Padre Dário Bossi: A influência do poder econômico da mineração na Amazônia. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/influencia-poder-economico-mineracao-amazonia/#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20est%C3%A1%20se%20tornando,floresta%20amaz%C3%B4nica%20durante%20o%20per%C3%ADodo.>

3 Idem.

e qualitativas integradas e contrastadas segundo eixos analíticos, que permitem interpretações de diversas naturezas.

A pesquisa de campo levantou elementos que corroboram os principais questionamentos que se apresentam com relação aos processos de legitimação política e econômica da mineração na Amazônia. Para Antunes et al (2018, p. 594), “a comunidade e a sociedade são investigadas também nos microcosmos interacional”. A realidade dinâmica dessas interações possibilita ao(à) pesquisador(a) a escolha de uma maior diversidade de métodos e técnicas que o(a) auxilie na busca por compreender os problemas de pesquisa abordados.

No contexto Amazônico, a pesquisa de cunho bibliográfico e documental (GIL, 2012) buscou coletar informações a partir de textos, livros, artigos em revistas eletrônicas e impressos e demais materiais de caráter científico e indispensável a uma pesquisa com populações amazônicas (OLIVEIRA e DIAS, 2020). Foram realizadas diversas incursões ao campo, resultando em intensa pesquisa de campo com narrativas em tom de denúncia.

Todos esses instrumentais de pesquisa possibilitaram a produção de informações pela análise de documentos oficiais e entrevista com as comunidades mais afetadas pela mineração. Todos esses dados foram coletados com pesquisas de campo realizadas pela equipe de pesquisadores(as) do Instituto Conviva, em territórios referenciais e com a utilização de recursos tecnológicos, como WhatsApp e videochamadas. Algumas narrativas foram gravadas e transcritas com a devida autorização dos participantes.

As pesquisas de campo foram realizadas com oficinas pedagógicas participativas em diversas realidades e contextos da Amazônia, com destaque para grupos de pessoas em situação de rua em Manaus, Altamira (PA), Porto Velho e Boa Vista. Essas cidades foram escolhidas para essa modalidade metodológica por concentrarem mais da metade da população da Amazônia. As oficinas pedagógicas obje-

tivaram refletir sobre os impactos do garimpo na vida das comunidades. Fundamentadas na metodologia da Educação Popular (FREIRE, 1986), as reflexões foram sistematizadas em forma de relatórios com destaques para algumas narrativas.

As pesquisas de campo com entrevistas individuais foram aplicadas a pessoas que vivem nas regiões mais implicadas com o garimpo ilegal. O instituto convivia destacou equipes de pesquisadores formadas por sociólogos(as), comunicadores(as) e antropólogos(as) para as regiões consideradas mais estratégicas indicadas no levantamento documental de algumas instituições que estudam e acompanham as comunidades e povos mais afetados pelo garimpo ilegal na Amazônia, dentre as quais se destacam:

- 1) Instituto Socioambiental (ISA), “desde 2001, o ISA é uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Temos equipes e escritórios permanentes em São Paulo, Distrito Federal e quatro estados amazônicos, além de compromissos de longo prazo com parceiros nas regiões do Vale do Ribeira, Xingu e Rio Negro”. O ISA conta com um amplo acervo sobre a dramática situação dos povos indígenas impactados pelo garimpo ilegal, disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Essa documentação foi fundamental na pesquisa exploratória e documental.
- 2) Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. “Breves considerações conceituais e metodológicas sobre o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” estão disponíveis em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/breves-consideracoes-conceituais-e-metodologicas-sobre-o-mapa-de-conflitos-e-injustica-ambiental-em-saude-no-brasil/>. Este portal foi fundamental para identificar as regiões mais afetadas pelo garimpo ilegal e para decidir onde seriam realizadas as pesquisas de campo.
- 3) Relatórios “Violência Contra Povos Indígenas” e “Conflitos no Campo” de 2023 do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e

da Comissão Pastoral da Terra (CPT), respectivamente. Dados disponíveis em: <https://cimi.org.br/2024/08/cimi-e-cpt-relatorios-2023-rr/>.

- 4) Greenpeace Brasil: “uma organização ambiental que existe porque o planeta e seus ecossistemas precisam de quem os defenda. Estamos no Brasil há mais de 30 anos denunciando e confrontando governos, empresas e projetos que incentivam a destruição da Amazônia e ameaçam o clima global”. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garimpo-ilegal-e-seus-impactos/>.
- 5) A Casa NINJA Amazônia: “é um centro de ativismo que mobiliza e conecta defensores para uma rede de defesa permanente da Amazônia”. Disponível em: <https://midianinja.org/garimpo-ilegal-devasta-terras-indigenas-no-brasil-aponta-levantamento-do-greenpeace/>.
- 6) La Red Iglesias y Minería: “es un espacio ecuménico, conformado por comunidades cristianas, equipos pastorales, congregaciones religiosas, grupos de reflexión teológica, laicas, laicos, obispos y pastores que buscamos responder a los desafíos de los impactos y violaciones de los derechos socio-ambientales provocados por las actividades mineras en los territorios donde vivimos y trabajamos”. Disponível em: <https://iglesiasymineria.org/quienes-somos/>.

A Pesquisa de Campo permitiu coleta de dados através de entrevistas com mediação tecnológica, com o uso de celular para gravação de voz⁴ e, eventualmente o aplicativo WhatsApp, que permite realizar videochamada de forma acessível em alguns casos de participantes indicados por terceiros e que apresentaram dificuldades de acesso para a entrevista presencial. Os resultados foram apresentados de modo estruturado, com ajuda de tabelas e gráficos.

4 Em hipótese alguma os(as) participantes serão filmados(as) ou fotografados(as). Esta estratégia contribui para resguardar a identidade dos(as) participantes.

A metodologia qualitativa foi aplicada com o devido cuidado e com o suporte do levantamento bibliográfico e documental, com os indicadores oficiais traçando um cruzamento de informações de modo a melhor apresentar o desenvolvimento dos resultados que permitiram uma visão mais clara das necessidades locais (diagnóstico). A metodologia qualitativa orientou o método da entrevista, que pressupõe um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, no caso o garimpo ilegal, mediante uma conversação de natureza profissional possível de ser realizada mesmo com mediação tecnológica (GIL, 2012). As entrevistas recolheram narrativas de experiências relacionadas com o garimpo ilegal em regiões estratégicas da Amazônia. Os dados foram organizados e sistematizados, separados por grandes áreas, de forma que se obteve um mapeamento geral dos impactos do garimpo ilegal na Amazônia.

Não foi possível realizar a Cartografia Social (ALMEIDA, 2014), prevista para levantar e apresentar os impactos do garimpo ilegal na Amazônia. Isso ocorreu porque o tempo foi muito reduzido para percorrer as regiões, muitas de difícil acesso, e os recursos financeiros planejados foram insuficientes e não permitiram permanecer mais tempo em cada uma delas para realização das oficinas cartográficas. Entretanto, esta metodologia poderia ser aplicada em outra ocasião para completar as informações ora levantadas neste diagnóstico.

Ao final dos trabalhos, foi realizada uma compilação do conhecimento gerado a fim de evidenciar os impactos da mineração como um importante campo da produção do conhecimento na Amazônia, além de propor ações para o futuro, ou seja, propor os elementos centrais para a continuidade de projetos como resultado do mapeamento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E JUSTIFICATIVA DO MAPEAMENTO

Em 26 de abril de 2022, a Amazônia foi impactada com a notícia do estupro e assassinato de uma criança de 12 anos por garimpeiros que atuavam de forma ilegal na Terra Indígena Yanomami. O caso veio à tona depois que alguns indígenas da comunidade Aracaçá, na região de Waikás, município de Amajari, uma das regiões mais atingidas pelo garimpo ilegal, denunciaram o fato ao presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana (Condisi-YY), Júnior Hekurari Yanomami, no dia 26 de abril.

De acordo com as informações repassadas ao presidente da Condisi-YY, os garimpeiros levaram uma mulher e suas crianças numa canoa. No meio do rio, teriam jogado a criança de 3 anos. Desespe-

rada, a mãe pulou para tentar salvar a criança, mas não teve êxito. A mãe conseguiu se desvencilhar dos criminosos. Contudo, a filha de doze anos não teve a mesma sorte: foi levada e estuprada até a morte e o corpo foi deixado às margens do rio.

Como ocorre em qualquer situação de morte, não importando as circunstâncias, a comunidade realizou os rituais fúnebres, nos quais os corpos são cremados. Esse fato inviabilizou a confirmação do fato por parte de agentes da Polícia Federal e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que foram ao local indicado para buscar o corpo e apurar o acontecido, mas não encontraram nada. Como era de se esperar, após os rituais fúnebres, a comunidade se deslocou para lugar ignorado, a fim de fugir de novos ataques e, de modo especial, para proteger a única sobrevivente.

A invasão de garimpeiros nas comunidades indígenas em toda a Amazônia tem sido constante desde a retomada do garimpo ilegal, intensificado a partir de 2018. Encorajados pelo discurso do Governo Federal, que vem insistindo no direito de exploração dos recursos naturais por justificativas meramente econômicas, milhares de garimpeiros adentram territórios indígenas com estratégias de controle e exploração. Os crimes sexuais contra mulheres e crianças Yanomami são estratégias utilizadas por garimpeiros para desestabilizar as comunidades e suas resistências.

Uma leitura atenciosa desse bárbaro acontecimento revela diversas estratégias de controle vinculadas ao garimpo ou para sua viabilidade. Além da violência explícita que representa a invasão garimpeira com a destruição e contaminação do território, a violência sexual é uma forma de desmoralização de toda a comunidade e representa especialmente um ataque aos homens. O sequestro de mulheres é outro código importante. Novamente estão desafiando os homens e afirmando que eles não são capazes de proteger suas famílias. Essas estratégias covardes desestabilizam a comunidade emocionalmente.

O estupro e assassinato de uma criança é um recado de grupos que fazem do garimpo um espaço de controle e dominação. Com essa atitude, estão dizendo aos indígenas e a outros garimpeiros que quem está no comando não tem escrúpulos e é capaz de tudo para se manter no controle da atividade econômica que envolve outras atividades ilícitas, além do garimpo ilegal, tais como o tráfico de drogas e de pessoas e a exploração do trabalho análogo à escravidão.

Outra leitura importante e necessária é a identificação da estratégia da expulsão. Os operadores do garimpo ilegal conhecem os códigos culturais dos povos indígenas, com os quais disputam espaços desde a década de 1960 na Amazônia. De modo especial no caso Yanomami, essa disputa tem se intensificado com práticas extremamente violentas, como a violência sexual e o assassinato de crianças, fatores que contribuem diretamente para o deslocamento forçado dessas comunidades. A comunidade entende esses fatos como uma violação do território sagrado. Na sequência do acontecimento, o grupo tende a se deslocar para outro território visando a recuperar a relação com o território sem a marca da morte e do sofrimento. Assim aconteceu no caso do genocídio da comunidade de Haximú, localizada na fronteira com a Venezuela, em meados de 1993.

O genocídio de Haximú é conhecido no mundo inteiro e pouco comentado no Brasil. Fundamentado na Lei 2.889 de 1º de outubro de 1956, que define e pune o crime de genocídio, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o massacre Yanomami em Haximú como crime de genocídio e referendou a decisão do juiz federal Itagiba Catta Preta Neto, da Justiça Federal de Roraima, em 19 de dezembro de 1996.

Oficialmente, o massacre bárbaro resultou na morte, a pauladas, terçadadas, tiros e pontapés, de 16 pessoas e muitos ficaram feridos. Segundo os autos do processo, foram mortos quatro homens adultos, uma idosa, três mulheres adultas, três adolescentes, quatro crianças e um bebê recém-nascido. Entretanto, as narrativas dos sobreviventes indicam que podem ter sido mais de 70 mortes, resultando no quase extermínio da comunidade, o que configura genocídio.

Desde o acontecido em Haximú, pouco se fez a nível institucional para a proteção dos Povos Indígenas e de seus territórios no Brasil. De modo especial nos últimos anos, os conflitos socioambientais envolvendo povos indígenas e garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e grileiros têm se intensificado assustadoramente. No caso dos ataques à comunidade do Palimiú, localizada às margens do rio Uraricuera, no município de Alto Alegre (distante 84 km de Boa Vista, via RR 205), nota-se que o garimpo atual não é mais como aquele da década de 1990, que quase levou ao extermínio uma comunidade inteira.

Os garimpos de hoje são ainda mais perigosos e violentos para os povos indígenas porque convivem com o crime organizado, que controla, além do contrabando de ouro, o tráfico de drogas, de armas e de pessoas para o trabalho análogo ao escravo e para a prostituição, no caso do tráfico de mulheres.

As fontes que alimentam o garimpo são diversas e obscuras. No centro da cidade de Boa Vista, há vários locais de negociação de compra e venda de ouro, ligadas com as lojas especializadas na venda de todo equipamento para a extração do ouro⁵. Nas lojas circulam muitas pessoas para comprar, desde uma simples máscara de mergulho até moinhos, motores caríssimos, comprados à vista, ou, quando o dono da loja sabe que o cliente está “em cima do ouro”, ele faz um crédito e deixa o pagamento para quando o garimpeiro voltar carregado de ouro. Essa descrição levanta, mas não aprofunda o tema da economia garimpeira em Roraima e em toda a Amazônia, vinculada ao capitalismo nefasto, que coloca o lucro acima de tudo e de todos ao determinar a exploração ilegal de ouro e outros minérios, priorizando somente o crescimento do mercado.

Os migrantes internos e internacionais também têm sido muito recrutados para trabalhar nos garimpos ilegais da Amazônia e sofrem todo tipo de violência e exploração do trabalho. Mesmo os operadores de má-

5 Esta mesma realidade foi observada em Belém, Amapá, Porto Velho, Rio Branco e nas cidades de médio porte dos respectivos estados.

quinas pesadas reclamam de exploração do trabalho e do baixo pagamento das diárias. Absolutamente todos trabalham por diárias que nem sempre são devidamente pagas.

Os garimpos são equipados com pistas de pouso de aviões, com amplas frotas de embarcações orientadas por satélites e acompanhadas em tempo real no traslado permanente de garimpeiros e equipamentos de garimpagem de alta tecnologia nos rios de médio e grande porte localizados em toda Amazônia.

Entretanto, a maior diferença entre os garimpeiros que massacraram Haximú e os que agora aterrorizam Palimiú⁶ e milhares de outras comunidades indígenas, especialmente na Amazônia, é o arsenal de armas. Com a facilidade de se adquirir e portar armas compradas e vendidas em qualquer loja de materiais de pesca nos pequenos e grandes centros urbanos de toda a Amazônia, os garimpeiros exibem em seus ataques um verdadeiro arsenal de guerra que aterroriza até a bem equipada Polícia Federal.

Se em Haximú, armados com terçados e pedaços de pau, foram capazes de exterminar uma comunidade quase por inteiro, com a quantidade exorbitante de armas que possuem no momento, se não forem evitados, os massacres poderão ser muito mais letais que no passado. A título de intimidação ou talvez para exibição do seu poder armamentista, os garimpeiros atiraram até mesmo contra agentes da Polícia Federal que estavam na comunidade do Palimiú, em 11 de maio de 2021.

Neste contexto tenso e conflituoso, torna-se necessário saber mais sobre o que aconteceu em Haximú, conhecer a covardia e crueldade do massacre de idosos, mulheres, crianças e recém-nascidos que tiveram seus corpos esquartejados e espalhados pela floresta. É preciso estudar mais para entender por que este crime foi reconhecido como genocídio, para nos posicionarmos como sociedade, em

6 Localizado na comunidade Aracaçá, na região de Waikás, município de Amajari onde a criança yanomami foi estuprada até a morte. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/menina-yanomami-estuprada-morta/>.

defesa dos povos indígenas e de suas lutas e evitar que novos genocídios ocorram nos conflitos com garimpeiros em toda a Amazônia.

Uma semana depois do acontecido na comunidade Aracaçá, a mídia local e os meios de comunicação ligados às redes sociais começaram a circular discursos falaciosos, colocando em dúvida o acontecimento e jogando a população contra os povos indígenas. Isso não é novidade na tensa relação com os povos indígenas.

Os discursos de deslegitimação dos povos indígenas são reproduzidos no Brasil desde os sangrentos tempos da colonização. As estratégias de intimidação e deslegitimação dos povos indígenas de hoje são as mesmas dos colonizadores. A diferença é que os meios utilizados para sua disseminação são infinitamente mais eficazes e mais rápidos que há 500 anos.

Além disso, as instituições encarregadas da proteção dos povos indígenas não levam em conta os códigos culturais, como a cremação dos corpos nos ritos fúnebres, o que faz com que seja negado o crime pela ausência do corpo. O negacionismo, aliás, se reproduz intensamente na mídia oficial, a qual se deixa enganar ou se vende aos políticos locais, redes de comerciantes ligados ao mercado do ouro ilegal e ao controle do tráfico de armas, drogas e pessoas. Todos os dias mulheres e meninas/crianças indígenas são aliciadas ou raptadas.

Depois de ser denunciado, em nível nacional e internacional, o genocídio Yanomami planejado e executado, a partir de meados de 2016, quando se permitiu a entrada de mais de vinte mil garimpeiros no Território Yanomami, o novo Governo Federal determinou a realização da “Operação Libertação para combater garimpo ilegal em terras Yanomami”⁷.

7 PF inicia Operação Libertação para combater garimpo ilegal em terras Yanomami. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2023/02/pf-inicia-operacao-libertacao-para-combater-garimpo-ilegal-em-terras-yanomami/>.

Iniciada em 10 de fevereiro de 2023, a “Operação Libertação” enviou diversos policiais federais para atuarem na inutilização da logística de funcionamento dos garimpos ilegais e no registro de provas e perícias em relação ao crime. A operação Libertação tem como objetivo proteger a população Yanomami por meio da interrupção do garimpo ilegal.

Entretanto, depois de um ano de atuação, as forças locais em nível de Estado e municípios não permitiram o avanço da operação no sentido da interrupção do garimpo ilegal. Para reforçar a operação, o Governo Federal precisou realizar uma intervenção com a implantação de uma Casa de Governo, inaugurada em Roraima no final de fevereiro de 2024, a fim de ampliar ações de proteção aos povos indígenas e à população do estado. A “estrutura permanente integra equipes das esferas federal, estadual e municipal, que atuam em diversas frentes, como saúde, segurança e proteção alimentar aos povos Yanomami e Ye'kwana”⁸.

Esse contexto do território Yanomami que abrange os estados de Roraima e do Amazonas é um recorte que contribui para entender os impactos do garimpo ilegal em toda a Amazônia. Não é apenas uma referência. É a região mais impactada na atual conjuntura. Por isso essa realidade serve de base para ajudar a pensar outros territórios com abrangência do garimpo ilegal proposto neste mapeamento.

Essa contextualização e atualização dos dados justificam a realização do mapeamento proposto nesta pesquisa para se compreender como o garimpo ilegal provoca impactos em maiores ou menores proporções em toda a Amazônia. Quanto mais se conhecer sobre o tema, maiores as possibilidades de intervenção e transformação.

8 Casa de Governo é inaugurada em Roraima para ampliar ações de proteção aos povos indígenas e à população do estado. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/casa-de-governo-e-inaugurada-em-roraima-para-ampliar-acoes-de-protecao-aos-povos-indigenas-e-a-populacao-do-estado#:~:text=Com%20esse%20objetivo%2C%20a%20Casa,Boa%20Vista%2C%20Arthur%20Henrique%2C%20entre/>.

3. ELEMENTOS HISTÓRICOS

Não é exagero afirmar que o garimpo ilegal faz parte da história colonial do Brasil. A colonização do país foi realizada justamente com o intuito de explorar ouro e prata do território, já que este era o principal interesse de Portugal. A colonização do Brasil nunca foi um interesse de troca intercultural entre os dois países. Sempre foi para exploração desmedida de todos os recursos disponíveis. A partir do início do século XVI, a exploração de ouro e prata foi intensificada com as expedições dos bandeirantes ligados diretamente à Coroa Portuguesa. Foi um dos períodos mais violentos da colonização, no qual os bandeirantes eram autorizados pela Coroa a capturar indígenas para o trabalho na garimpagem. Idosos e crianças que não serviam para o trabalho eram sumariamente eliminados. Foi um verdadeiro genocídio que continua se repetindo nos tempos atuais.

Os bandeirantes instituíram o garimpo ilegal no Brasil. Extraíram toneladas de ouro e prata lavados com o sangue indígena e entraram para a história como heróis nacionais. A eles ergueram-se estátuas⁹ e homenagens. Pelo Brasil afora, foram nomeadas ruas, praças, bairros e até cidades com seus nomes cravados na história. Além disso, foram responsáveis por perpetuar o racismo estrutural e a naturalização da escravidão como um negócio lucrativo no Brasil¹⁰.

É este legado histórico que permite ao Estado de Roraima imprimir no seu brasão de armas uma homenagem ao garimpeiro em plena atividade com uma bateia em mãos¹¹. É a mesma representa-

9 Estátua localizada nos cruzamentos das avenidas Goiás com Anhanguera, retrata a figura do Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, vulgo Anhanguera, na língua tupi, que significa “diabo velho”, que passou a ser temido pelos indígenas por colocar fogo em uma bateia cheia de álcool, afirmando aos indígenas que teria o poder de incendiar todos os rios caso eles não se submetessem a ele. Assim, explorou o território goiano em busca de ouro. Sua estátua é em bronze, possui mais de três metros de altura e retrata o bandeirante com uma bateia em uma das mãos. Em sua homenagem, um município do interior de Goiás também leva seu nome. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=442666>.

10 Bandeirante Incendiado: Contestações de estátuas de tipo Colonialista, de Daniel Bilac, é um ensaio que procura encontrar nas acusações de iconoclastia, anacronismo e violência as ferramentas para situar o acontecimento em um debate sobre agência das imagens, crítica histórica e relações de poder. O texto original foi defendido no PPGCOM como dissertação de mestrado em 2023. A nova edição, além de ter sido revisada e adaptada, conta ainda com prefácio da professora Ângela Salgueiro Marques, docente do PPGCOM, e posfácio do professor Marcos de Brum Lopes, historiador no Museu Casa de Benjamin Constant (RJ). Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/queima-da-estatua-de-borba-gato-e-tema-de-livro-publicado-pela-ufmg/>.

11 A Lei nº 133 de 14 de junho de 1996, assinada pelo então governador Neudo Ribeiro Campos, institui a obrigatoriedade de reconhecimento e uso dos símbolos representativos do Estado de Roraima: “a Bandeira, o Hino e o Brasão de Armas na conformidade dos anexos I, II e III desta Lei”. Todos fazem referência e rendem homenagens ao garimpeiro. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei-Ordinaria-No.-133-de-14.06.96.pdf>.

ção da maior estátua erguida no centro da Praça do Centro Cívico da capital¹². O mesmo se repete em toda a Amazônia com cidades que levam nomes em homenagem a figuras ligadas ao garimpo ilegal e a seus novos bandeirantes, como o caso de Curionópolis, no Estado do Pará, onde foi realizado o maior garimpo a céu aberto do Brasil, o famoso Serra Pelada¹³.

Resultado desse processo histórico do Brasil colonial, nos últimos anos, ressurgiu com muita força o garimpo ilegal em toda a Amazônia, com a chancela dos poderes políticos em todas as esferas (nacional, estaduais e municipais). A partir de meados de 2016, os movimentos pró-garimpo ressurgiram com inúmeros pedidos de licença para lavra garimpeira em todo o território. Entretanto, percentualmente, houve uma concentração de mais de vinte mil garimpeiros no Território Yanomami, onde o garimpo é ilegal por se tratar de território indígena. Por isso, a situação do Povo Yanomami é uma referência nessa pesquisa e muitos temas foram debatidos a partir desse território específico.

3.1. GARIMPO E MIGRAÇÕES

Os garimpos mobilizam deslocamentos internos e internacionais ou em direção ao território de garimpagem ou pela expulsão que o garimpo representa. A retomada dos garimpos ilegais tem resultado na circulação de migrantes nas novas e antigas frentes garimpeiras em toda a região Pan-Amazônica (NOGUEIRA *et al*, 2013, p. 11). Por um lado, tanto os migrantes internos como os internacionais buscam nos garimpos uma fonte de trabalho e uma alternativa de sobrevivência. Tanto homens como mulheres narram uma estreita relação entre mi-

12 Construído na década de 1960 pelo governador Hélio da Costa Campos, o monumento representa um homem garimpando com sua bateia. A obra fica na praça do Centro Cívico, em frente ao Palácio Senador Hélio Campos. Um ponto que é uma referência da capital. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?>

13 Este tema aparecerá em uma das narrativas no decorrer da pesquisa.

grações e garimpos. Ora, são atraídos com promessas de trabalho ou retroalimentam o sonho de enriquecimento rápido e milagroso, o famoso sonho do Eldorado. Por outro lado, o garimpo provoca importantes expulsões e deslocamentos internos, forçados pela invasão dos territórios.

A mineração legalizada também provoca movimentos migratórios complexos e compulsórios. Oliveira, Sarmento e Valerio (2020, p. 68) descrevem detalhadamente essa realidade:

O quarto debate em torno das migrações na Amazônia refere-se aos deslocamentos internos que continuam muito intensos em toda região. A circulação permanente de migrantes denuncia problemas sistêmicos comuns a toda Pan-Amazônia. Os deslocados internos são constituídos eminentemente por indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. Em sua grande maioria são deslocados por causa dos conflitos socioambientais gerados nas disputas territoriais e na invasão das terras indígenas e tradicionais por grandes empresas madeireiras, mineradoras e hidroelétricas. As mudanças climáticas e os crimes ambientais também são responsáveis por intensos fluxos migratórios internos na região. Um exemplo desse tipo de deslocamento na atualidade é o caso do povo Warao da região do Delta Amacuro, no Rio Orinoco no sudeste da Venezuela. Há décadas as grandes empresas de mineração invadiram o Território Warao e iniciaram a extração de ferro e outros minérios resultando na contaminação de todos os afluentes do Orinoco, gerando fome e desespero aos povos indígenas que iniciaram uma intensa diáspora em direção da Gran Sabana e ao Brasil. Fixaram-se nas fronteiras e, dali se espalharam por toda Amazônia. Deslocamentos desse tipo, com características de refúgio ambiental são recorrentes em toda Pan-Amazônia e evidenciam ainda mais a questão da ausência de políticas migratórias uma vez que são forçados à migração, mas, não lhes é garantido o direito de não migrar.

De acordo com Rodrigues (2014), o garimpo ilegal faz parte do histórico de migrações na Amazônia. Foi e continua sendo um fator de atração e circulação de migrantes internos e internacionais. Nas últimas décadas,

entretanto, a corrida pelo ouro estava do outro lado das fronteiras. Eram os migrantes brasileiros que atravessavam as fronteiras do Brasil para o Suriname, as Guianas e a Venezuela, mobilizados pela garimpagem. A partir de 2015, entretanto, esse contexto vem mudando drasticamente por causa da nova conjuntura política no lado brasileiro e dos outros países. De modo especial, os garimpeiros que estavam na Venezuela iniciaram os processos de retorno ou transferência “dos negócios” para o lado brasileiro.

Rodrigues (2014) salienta a relação entre o garimpo ilegal e os processos de ocupação e reocupação de Roraima nas décadas de 1980 a 1990. A economia do garimpo naquele momento foi disseminada como o grande ‘Eldorado do Brasil’¹⁴. Contribuiu de maneira significativa com os deslocamentos internos de outros estados, como Pará, Maranhão, Ceará, dentre outros, para Roraima em busca de riqueza rápida.

O desemprego, a fome e a miséria dos povos dos estados de origem foram os grandes responsáveis pela corrida do ouro nos garimpos de Roraima. Com deslocamentos eminentemente formados por homens, muitos se viram forçados a abandonar suas famílias em busca de sobrevivência na incerta e traiçoeira economia garimpeira. Muitos nunca mais retornaram. Não faltam histórias de desaparecidos nos garimpos. É certo que muitos estão mortos soterrados nos desmoronamentos frequentes. Outros, uma pequena parcela, ficaram em Roraima, fixaram residência e constituíram novas famílias.

Esse contexto marcado pela garimpagem ilegal demonstra que boa parte da população do estado de Roraima é formada por migrantes internos deslocados para os garimpos ilegais. Rodrigues (2017) conclui que em Roraima se constituiu um modo de vida pensado a partir da garimpagem. “Os garimpeiros tinham um modo próprio de vida, de traba-

14 O mito apropriado pelos colonizadores europeus para justificar a corrida ao ouro em todo o continente por eles invadido. A descrição detalhada do mito está disponível em: <https://web.archive.org/web/20111114002905/http://www.btinternet.com/~J.Pasteur/Dorado5.html>. Acesso em: 20/07/2021.

lhar, um código de honra, uma moral e uma ética. No decorrer deste trabalho, humanizei, enfim, minha visão sobre o garimpeiro” (RODRIGUES, 2017, p. 10). Este modo “próprio de vida” a que se refere a autora sofreu fortes intervenções, de modo especial com o licenciamento de grandes empresas mineradoras, como a Paranapanema e a Mineração Taboca, no Rio Pitinga, na fronteira entre os estados do Amazonas e Roraima¹⁵, desbarataram as iniciativas ‘artesaniais’ de garimpagem, que acreditavam ser autônomas. A atuação dos grupos políticos locais tem muito a ver com os altos e baixos da economia garimpeira em Roraima¹⁶.

No entanto, as pesquisas de campo, especialmente os resultados das oficinas, apontam que os tempos mudaram e esse modo de vida garimpeiro se perdeu. Muito deste desmantelamento da sociedade pensada a partir do garimpo se deu pelo próprio esgotamento do garimpo, pela intervenção do Estado, que passou a proibir o garimpo em Terras Indígenas e Áreas de Conservação, e por muitos outros fatores¹⁷. As narrativas recolhidas entre migrantes que circulam nos garimpos ilegais de Roraima, informam que o controle social nos territórios de garimpagem foi tomado eminentemente por contro-

15 Atualmente o Grupo Minsur, mineradora peruana, está no controle da exploração dos minérios do Pitinga. Informações disponíveis em: <https://amazoniareal.com.br/mina-do-pitinga-35-anos-de-controversias-e-nada-a-comemorar/>. Acesso em: 20/09/2021.

16 Deputados aprovam liberação do garimpo em RR sem realizar ‘estudos prévios’. Dos 20 parlamentares que participaram da sessão remota, dezoito votaram favoráveis ao projeto proposto pelo governador Antonio Denarium (sem partido). Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/01/13/deputados-aprovam-liberacao-do-garimpo-em-rr-sem-estudos-previos.ghtml>. Acesso em: 20/09/2024.

17 Nas décadas de 70 e 80, cerca de 30 mil garimpeiros migraram para a área do povo Yanomami, quando houve descoberta do ouro e de outros minérios na região. Cerca de 20% da população Yanomami foi exterminada nessa época, principalmente por doenças como sarampo, malária, coqueluche e gripe. Outros faleceram em conflitos armados com garimpeiros. Disponível em: <http://www.hutukara.org/index.php/noticias/garimpo-ilegal-documentos?start=25>.

les econômicos e muitos falam da presença do crime organizado¹⁸. A esse respeito, Ramos alerta sobre

Os custos da montagem da firma para exercício da atividade clandestina de mineração artesanal no Rio Uraricoera; insumos; trabalho e pessoas envolvidas; remuneração dos garimpeiros; produção e venda do ouro; mercado; preço; externalidade dessa atividade econômica ilegal e altamente poluente, bem como da regulação do Estado brasileiro à atividade econômica ilegal, com possíveis propostas ao Estado, alternativas à regulação da atividade classificada como criminosa e realizada pelos garimpeiros (RAMOS, 2020, pp. 22-23).

As narrativas colhidas na pesquisa de campo revelam que o garimpo está muito presente na vida do povo roraimense e dos migrantes que continuam chegando. Muitos participantes da pesquisa relatam histórias saudosas e românticas de suas aventuras, das vezes que alguns conseguem as famosas “bamburradas”¹⁹ e outros, que não tendo a mesma sorte passam a vida tentando tirar o tão desejado sonho enterrado no chão. Isso faz recordar o debate que Marx apresenta em 1842 a respeito do direito sobre o uso da terra e do direito dos trabalhadores “despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira” (MARX, 2017).

Segundo Rodrigues (2017, p. 17), “os garimpos só passaram a exercer efetivamente atração populacional, mesmo que de forma incipiente, em meados dos anos 1930 e, mais precisamente, no final desta década, com a descoberta dos diamantes de Tepequém”.

18 Crime organizado controla áreas de garimpo, afirma deputado de Roraima. Edio Lopes, parlamentar de Roraima, afirma que o Governo Federal tem sido alertado sobre a ação de grupos criminosos e cobra providências do Congresso Nacional. No início do mês, garimpeiros fortemente armados atiraram na comunidade Yanomami e até em agentes da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4926860-crime-organizado-controla-areas-de-garimpo-afirma-deputado-de-roraima.html>.

19 Na língua dos garimpeiros, significa sorte no trabalho, achar material de grande valor, ficar rico inesperadamente, fugir à regra da normalidade e da rotina do trabalho.

Além do Tepequém, outros garimpos contribuíram para esse histórico de Eldorado em Roraima, no Surumú, no Uiramutã e várias outras localidades. Onde aparecia uma “fofoca”²⁰, sempre havia muitas pessoas. A maioria desses locais foram transformados em áreas de conservação ou Terras Indígenas com o garimpo totalmente proibido. Isso faz com que qualquer atividade garimpeira na atualidade, especialmente nas Terras Indígenas, seja considerada atividade ilegal. Cada vez mais o garimpo avança sobre as terras indígenas e reservas ambientais com total desprezo com relação à questão legal, cultural e ambiental.

No garimpo Yanomami, não podemos fazer compreensão limitada de externalidade às ciências econômicas. Interdisciplinarmente, essas externalidades podem levar ao fim de um povo, ao fim de seu mundo, seja em compreensões científicas exaustivamente firmadas em laboratórios e estudos de campo, seja nas cosmovisões indígenas ou na metafísica ínsita à filosofia ou a obras de ficção (RAMOS, 2020, p. 9).

De acordo com as narrativas, o garimpo tem mudado muito, pois já não é o mantenedor de sonhos e aventuras romantizadas de outrora. Já não se encontra mais aquele sonhador rude com códigos de honra próprios. Os garimpos ilegais com lavra clandestina têm se tornado um local de grande exploração de mão de obra, com subserviços que possuem forte analogia à escravidão. “Eu tenho ido ao garimpo porque estou desempregado aos 59 anos. Não sou aposentado e tenho que sustentar a família que é grande. É por causa de desemprego mesmo. Só no desespero é que a gente encara o garimpo” (Pesquisa de campo – Entrevista n° 10, Instituto Conviva, 2024).

Cada vez mais o monopólio dos equipamentos e os territórios de garimpagem ilegal estão nas mãos de menos pessoas. Os locais de garimpagem são sempre de difícil acesso e a logística para chegar até eles e se estabelecer exige muito dinheiro. Assim quando um

20 O local de garimpagem, quando está sendo descoberto, é chamado de ‘fofoca’ por ser uma notícia que rapidamente se alastra entre os aventureiros.

“brabo”²¹, geralmente migrante, é recrutado para trabalhar, irá sofrer bastante até aprender e provavelmente ganhará menos por não ter experiência. Cada dia é maior o número de jovens migrantes que talvez alimentem algum sentimento de aventura, mas não é isso exatamente que os move para o garimpo.

Muitos trabalhadores, ao serem recrutados, não imaginam que irão trabalhar em um local tão degradante, num ambiente tão hostil, com jornadas extenuantes e sob permanente tensão. “A gente não é garimpeiro, a gente trabalha por diárias e o patrão controla a gente o tempo inteiro sempre com olhar de desconfiança. Por qualquer motivo despejam a gente de volta na cidade sem receber nada pelo trabalho de semanas ou meses” (Pesquisa de campo – Entrevista n° 10, Instituto Conviva, 2024).

Diante das narrativas, conclui-se que o garimpo, longe de ser uma opção, é justamente a falta de opção. Logo, os sucessivos deslocamentos para os garimpos são eminentemente compulsórios. É fruto da desesperança que os migrantes e desempregados estão vivendo na cidade e no campo. Nas narrativas não encontramos uma só expectativa de um bom futuro. O que se constatou foi total submissão e o apego ao desconhecido. Muitos vão, alguns não chegam, outros não voltam nunca mais, e por fim, aqueles que retornam e entendem que foram atrás de esperança, encontraram um “aniquilador de sonhos”, que é como se referem aos “novos patrões dos garimpos” (Pesquisa de campo – Entrevista n° 10, Instituto Conviva, 2024), empresários e políticos que lucram com a extração ilegal de minérios na Amazônia.

Ao traçar um paralelo entre os dois momentos da garimpagem em Roraima em Rodrigues (2017) e em Ramos (2020), conclui-se que na atualidade uma indústria criminoso se apossou dessa atividade. O garimpo é proibido em praticamente todo o território nacional. As grandes

21 Pessoa que não entende do trabalho e do funcionamento da hierarquia dentro de um garimpo.

jazidas de minério estão em áreas de fronteiras, Terras Indígenas ou área de preservação ambiental. Isso torna quase impossível que se consiga uma licença para a lavra garimpeira. Então tudo acontece de forma ilegal. Assim, toda a logística é feita de modo criminoso contando muitas vezes com conexões que atraem vários tipos de outros crimes.

De posse de novos maquinários e tecnologias, os novos donos do negócio da garimpagem²² fazem a indústria funcionar a pleno vapor. Isso é o que recorda Marx (2013) em seu ‘Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital’, no qual afirma que a adoção das máquinas e ferramentas, tornada possível graças ao advento da máquina a vapor, propiciou um crescimento de mais de 20% da produção na Revolução Industrial e concentrou a riqueza nas mãos dos donos das máquinas. “Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração” (MARX, 2013, p. 28). Nessa modalidade, Ramos descreve bem a indústria garimpeira na atualidade.

O funcionamento hodierno do garimpo no Rio Uraricoera, Terra Indígena Yanomami, se dá através de múltiplas firmas informais com divisão do trabalho entre os envolvidos. O gerente do garimpo ou da balsa é o administrador da firma, normalmente financiada por uma pessoa cujo nome não é citado ou é mesmo desconhecido por todos os trabalhadores. O gerente que tem que contratar, por exemplo, um mergulhador e uma cozinheira (normalmente do gênero feminino, como será demonstrado nos dados desta pesquisa – Capítulo 2), que se dispõem ao trabalho em condições precaríssimas na selva amazônica, pois, para o administrador no mercado garimpeiro (RAMOS, 2020, p. 23).

Aquele saudoso modo de vida da garimpagem ficou para trás. Por vezes, encontramos alguém nas beiras dos igarapés com a “suru-

22 Que se autodefinem como empresários e não como garimpeiros.

ca”²³ nas proximidades do Uiramutã tentando sorte com um diamante ou “cuiando”²⁴, na expectativa de um material amarelinho aparecer no fundo da “bateia”²⁵. Atualmente, são as máquinas escavadeiras e os motores de seis cilindros com grande potência que estão nas “bocas” de serviço, nos chamados garimpos de baixão²⁶. O método usado é o famoso “tatuzão”²⁷, que requer no mínimo dez homens para manusear vinte e quatro horas sem parar. Esse provavelmente é o método de garimpagem que mais agride o meio ambiente, com uma grande movimentação de terra e árvores arrancadas pela raiz. A atividade em questão deixa clareiras no meio da floresta e geralmente assoreia os rios e igarapés que estão nas proximidades.

Nessa modalidade de garimpo, os migrantes internos ou internacionais trabalham em equipes em forma de revezamento dia e noite. São operários de maquinarias ou escavadores dos barrancos e crateras. Em nossas observações de campo, identificamos que existe uma frente de trabalho bem equipada que pode contar com uma máquina escavadeira de grande porte com tração de esteira e um operador. Logo, não é um garimpeiro qualquer se aventurando nos garimpos. É um operador de máquinas pesadas.

-
- 23 Um trabalho feito nos garimpos de diamantes. São usadas peneiras com medidas decrescentes para filtrar os tipos de cascalhos. Assim, o material grosso e sem serventia é dispensado para se chegar em um cascalho fino, que será lavado e, se se obtiver êxito, será encontrado o diamante.
- 24 Procedimento usado para pesquisar e confirmar o local onde o ouro será extraído. Pequenas porções de terra são escavadas e lavadas dentro de um recipiente parecido com uma cuia ou uma pequena bateia. Se houver ouro, ele ficará no fundo dessa vasilha.
- 25 Já confirmado o local e a existência do ouro, são retiradas quantidades maiores de terra e colocadas na bateia, um recipiente em forma de uma bacia afunilada. Com movimentos em círculos, o material é lavado, deixando o ouro ao fundo.
- 26 Local seco que conta com água em suas proximidades, possibilitando o trabalho de motores com bombas e bicos acoplados.
- 27 Conjunto de motores com bombas de grande poder de pressão, mangueiras, bicos jatos, maracas para corte e escavação e captação de grande volume de material.

No mesmo garimpo, nos deparamos com um motor de seis cilindros diesel com uma bomba de sucção acoplada, montado sobre uma estrutura que permite seu transporte, o qual terá uma pessoa responsável pelo seu funcionamento. Essa bomba que suga água, terra e pequenas pedras está conectada a uma mangueira de seis polegadas ou mais que tem, em sua ponta, uma 'maraca'²⁸. O operador desse equipamento é o maraqueiro, responsável pela movimentação e captação, sugando o material e mandando-o para a caixa de retenção. Tem como seu ajudante um ou dois homens que são conhecidos como 'raizeiros', porque ficam dentro da lama, retirando pedras e raízes que podem ser sugados pela maraca e entupir a mangueira.

Os migrantes garimpeiros informam que todo serviço é perigoso, mas o do 'jateiro'²⁹ faz mais vítimas. Trata-se de um motor com uma bomba de alta pressão acoplada, vários metros de mangueira e um bico de metal para a composição desse equipamento. Geralmente dois trabalhadores ficam no fundo do buraco e vão 'jateando' os barrancos, fazendo cortes para que eles caiam e depois sejam triturados com a força do jato de água. Muitos morreram com desmoronamentos ou mesmo com a cabeça rachada pelo bico pesado de metal que escapa das mãos dos operadores. Na ponta da mangueira, o bico metálico parece uma serpente que prepara seu bote quase sempre na testa do operador.

28 Uma válvula de sucção que, por ter um formato de uma cabaça, lembra um instrumento indígena chamado maraca ou maracá.

29 Função de quem opera o bico jato dentro de um garimpo.

FIGURA 01: IMAGEM DE TERRITÓRIO DE GARIMPAGEM COM SEUS MAQUINÁRIOS MODERNOS

Fonte: <https://climainfo.org.br/wp-content/uploads/2020/09/merc%C3%BArio-Roraima.jpeg>.

Há garimpos que operam com dragas no leito dos rios. Sua composição é um pouco diferente, mas os riscos de morte aos trabalhadores não são menores. Em uma draga, o serviço mais perigoso é o do mergulhador. Por vezes, eles morrem por culpa dos equipamentos precários de mergulho. Outras vezes são assassinados. Ficam lá no fundo mesmo, pois geralmente estão com a poita³⁰, que não os deixa emergir. Esse é o mundo do garimpo no qual o que menos se vê são garimpeiros autônomos, donos do seu trabalho. Para Rodrigues (2017, p. 29) “todos os trabalhadores envolvidos na

30 Poita é um objeto pesado que faz as vezes de âncora em embarcações miúdas; pandulho. Peso de ferro, chumbo ou pedra, utilizado no espinel; chumbado.

atividade de extração de substância mineral são garimpeiros”. Entretanto, o garimpo ilegal transforma trabalhadores em ‘proletários da lama’. Em boa parte, os garimpeiros são meros diaristas, descartáveis a todo momento, explorados na sua condição de trabalho análogo ao escravo.

Essa descrição é apenas um pequeno recorte. O garimpo pode ser muito mais do que isso. Esse fragmento é um retrato que ninguém gosta de contar, porque ainda prevalece o lado romantizado do garimpo, com histórias de fortunas rápidas, enriquecimento mágico e sucesso em todos os sentidos. Tudo isso não é mais permitido na nova modelagem do garimpo pensado a partir das indústrias de pequeno porte que imitam as grandes mineradoras. O que ouvimos nas narrativas dos migrantes que passaram pelos garimpos foi desesperança, choro, doenças, tristeza. Narraram o caso dos dois jovens que morreram afogados quando a embarcação virou com a força da água no rio Uraricoera em região de garimpo³¹. As narrativas informam ainda que, para evitar que a polícia entre nas áreas de garimpagem, muitos corpos são trazidos e abandonados em locais próximos às estradas que dão acesso à cidade.

No período mais intenso, o mercado da garimpagem em Boa Vista chegou a exigir oito mil reais (R\$ 8.000,00), o equivalente a uma perna de helicóptero³², como cota/taxa da viagem para entrar ou sair do garimpo, podendo ser mais cara se o local fosse de muito difícil acesso. Pela comodidade de voar e poder pousar em qualquer clareira, o helicóptero é o meio de transporte mais utili-

31 Em 17 de agosto de 2021, dois jovens morrem afogados a caminho de garimpo no rio Uraricoera Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Dois-jovens-morrem-afogados-em-regiao-de-garimpo/78922>.

32 Uma expressão dos garimpeiros para se referir à viagem de ida ou de volta na aeronave (helicóptero) muito comum nos garimpos de agora. Uma “perna de helicóptero” equivale à ida ou à volta do garimpo.

zado nos garimpos da Amazônia³³, transportando diuturnamente pessoas ou mantimentos. Além desse transporte, existem pequenos aviões, barcos e alguns dos garimpeiros mais “despossuídos” se aventuram à pé nas famosas “varações”³⁴, que levam dias de caminhada no meio da floresta. As “varações” realizadas e guiadas por “mateiros”³⁵ são métodos usados para abrir uma nova área de garimpagem e preparar pista e acampamento para esperar aviões, equipamentos e pessoas.

As fontes que alimentam o garimpo são diversas e obscuras. No centro da cidade de Boa Vista, há vários locais de negociação de compra e venda de ouro, ligados com as lojas especializadas na venda de todo equipamento para a extração do ouro. Nas lojas circulam muitas pessoas para comprar, desde uma simples máscara de mergulho e chupeta até moinhos, motores caríssimos, comprados à vista ou, quando o dono da loja sabe que o cliente está “em cima do ouro”, ele faz um crédito e deixa o pagamento para quando o garimpeiro voltar bamburrado³⁶.

33 Desde a implantação da Casa de Governo Yanomami, em Boa Vista, capital de Roraima, em 29 de fevereiro deste ano, já foram inutilizadas 19 aeronaves; mais de 86 mil litros de óleo diesel; 617 motores e 70 antenas Starlink. Foram apreendidas 75 toneladas de cassiterita e 10.848 quilos de ouro. A preços desta terça-feira, com o quilo cotado a R\$ 457.320,00 na bolsa de mercadorias, esse montante de ouro apreendido representa quase R\$ 5 bilhões retirados dos garimpeiros ilegais. Até agora, 80 pessoas foram presas. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/operacao-da-pf-combate-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami#:~:text=Desde%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Casa,motores%20e%2070%20antenas%20Starlink.>

34 Trilhas abertas manualmente no meio da floresta.

35 Conhecedores das florestas popularmente chamadas de matas. Muitos indígenas são recrutados para essa finalidade.

36 Expressão do vocabulário garimpeiro para explicar quando se tem “sorte” de encontrar muito ouro ou diamante ou outro material valioso. Significa acertar o local. Bamburrado é o contrário de blefado, que é o garimpeiro panema que sempre volta blefado, ou seja, não tem a mesma sorte do bamburrado.

Essa descrição levanta, mas não aprofunda o tema da economia garimpeira em toda a Amazônia. A descrição ora apresentada serviu apenas para localizar as rotas dos deslocamentos dos migrantes internos e internacionais que buscam trabalho nos garimpos ilegais de Roraima e sofrem todo tipo de violência e exploração do trabalho. Mesmo os operadores de máquinas pesadas reclamam de exploração do trabalho e do baixo pagamento das diárias. Nas observações de campo, não identificamos nenhum migrante garimpeiro com carteira assinada. Absolutamente todos trabalham por diárias que nem sempre são devidamente pagas.

Os migrantes entrevistados informam que tudo no garimpo custa caro e envolve muito dinheiro, seja a pé, de barco ou de avião, nada acontece sem um investimento. Muitos migrantes ficam endividados com a viagem até o garimpo, o que pode conferir à atividade a modalidade de tráfico humano.

3.2. A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÕES, TRÁFICO DE PESSOAS E OS GARIMPO DA AMAZÔNIA

O tema do tráfico de pessoas não estava previsto no projeto. Foi surgindo no decorrer da pesquisa de campo a partir das entrevistas com as mulheres migrantes. Elas foram indicando o caminho. O tema do tráfico de mulheres se encontra estreitamente relacionado aos garimpos, que também entraram no debate por causa das pesquisas de campo. Esse registro parece importante para ajudar a entender que o trabalho de campo pode realmente mudar os rumos da pesquisa. Foi exatamente o que aconteceu. As entrevistas na forma de narrativas nos fizeram entender a estreita ligação entre migrações e garimpo em Roraima. Também nos conduziram a observar mais atentamente a presença das mulheres nos garimpos.

Além dos homens, muitas mulheres migrantes circulam pelos garimpos pelos mesmos motivos: em busca de sobrevivência. É antiga

a presença de mulheres nos garimpos. Fiúza *et al* (2009, p. 2) informa que, tradicionalmente,

O garimpo é um espaço de homens, marcado, na maioria dos casos, por práticas clandestinas que se tecem à sombra da lei. Tradicionalmente, a representação social da mulher no ambiente do garimpo permanece associada à de uma mulher desonrada, relacionada à prostituição. Mas o que acontece quando ela se torna “sebeira” ou “olheira”, ou seja, uma trabalhadora do garimpo? Estas funções ligadas à divisão do trabalho dentro do garimpo podem interferir na organização da vida social na comunidade ao seu entorno?

Nas entrevistas, os participantes da pesquisa informam que há mulheres em diversas frentes de trabalho nos garimpos. Há narrativas que informam a presença de mergulhadoras, operadoras de máquinas pesadas, “marreteiras” encarregadas de fazer circular mercadorias de primeira necessidade nos garimpos, vendedoras de roupas e de produtos de higiene e beleza, cozinheiras e mulheres em situação de prostituição. O exercício da prostituição, entretanto, não impede que as mulheres exerçam múltiplas funções nos garimpos. Porém, de longe, parece se tratar da atividade mais explorada nos garimpos ou nas suas proximidades.

Uma participante da pesquisa, uma jovem venezuelana, compartilhou sua experiência migratória que confirma a circulação dos migrantes internacionais nos garimpos. Numa narrativa sincera e corajosa, Maugê, seu apelido de lida³⁷, foi descrevendo sua trajetória migratória e sua circulação nos garimpos da Pan-Amazônia. As narrativas de Maugê revelam os meandros do tráfico de mulhe-

37 Todos os nomes verdadeiros dos/as participantes da pesquisa foram substituídos por apelidos que escolheram ou atribuídos aleatoriamente para preservar as identidades em observância à Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024 em seu “Art. 3º A pesquisa deverá atender às exigências éticas e científicas aplicáveis às pesquisas com seres humanos, especialmente: [...]VII – respeito à privacidade do participante da pesquisa e às regras de confidencialidade de seus dados, garantida a preservação do sigilo sobre sua identidade”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm.

res para fins de exploração sexual comercial em plena atividade nos garimpos de Roraima. Sua narrativa é tão potente que decidimos transcrever na íntegra intercalada com alguns debates teóricos e reflexões que foram sendo provocadas ao ouvir as memórias da jovem migrante. Na primeira parte da conversa, Maugê recorda o seguinte:

Eu gosto de falar da minha vida. Ainda sou jovem, mas, vivi muita coisa. Fui da riqueza à pobreza extrema, a ponto de estar pedindo ajuda para tratar esta doença. Eu nasci em Ciudad Guayana, capital do Estado Bolívar. Minha família tinha boas condições de vida. Meu pai era mecânico de avião e trabalhava para grandes mineradoras na região do Rio Orinoco. Minha mãe tinha um hotel luxuoso bem próximo ao aeroporto. Até os 15 anos eu fui tratada como uma rainha. Tive boa educação, estudei nas melhores escolas e desde os 08 anos tinha motorista particular para me levar todos os dias ao colégio Loyola, em Puerto Ordaz, onde me preparava para ingressar na Universidade Católica Andrez Bello, importante centro jesuíta onde estudava a elite da cidade. Aos 15 anos conheci um amigo do meu pai, o Júlio. Ele era engenheiro de aviação, igual meu pai e ganhava muito bem naquela época, tinha seu próprio avião e fazia viagens para levar encomendas de peças mecânicas nas mineradoras nos finais de semana. Ele tinha 35 anos e estava se separando. Foi meu primeiro homem e meus pais sabiam. Com 16 anos fomos morar juntos e logo nos casamos. Fui mãe aos 17 anos, minha filha está agora com 10 anos e mora com os avós paternos na Espanha desde muito pequena. Faz 8 anos que não a vejo, somente por foto e às vezes por videochamadas (Pesquisa de campo – Entrevista nº 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

A narrativa de Maugê resume o processo de empobrecimento pelo qual a população da Venezuela vem passando nos últimos anos. Ela retrata a realidade das famílias separadas pelas migrações e, ao mesmo tempo, apresenta a circulação dos migrantes na rota dos garimpos e suas complexidades na região Pan-Amazônica.

Nas demais entrevistas, a questão da separação das famílias é um tema recorrente. Há muitos casos de pais sem os filhos, crianças cuidadas pelos avós, tios ou parentes distantes, irmãos separados nos processos de interiorização e muitos casais separados pelas migrações. A separação é caracterizada pela dor da saudade, da preocupação de quem parte, das tensões do acompanhamento à distância. Há mães que estão há anos sem contato com os filhos. O sentimento de abandono é intenso no caso dos casais separados nos processos migratórios. Muito se propõem separações temporárias e pontuais que se tornam definitivas marcadas por conflitos ou por abandono completo. Na sequência, a jovem recorda que:

Em janeiro de 2012 meu pai teve um acidente vascular cerebral e veio a falecer. Eu estava na clínica para ter a minha filha e não pude ir ao velório do meu pai. Meses depois, minha mãe teve que entregar o hotel, mergulhada em dívidas. Meu irmão mais velho tentou continuar o negócio do meu pai na oficina de mecânica de aviação, mas começou a dar mais prejuízo que lucro. Foi quando minha mãe foi morar na Espanha, no final de 2013. Em janeiro de 2014, meu marido sofreu um acidente de avião numa das viagens que fazia na região do Rio Orinoco e morreu. O avião se incendiou e não estava no seguro. Eu fiquei sozinha, viúva aos 18 anos e fui morar com os meus sogros para me ajudarem com a bebê, mas não nos dávamos muito bem. Eles diziam que eu era muito imatura. De certa forma, eles tinham toda razão. Eu queria estudar, passear, ir a festas e discutíamos muito porque eles não aprovavam este meu comportamento. No final de 2014, eles me avisaram que iriam se mudar para Barcelona, na Espanha, e me fizeram a proposta de levar a bebê com eles porque era a única lembrança que eles tinham do filho único. Eu concordei e no ano novo de 2015 eles partiram com minha filha Maria Alicia. Foi a última vez que abracei minha filha que eu ainda amamentava quando foi separada de mim. Eu senti muito a falta dela. Entrei em depressão, comecei a usar remédio para dormir, bebia e fumava para esquecer. Em julho de 2015, meu irmão me convidou para morar com ele na antiga casa da minha mãe. Logo nos primeiros dias ele me falou que estava levando peças de reposição de máquinas para garimpos nos arredos

res de El Callao e eu comecei a viajar com ele para ajudar na logística das viagens pela Troncal 10. Logo na primeira viagem conheci um bar no centro da cidade que estava com uma vaga para dançarina de polidance. Falei com meu irmão e ele disse que precisávamos de dinheiro e que, por ele, não havia problema eu trabalhar ali. Ele sabia que nos fundos do bar funcionava um prostíbulo e que logo eu estaria fazendo programa com garimpeiros. Mas parecia não se importar, já que a necessidade de dinheiro era maior. Assim eu comecei na prostituição. Logo na primeira semana de trabalho como dançarina, fiz meus primeiros programas nos fundos do bar. As meninas pagavam uma taxa para o dono do bar cada vez que usavam os quartos para atender os clientes. Durante a semana era um preço e nos finais de semana era o dobro. Às vezes recebiam em dólares, mas, na maioria das vezes, exigiam pagamento em ouro. Eu não tinha muita noção dos valores. Quase tudo que eu ganhava nos programas, pagava nas taxas e nas roupas que precisava (Pesquisa de campo – Entrevista nº 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

Numa primeira impressão, parece que Maugê não tinha um projeto de migração. Ela apenas foi morar com o irmão, seu único familiar depois das tragédias familiares. No início, parece revelar certa aventura, ao colocar uma mochila nas costas e pegar a estrada, uma sensação de paixão misturada com autoafirmação e liberdade. No entanto, para uma “menina” inexperiente, com apenas 17 anos, essa viagem pode ser tudo menos aventura. Sua partida, mesmo parecendo ser espontânea, não foi. Houve uma conjuntura que a empurrou para a partida. É o que Oliveira (2016) define como migração forçada ou deslocamento compulsório, quando a pessoa tem o direito de migrar, mas não lhe está garantido o direito de não migrar. Dessa forma, a migração passa a ser a única alternativa de sobrevivência e imposição silenciosa que faz com que o migrante parta sem mesmo tempo para pensar nas consequências.

Outro elemento na narrativa que chama a atenção é a rede de exploração sexual comercial vinculada aos garimpos e nos seus entornos. Isso vai se repetir em toda trajetória. A narrativa vai revelando

como funciona o mercado da prostituição e sua relação com os garimpeiros, numa rota internacional da exploração sexual comercial que vai indicando relação com o tráfico internacional de mulheres para esta finalidade, com histórico de longa atuação nessa região (OLIVEIRA & COSTA, 2018). Mais um fragmento de memória de Maugê revela o que a empurrou para a prostituição:

Os negócios não iam bem para meu irmão e ele começou a ficar mais tempo nos garimpos dos “brasileiros”, no povoado Las Claritas, ao sul do estado. No início de 2016 ele me chamou para ir junto com ele porque haveria uma festa e eu poderia ganhar um dinheiro extra no polidance. No fundo ele sabia que eu ganhava mesmo era com os programas. Ficamos lá uma semana depois da festa, mas estava muito difícil, muitos garimpeiros indo embora, conflitos com os indígenas dos arredores, muita violência e pouco dinheiro. Foi quando meu irmão conversou com uns amigos brasileiros que o chamaram para trabalhar nos garimpos do lado brasileiro. Estávamos quase sem dinheiro, mas conseguimos pagar a passagem até Boa Vista. Aqui o dinheiro acabou de vez (Pesquisa de campo – Entrevista nº 07, Instituto Conviva, janeiro de 2021).

As sucessivas desventuras de Maugê são parecidas com as de milhares de venezuelanos que partiram na direção da fronteira com o Brasil. Muitos caminharam e continuam caminhando centenas de quilômetros em viagens que demoram semanas e até meses. Maugê percorre os caminhos que ligam a Venezuela ao Brasil fazendo paradas pelos garimpos. O fato de estar com seu irmão não lhe garante proteção. Está o tempo todo à mercê da exploração da prostituição e de seus aliciadores.

As redes migratórias também se reproduzem entre garimpeiros na condição de deslocamento internacional. A situação se inverte. Antes eram os brasileiros garimpando na Venezuela. Agora é o contrário, conforme a narrativa. Outro elemento revelado na narrativa é a decadência dos garimpos de pequeno porte na Venezuela. Ao narrar os conflitos com os indígenas, Maugê denuncia os garimpos

em Terras Indígenas ou áreas de conservação, como ocorre também no lado brasileiro. O tema da violência observado por lá se transporta para o lado de cá. Outros problemas sistêmicos da Venezuela são deslocados com os migrantes que retornam dos garimpos de lá e se reproduzem nos garimpos de cá, como o tema da ilegalidade e dos danos ambientais. Sobre esse tema, Maugê recorda:

Ficamos na casa deste amigo do meu irmão uns dias, mas não deu certo. A esposa dele é evangélica e, quando descobriu que eu fazia programas, pediu para eu ir embora no mesmo dia. Meu irmão tinha ido para um destes garimpos e eu não tinha para onde ir. Acabei morando na rua, nas proximidades da rodoviária. Era tempo de chuva e foram dias muito difíceis. Até que conheci uma amiga que me convidou para morar com ela num quarto alugado no Bairro Pricumã; ela fazia programa e eu comecei a ir com ela para a "praça". Nas primeiras semanas só ganhei o suficiente para ajudar com as despesas do quarto. Nas semanas seguintes foi melhorando. Logo percebi que a "praça" estava muito disputada e saturada com a chegada das venezuelanas e brasileiras que retornavam dos mesmos garimpos e pelos mesmos motivos que eu. A gente dormia um pouco durante o dia e perto das 5 horas da tarde íamos para nosso ponto atrás da Feira do Passarão, no bairro Caimbé, na rua Ivone Pinheiro. Outras vezes íamos para um dos bares e lá mesmo conseguíamos clientes. Mas tinha noites e até semanas que mal conseguíamos para comer. Foi num destes bares do Passarão que conhecemos a Fátima. Uma velha conhecida cafetina de garimpo. Ela nos falou da possibilidade de levar a gente para trabalhar em Lethen, na Guiana Inglesa. Mas não era para ficar morando lá. Era para ir atender os garimpeiros num determinado local e voltar para Boa Vista. A gente ia de transporte lotação em umas vans que fazem este trajeto. A Fátima cobrava adiantado a passagem de ida e volta. Na primeira viagem ela cobrou 400 reais de cada uma e eu só consegui ganhar 250 porque estava bem fraco. Mesmo assim, eu continuei indo naquelas lotações. A gente ia na quinta-feira de tarde e retornava na segunda de manhã. Havia todo um esquema para a gente chegar e trabalhar sem ter problema com a entrada e a saída. A gente se passava por sacoleiras para não chamar a

atenção. Mas eu acho que todo mundo sabia que a gente estava indo para prostituição (Pesquisa de campo – Entrevista n° 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

A chegada em Boa Vista é muito parecida com a de milhares de venezuelanos que chegaram nos últimos anos “sem nada” (acabou o dinheiro). Passa a valer a busca diária pela sobrevivência. Alguns buscam os abrigos ou ajudas institucionais. Outros localizam parentes ou conhecidos nas redes sociais que passam a ter enorme significado nas trajetórias migratórias. Porém, o acolhimento a Maugê foi logo interrompido porque a sua situação de prostituição não era compatível com os valores religiosos da família acolhedora.

No senso comum ainda permanece a ideia de que a mulher entra na prostituição por vontade própria e que existem outras opções, porém a escolha será pela de “vida fácil”. No caso de Maugê, o que salta aos olhos em sua narrativa é a situação de vulnerabilidade, fome, miséria. A vulnerabilidade dos migrantes venezuelanos tende a se agravar na cidade de Boa Vista, que não conta com políticas públicas migratórias que consigam transpor o emergencial. Os recursos das agências internacionais destinados ao acolhimento dos migrantes venezuelanos quase na sua totalidade são gastos com a questão emergencial. Pouco se investe na integração dos migrantes.

Na ausência de políticas migratórias e sob a omissão dos governos locais, que ora ignoravam ora hostilizavam esses migrantes, as condições de vida dessas pessoas se agravaram conduzindo-os a um processo de rejeição, perda de dignidade e desumanização. Os governos locais, ademais de não buscarem solução, colocavam a população contra os migrantes usando-os como argumento para justificar o próprio descaso com a sociedade local. Sendo assim, abandonados à própria sorte tornaram-se vítimas de múltiplas formas de violência (SARMENTO e RODRIGUES, 2020, p. 18).

Essa situação complexa paulatinamente contribuiu para uma relação de hostilidade de parte da sociedade. Apesar de prevalece-

rem discursos e práticas de acolhimento por parte de pessoas, comunidades, grupos e instituições, a omissão do Estado e seus discursos xenófobos fizeram com que os migrantes se transformassem em “indesejáveis”, conforme analisa Vasconcelos (2021). A sequência da narrativa apresenta elementos novos para uma maior compreensão das rotas do tráfico de mulheres.

Numa das viagens para estas zonas de garimpo na zonal 9 da Guiana, sempre nas áreas indígenas, a Fátima perguntou se eu não queria seguir viagem até Paramaribo, no Suriname. Eu e minha amiga aceitamos mais por aventura, para conhecer outros lugares. Foi uma viagem muito difícil. Havia partes que era por terra, e outras em barcos pequenos. A Fátima tinha todo um esquema com estas viagens. Passamos por dentro de muitos garimpos para deixar mantimentos e peças mecânicas que a Fátima vende e entrega nas “encomendas”. Demoramos 14 dias para chegar numa vila garimpeira no município de Albina, perto de Paramaribo. Neste lugar os garimpeiros eram praticamente todos brasileiros. A Fátima tem muitos negócios com eles e nos apresentava como suas “secretárias” e os homens já sabiam o que significava este código. Logo que chegamos, entendemos que estávamos com ela como uma espécie de “presente” que ela levava para os garimpeiros que negociavam peças e outras mercadorias com ela. Quando os encarregados vinham receber a mercadoria e pagar, ela nos oferecia para eles. No segundo dia, no final da tarde, chegaram 15 encarregados e depois de negociar com a Fátima, entraram no quarto onde nós duas estávamos e tivemos que servir os 15 homens de uma só vez. Foi uma das piores noites da minha vida. No dia seguinte eu não conseguia nem me levantar. Meu corpo inteiro doía. Minha amiga teve febre, de tão machucada que ficou. Depois deste segundo dia, todas as outras noites foram iguais. No sábado os garimpeiros chegaram à vila e a Fátima nos ofereceu para vários grupos. Ela chamava de sexo grupal, mas aquilo era estupro coletivo porque era eu sozinha para dar conta de mais de 20 homens numa noite. Passamos uns 15 dias neste lugar e não teve um único dia que não fosse estuprada pelos amigos da Fátima. Depois chegamos a Paramaribo para as últimas entregas da Fátima, mas lá ela não nos ofereceu para seus amigos. De lá viemos embora por outros caminhos. Demoramos menos para chegar na Zonal 9 da Guiana e ainda ficamos uns 5 dias em

postos de prostituição antes de chegar em Lethen. Todos estes postos ficam em áreas indígenas. Alguns garimpos são administrados pelos indígenas. Outros por brasileiros. Tem muitos do Maranhão e do Pará. A Fátima fez parada em 5 garimpos dos brasileiros para nos oferecer para os encarregados. Eles nos deram alguns “presentes” que eram algumas gramas de ouro que tivemos que repassar tudo para Fátima. Chegando em Boa Vista, ela disse que iria negociar e dividir entre nós. No final, ela nos pagou menos de mil e quinhentos para cada uma. Não deu nem para pagar as medicações que precisamos para recuperação das infecções que adquirimos na viagem (Pesquisa de campo – Entrevista n° 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

Nessa fase da narrativa, Maugê expõe novas configurações do garimpo e da modalidade da prostituição. Nos estudos anteriores, Rodrigues (2017) identifica um modo de vida garimpeira baseado em princípios de respeito, ética e moral. A denúncia do estupro coletivo revela que tais princípios já não fazem mais parte do código de conduta nos garimpos. Pelo menos nesses descritos na narrativa.

A narrativa também denuncia a rota do tráfico internacional de mulheres para exploração sexual comercial. Oliveira e Costa (2018) alertam que, mesmo indo e voltando, há outros elementos que configuram o tráfico humano. Dentre eles, Maugê destaca o sequestro dos documentos durante a viagem; o trajeto às margens dos caminhos oficiais nas rotas do contrabando de ouro; o oferecimento das mulheres como parte da mercadoria negociada ou como recompensa ou “presente” pelo sucesso dos negócios; o não pagamento pelos serviços prestados. Todos esses elementos configuram tráfico internacional de pessoas.

De acordo com o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida também como Convenção de Palermo, o tráfico humano é caracterizado pelo recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso

da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa para exploração.

De acordo com a Convenção de Palermo, não é necessário que a situação integre todas as características para ser considerada tráfico humano. Ainda de acordo com a Convenção de Palermo, a pessoa envolvida diretamente na situação de tráfico nem sempre se reconhece como traficada. No geral, é a análise de terceiros que identificam a situação de tráfico justamente por identificar as suas características. No caso da narrativa em questão, vários elementos são relativos ao tráfico humano. Em especial o agravante da imposição do silêncio e, logo, da impunidade frente ao acontecido. O medo de denunciar se explica pela demonstração do conhecimento que a agenciadora (exploradora) faz questão de deixar claro que tem com todos seus "clientes". Ela deixa claro que existe uma rede do tráfico na qual todos os envolvidos se tornam cúmplices. Isso faz com que as vítimas se sintam envolvidas e tenham medo de denunciar ou exigir que a aliciadora lhes pague o preço justo pelo seu trabalho.

Oliveira e Costa (2018) assinalam que a exploração comercial da prostituição tende a se acirrar em situações de tráfico nas quais as vítimas se sentem ameaçadas ou não entendem que o que está ocorrendo com elas tipifica tráfico de pessoas. A vulnerabilidade da condição migratória é outra situação que impede a denúncia. O medo de perder os direitos, a documentação e de ser mandada de volta ao país de origem faz com que muitas vítimas não denunciem as situações de exploração sexual (TORRES e OLIVEIRA, 2011).

A violência a que foram submetidas revela outra quebra de código moral nos garimpos. Maugê deixa claro que elas foram exploradas, estupradas, violentadas, subjugadas. O fato de o ouro ficar nas mãos da cafetina é uma estratégia de aprisionamento. Sem dinheiro, não há como fugir. A cobrança das passagens é uma tática usada pelo tráfi-

co para persuadir e endividar as vítimas. O pagamento é realizado de acordo com os critérios da exploradora, que não aceita reclamação. Não importa se elas não irão em outra viagem. A traficante se encarregará de levar “novidades” para seus amigos. Dessa forma, ficam explícitas as “formas de exploração diversas: laboral, sexual e o tráfico de pessoas” (SARMENTO e RODRIGUES, 2020, p. 26), praticadas contra os migrantes e, de maneira especial, contra as mulheres. Na sequência da narrativa, surgem novas memórias das desventuras de Maugê:

Fazia tempo que meu irmão não aparecia. Num final de semana ele ligou para meu celular e disse que estava numa vila chamada “fofoca do cavalo”, onde pegava telefone celular. Ele me falou que viria para Boa Vista para me levar para uma festa num destes garimpos no Rio Uraricoera. Assim, ele veio e eu contei tudo o que havia acontecido na Guiana e no Suriname e ele pediu para eu não fazer mais negócio com a Fátima porque ela é uma pessoa perigosa. Então ele falou que era melhor a gente ir morar em Alto Alegre e, quando tivesse alguma coisa na Vila do Taiano ou no Paredão, ele encontraria trabalho para nós duas. Mas minha amiga não quis ir com a gente. Assim, no início de 2018 fui morar em Alto Alegre com meu irmão. Mas ele vivia nos garimpos dando assistência mecânica para as máquinas e só vinha em casa a cada 2 ou três meses. Ele me levou numas festas que os garimpeiros realizam em certas ocasiões. Não sei se era comemoração de alguma coisa ou se era apenas para distrair os homens. Nunca entendi isso. Quando eu viajava com ele para estas festas, no geral ele me falava que eu iria para cozinhar ou ajudar na preparação do local. Mas, chegando lá, ele me apresentava para o encarregado como sua amiga, nunca dizia que era sua irmã. Aí eu entendia o código. Ele sumia para os garimpos e só voltava para me levar na segunda ou na terça-feira, depois que a festa acabava. Acho que ele não queria me ver com os homens. Acho que para ele era difícil admitir que levava a própria irmã para esse tipo de coisa. No final de 2018 eu comecei com muitas infecções urinárias. Vivia com tratamentos. Foi nesta época que eu conheci o pessoal da Pastoral da Paróquia de Santo Isidoro. As irmãs começaram a me ajudar com os tratamentos. Era um pessoal muito legal e

pela primeira vez eu me sentia acolhida e respeitada. Eu nunca contei a elas a minha vida na prostituição. Mas, no fundo, elas sabiam que, quando eu falava que ia viajar para as vilas, sabiam que era para isso. Mesmo assim, nunca me negaram atendimento e acompanhamento. Elas me ensinavam a fazer remédios e chás caseiros que aliviavam as infecções (Pesquisa de campo – Entrevista n° 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

A figura do irmão é bastante controversa nas narrativas de Mau-gê. Em alguns momentos da narrativa, ela dá pistas de que ele faz parte dos negócios da prostituição e da rota internacional do tráfico humano. Ou pelo menos conhece o bastante do tema, a ponto de pedir para ela “não fazer mais negócio com a Fátima por ela ser uma mulher perigosa”. Em diversos momentos, ele parece estar muito inteirado dos negócios da exploração sexual. A irmã se dá conta disso, mas não quer admitir. Parece que é uma dor muito profunda reconhecer que o próprio irmão lucra com sua prostituição, logo, com seu sofrimento.

A forma técnica com que lida com a violência sofrida pela irmã é outro indício do envolvimento do rapaz com o mercado da prostituição. Parece estar tão acostumado com o cotidiano da violência que nada do que a irmã lhe conta o faz tomar nenhuma decisão para mudar a situação. Outro indício do envolvimento do rapaz com o tráfico humano é o fato de transportar a irmã para os diversos espaços da prostituição nos garimpos ou nos seus arredores.

Nas observações de campo, foram identificadas várias cidades ou vilas utilizadas pela economia garimpeira como pontos de referência para a prostituição. Boa parte dos garimpos mencionados na narrativa estão localizados em território indígena, na Terra Indígena Yanomami. Os locais de garimpo só podem ser acessados via fluvial ou aérea. Alto Alegre e seus vilarejos representam um conjunto de referenciais para os garimpos. O fato de estar na rota

dos garimpeiros faz com que sejam utilizados como referência para a prostituição. Nas vilas estão vários pontos de exploração sexual, tais como a vila do Taiano, a Vila Samaúma, o Paredão e várias fazendas que são pontos de acesso aos rios Mucajai, Uraricoera e Parima e funcionam como bases de pouso e decolagem para os garimpos.

Outro elemento observado nas pesquisas de campo e apresentado na narrativa de Maugê são as festas que acontecem nos garimpos e seus entornos. Sobre isso, ela recorda o seguinte:

Um dia meu irmão me ligou de novo da “fofoca do cavalo” e me falou que teria uma festa grande numa fazenda de gente que ele conhecia e perguntou se eu queria ir. Eu estava bem de saúde e acabei aceitando. Uns amigos do meu irmão passariam por Alto Alegre e me levariam porque era um lugar bem longe e bem difícil de chegar. Saímos de madrugada e viajamos por umas vicinais o dia inteiro até que chegamos numa fazenda. Era a sede de uma fazenda, onde estavam dando uma festa para gente da política. Tinha muita gente importante chegando até de avião. Havia outras garotas que chegaram para a festa. Tinha muita bebida e muita droga. Colocaram alguma coisa na minha bebida e, quando acordei, havia uns 10 homens em cima de mim. Foi uma noite muito difícil e achei que não sairia viva porque eles estavam muito alterados com tanta droga. Não eram garimpeiros. Eram políticos que haviam ido para a festa. Mas não sei o nome de nenhum deles. Eu só queria que aquilo terminasse. E fiquei desesperada ao perceber que eles não usavam camisinha. Eu tentava reagir, mas não conseguia. Me deram mais bebida e eu apaguei de novo. Já era perto do meio-dia quando o amigo do meu irmão apareceu e me ajudou a levantar, tomar banho e me vestir. Minha cabeça parecia que iria explodir. Eu percebi que estava com um corrimento e sentia muitas cólicas. Me levaram de volta para casa e me pagaram 500 reais. Achei que era muita humilhação, mas não estava em condições de rejeitar e sabia que era aquilo ou nada (Pesquisa de campo – Entrevista nº 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

O tipo de festa narrada por Maugê é outro indício da exploração sexual comercial em rotas de tráfico humano. Tudo indica que a fazenda a que se refere seja um dos diversos pontos de referência dos garimpos na região. Uma espécie de base aérea e portuária, uma vez que está localizada perto de um rio que ela não soube precisar o nome.

Pela descrição, parece se tratar da vinculação de políticos e empresários endinheirados com o garimpo ilegal em Roraima. O envolvimento de políticos com o garimpo é histórico em Roraima. A partir da intervenção do Governo Federal, em fevereiro de 2023, muitas investigações da Polícia Federal identificaram e prenderam políticos da região envolvidos com garimpo e desvios de verbas públicas para investimento na garimpagem em várias partes da Amazônia. Novamente Maugê denuncia a violência sexual por parte dos participantes da festa. Novamente o estupro coletivo com o agravante da incapacidade de reação. A circulação de drogas e bebidas é outro elemento denunciado na narrativa. De acordo com Ramos (2020, p. 66),

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro apontou que o garimpo na Terra Indígena Yanomami funciona de forma similar ao narcotráfico, financiado por pessoas longe do garimpo. Similar a outras práticas criminosas como o tráfico de drogas ou de armas, no garimpo se “substitui a autoridade moral das instituições sociais regulares pelo caráter despótico e/ou tirânico das regras ditadas pelos criminosos.

Corroborando o mesmo debate, Rodrigues (2017, p. 96) confirma a interligação entre garimpo e drogas nos estudos realizados por ela:

Em nível de economia paralela é preciso citar a conexão entre garimpo e tráfico de drogas, embora não seja objeto específico de nosso estudo. As pistas clandestinas espalhadas por todo o estado e o fato de os pilotos declararem planos de voos falsos à torre de controle e transportarem o que quisessem, somados à ausência de uma fiscalização, são os ingredientes propícios para esta atividade.

A narrativa aponta outros envolvidos com a rota do tráfico para fins de exploração sexual comercial ligada aos garimpos. A rotatividade de mulheres no mercado da prostituição é uma característica importante na configuração do tráfico. Os “amigos” do seu irmão parecem participar do mesmo esquema de exploração sexual, pelo fato de receberem o pagamento e repassarem para as garotas com os descontos da viagem e o sequestro da porcentagem cobrada pelo agenciamento. Oliveira (2011) sustenta que este “esquema” financeiro faz parte da chamada “economia do sexo” e garante que

La rotación de las chicas de club en club es una estrategia de control y dominación. Ello impide que establezcan relaciones de amistad ni con los clientes ni con las propias compañeras de trabajo. La rotación garantiza, también, mayor rentabilidad para los dueños de clubes que alquilan habitaciones y firman contratos con ellas. Cada nuevo contrato es una nueva transacción comercial entre el empresario y la trabajadora temporaria. Relacionados con los clubes están los traficantes de drogas, otro tipo de explotadores que, de alguna manera, forman parte de la red y utilizan a las mujeres para sus negocios. La prostitución se encuentra muy involucrada en el consumo de drogas (OLIVEIRA, 2011, p. 44).

A rotação de mulheres nos clubes especializados na exploração sexual comercial alimenta as rotas do tráfico de mulheres para essa finalidade no mundo inteiro e parece se reproduzir integralmente nos garimpos ilegais de Roraima e nas “festas” realizadas para celebrar os êxitos da garimpagem e, ao mesmo tempo, para fazer circular a prostituição, as drogas e as bebidas junto aos garimpeiros.

Ainda neste mesmo artigo, a autora afirma que a prostituição nas rotas do tráfico “é muito utilizada como distração de trabalhadores em espaços tensos, que oferecem periculosidades que colocam em risco a vida do trabalhador” (OLIVEIRA, 2011, p. 48). Um fato que chama muito a atenção nessa narrativa é o envolvimento do irmão da vítima na sua rotatividade entre os garimpos desde a Venezuela. Percebe-se que ele é antigo no ramo e conhece todas as estratégias. So-

mente a irmã não consegue perceber a situação. Ou se percebeu, não declarou nas narrativas. Apenas deixou algumas pistas. Fato curioso é que em nenhum momento da narrativa ela revela o nome do irmão. Apenas se refere a ele pelo apelido “pacho”, que seria atribuído ao nome Francisco. Apenas essa pista. Esse pode ser um indício de que ela sabia do seu envolvimento, mas não quis comprometê-lo. Na sequência das memórias, ela apresenta novas pistas:

Meu irmão retornou do garimpo e eu contei para ele o que havia acontecido. Ele parecia muito revoltado, mas não quis conversar sobre o assunto. Disse que eu precisava esquecer e tocar a vida para frente, que era assim mesmo. Ele me falou que estava pensando em me levar para ficar com ele na “fofoca do cavalo”, para eu receber as peças enquanto ele estava dando assistência nas redondezas. Mas ele disse que estava com medo de me levar porque era perigoso para as mulheres. Eu não entendi bem, mas fui com ele. Chegamos a uma comunidade do povo Yanomami, chamada Helepi. Neste lugar, que era também uma espécie de passagem obrigatória de garimpeiros, um pastor evangélico avisou que não era para seguir viagem porque mais cedo havia passado gente da polícia para fazer alguma investigação. Então, passamos a noite no barco. De manhã, no Porto do Arame, cobramos pedágio do meu irmão. O encarregado disse para meu irmão que daquela vez não queria dinheiro nem ouro. Então entendi que era comum pagar pedágio naquele lugar. Meu irmão foi conversar com ele na beira. Ele olhou para mim e pediu para eu acompanhar o homem até seu alojamento. Eu fui chorando porque não queria, até aquele momento, acreditar que meu irmão estava me entregando para a prostituição. Enquanto servia àquele homem, fiquei pensando como devia ser difícil para meu irmão fazer isso comigo. Mas depois que terminou e eu voltei para o barco com ele, vi que ele não queria me olhar nos olhos e evitou falar comigo por toda aquela longa viagem. Em muitos lugares tínhamos que descer e empurrar a lancha por causa das pedras ou bancos de areia. Também tinham muitas galhadas nas beiras do rio. Foi uma viagem demorada muito difícil. Até que chegou um momento que eu criei coragem e perguntei: “Pacho, o que eu vou fazer realmente neste lugar?”. Ele apenas me disse: “Qualquer coisa”. Então entendi que ele estava me levando

para a prostituição. E entendi que para ele não fazia diferença eu ser sua irmã ou uma mulher qualquer. Mais cinco pessoas viajavam com a gente na mesma voadeira, todos rapazes jovens que já frequentavam o garimpo. Eles conversavam comigo e me contavam suas aventuras. Mas eu não conseguia tirar aquela coisa da cabeça. Meu irmão estava me levando para prostituição (Pesquisa de campo – Entrevista n° 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

Este trecho da narrativa foi o mais difícil para Maugê. A tristeza nos seus olhos demonstrava o tamanho da sua decepção com o irmão. Aquele que deveria protegê-la a entregou à prostituição. Era difícil para ela aceitar. As lágrimas desciam copiosamente dos seus olhos. A entrevista foi interrompida por um longo espaço de tempo. Narrativas como essa revelam a difícil postura do(a) pesquisador(a), o qual deve se policiar para não fazer juízo de valor nem julgar a situação. Apenas ouvir atentamente.

A essa altura da narrativa, fica clara a coisificação da mulher em situação de prostituição, tratada como mera mercadoria. Ninguém, nem mesmo o próprio irmão, a trata como um ser humano. Pelo contrário, entrega-a para a prostituição e a negocia sem a sua participação na decisão. Maugê apenas cumpre o acordo entre o irmão e o encarregado. Não tem direito de reagir, de dizer não. Essa situação também pode ser entendida como um código de cumplicidade no garimpo. Ao fazer isso com a irmã, o rapaz poderia estar lhe dizendo indiretamente que no garimpo é ele quem estará no comando.

Essa situação é um convite ao debate sobre o tema da falaciosa autonomia na prestação de serviços sexuais na prostituição. Num país em que a prostituição não é regulamentada e que as pessoas, homens e mulheres que a exercem, não têm direitos trabalhistas garantidos nem a profissão formalizada, é no mínimo falacioso insistir na autonomia das trabalhadoras do sexo. Mas optamos por não aprofundar aqui este debate. Quem sabe em estudos futuros.

A narrativa é confusa sobre quantos dias levaram para chegar ao garimpo chamado “fofoca do cavalo”. O que fica claro na narrativa é que se trata de um lugar muito distante onde ela não conhece ninguém além do seu irmão, que acaba de se revelar a ela como um completo desconhecido ou mais um dos seus algozes. A distância também é um elemento importante do tráfico. A pessoa não sabe para onde está sendo levada. Não tem nem ideia de como voltar sozinha.

A angústia de Maugê, ao perguntar ao irmão “o que eu vou fazer realmente neste lugar?”, revela que a viagem não foi planejada junto com ela. Novamente lhe é tirado o direito de decidir sobre seu corpo. A resposta à sua pergunta foi drástica: “Qualquer coisa”. Nesse momento, a verdade finalmente apareceu para Maugê. Mas assimilar aquele acontecimento estava sendo difícil. A sua vida toda, desde que saiu da casa dos seus pais, tinha sido muito difícil para ela. Mas, na inocência, ainda insistia num vínculo que a mantivesse com esperança de que poderia confiar no seu irmão. Nesse momento da narrativa, todas as esperanças de Maugê pareciam cair por terra. Novos elementos vão confirmando a situação de tráfico e as suas estratégias adaptadas ao garimpo.

Chegamos numa quinta-feira à noite. Eu estava muito cansada. O corpo inteiro doía e sentia um pouco de febre. No alojamento do meu irmão só havia homens. De manhã percebi que havia poucas mulheres no local. Meu irmão apenas me orientou que eu tivesse muito cuidado e que reagisse a qualquer perigo e que gritasse por seu nome. Ele desceu novamente de lancha para entregar as peças que havia comprado em Boa Vista. Me disse que, se alguém pedisse para eu cozinhar, era para fazer. Não demorou, um rapaz pediu se eu faria o almoço, que ele pagaria para mim. Então aceitei. Quando comecei a preparar, tudo no improviso, mais uns três pediram para fazer comida para eles também. Fiquei animada e pensei que poderia ganhar a vida assim, fazendo comida para eles. Muita gente morava nesta “fofoca”. Tinha rádio e uma torre com internet. Mas logo vi que meu celular não funcionava. Tinha um lugar onde matavam gado e porco e vendiam as carnes ainda frescas. Em outro lugar vendiam cebola, alho, enlatados e outras co-

midas brasileiras. Mas era muita lama, os alojamentos de lona, tudo improvisado mesmo. No final do dia os homens iam chegando para tomar banho, comer e descansar. Chegavam todos enlameados, da cabeça aos pés. Ligavam o gerador para as lâmpadas e para os rádios. A noite de sexta-feira foi ficando animada. Meu irmão chegou de noite e disse que não era seguro eu ficar na casa dele porque só havia homens nos arredores. Disse que havia falado com uma amiga para eu ficar na casa dela. Era a Adelaide. Logo ela foi me dizendo que a noite iria ferver e que eu precisava me arrumar. Então, entendi que era um prostíbulo. Não demorou os homens começaram a chegar trazendo bebida. Adelaide também fornecia drogas para eles. Logo apareceu o primeiro cliente e me levou para o quarto. E veio um segundo, um terceiro, um quarto... e eu já nem consegui mais contar, por causa de tanta bebida. Mas a Adelaide contava um por um e recebia deles, tudo anotado no seu caderno de controle (Pesquisa de campo – Entrevista nº 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

Ao chegar ao garimpo, Maugê, por um instante, pensa que é possível viver ali sem ter que se prostituir. Pensa no negócio da venda da comida. Sonda o local, o mercado, as possibilidades, cozinha, vende as marmittas para os trabalhadores. Parecia que poderia funcionar. Mas não demorou para seu irmão novamente a reconduzir à prostituição. Sua relação com a dona da 'cantina' deixa claro que ele está envolvido no mercado da prostituição e que agora trazia o que lhe era de mais precioso, a própria irmã.

O controle comercial da Adelaide sobre o movimento na sua cantina envolve diretamente a exploração sexual comercial. A moça nem consegue contar quantos clientes atendeu. Mas "ela (Adelaide) anotava tudo no seu caderno".

A exploração sexual é uma das atividades ilegais que mais geram lucros. Os exploradores chegam a ter ganhos de US\$ 99 bilhões anuais ou 66% de todo o lucro gerado no mundo com o trabalho forçado, de acordo com o relatório Estimativas Econômicas Globais

do Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O tráfico de mulheres para a prostituição também gera lucros exorbitantes anuais de US\$ 16 bilhões na América Latina, segundo a Organização Internacional de Migrações (OIM). A prostituição feminina está em segundo lugar, com o tráfico de armas, como o negócio ilegal que movimenta mais dinheiro depois do narcotráfico.

De acordo com a OIM, um cafetão chega a ter um lucro líquido de US\$ 13 mil ao ano por mulher que explora. As prostitutas estão facilmente acessíveis, em todos os níveis do mercado, a qualquer homem que possa pagar por seus serviços, e elas são oferecidas como parte de transações comerciais, políticas e diplomáticas. O surgimento da prostituição advém do surgimento da propriedade privada dos meios de produção e do desenvolvimento da família monogâmica na sociedade.

A partir do século XX, a prostituição assume um caráter mercadológico por meio das instituições empresariais eróticas, e a atividade da prostituta começa a ser organizada por “agenciadores”, “cafetões” ou “cafetinas” em troca de uma certa “segurança” e um lugar para prostituir-se. Apesar da repressão social e religiosa e da falsa moral burguesa, a prostituição não terminou, mas, pelo contrário, renova-se e ressurgue com mais força a cada dia, com redes mundiais de comércio sexual movimentando bilhões no mundo todo.

A persistência da prostituição, mesmo depois da chamada “revolução sexual” da década de 1960, é justamente a sua dimensão comercial e a sua lucratividade. Para esse mercado render, as estratégias de exploração são fundamentais. No fundo, as mulheres em situação de prostituição são as que menos ganham nesse mercado. Até mesmo no garimpo as estratégias de controle de mercado se reproduzem. E Maugê as descreve com clareza:

No sábado de manhã procurei por meu irmão e disseram que ele havia descido o rio na madrugada. Adelaide apareceu e pediu para acertarmos a noite. Me explicou que

para ficar trabalhando com ela, teria que pagar uma parte dos programas para ela. Eu estava ainda meio tonta e expliquei que não estava em condições de negociar e que precisava descansar. Ela, porém, disse que a casa dela não era pensão e que para ficar com ela, eu teria que ajudar na limpeza da casa, na comida e assim por diante. Mesmo cansada, trabalhei o dia todo. No final da tarde começaram a chegar os homens e logo a casa estava lotada. Não sei em que altura da noite, me dei por conta que estavam uns 10 homens de novo em cima de mim. Eu tentava pedir socorro, mas não conseguia. De manhã estava arrebatada de novo. Fui conversar com a Adelaide e ela me disse que era assim mesmo. Que tinha que me acostumar. Que os homens gostavam de fazer sexo grupal. Então eu disse para ela que aquilo era estupro. Ela se calou e não quis dar continuidade à conversa. No domingo à tarde tudo se repetiu. Eu ainda não havia me recuperado da noite anterior. Mas tive que dar conta de mais uns 10 clientes da Adelaide (Pesquisa de campo – Entrevista nº 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

A exploração de outros trabalhos vinculados à manutenção dos espaços de prostituição é recorrente no mercado do sexo. A cobrança da taxa de moradia e a porcentagem dos programas é outra característica do tráfico e uma reprodução de como funciona o mercado do sexo.

Novamente Maugê denuncia o estupro coletivo em espaço de garimpo. Novamente fica claro que os antigos códigos de conduta no “modo de vida garimpeiro” (RODRIGUES, 2017, p. 10) foram profundamente alterados. O estupro que antes era determinadamente proibido, mesmo na prostituição, agora é recorrente. Mais grave ainda, o estupro coletivo. Ao se calar, Adelaide revela que há um pacto de silêncio e cumplicidade sobre o tema nos garimpos. Um detalhe na narrativa de Maugê é que em nenhum momento ela se refere aos clientes como seus. São “os clientes da Adelaide”. Esse distanciamento também é estratégico na situação de tráfico humano. Ela não faz parte do mercado. É apenas uma mercadoria em circulação sendo repetidamente vendida e revendida a cada noite. Contudo, na prostituição, a mercadoria tem

prazo curto de validade. E quando começa a não render mais lucro, é descartada como qualquer outra mercadoria que perdeu sua utilidade.

Na segunda-feira percebi um corrimento muito forte e muitas dores. Comentei com a Adelaide. Ela fez um caldeirão cheio de chá e pediu para eu tomar o dia inteiro. Nos outros dias ela repetiu a mesma coisa. Nestes dias não apareceu cliente na casa da Adelaide. Na quinta à noite, ela me perguntou como eu estava e eu disse que continuava o corrimento com um pouco de sangramento. Então ela foi dispensando os clientes que apareciam. Ela nunca falava de pagamento. Eu via os homens pagando para ela pelo programa. Mas ela não me falava quanto me pagaria e nem se me pagaria. Eu tinha medo de perguntar. As semanas foram passando. Quando o corrimento diminuía, ela avisava os clientes e a casa ficava lotada de novo. Passados quase um mês, meu irmão retornou. Então eu contei para ele sobre o sangramento e as dores. Ele foi perguntar para a Adelaide se os remédios dela (os chás) não funcionavam. Então ela disse para ele que poderia ser uma coisa mais grave e que procurasse tratamento. Meu irmão havia planejado uma viagem a Boa Vista, mas não tinha intenção de me trazer. Então, vendo minha situação, mudou de planos e resolveu me trazer. Me deixou em Alto Alegre e seguiu para Boa Vista para comprar as peças que precisava. Eu fui logo procurar por um médico. No posto de saúde, logo me encaminharam para o hospital. Logo que contei o que estava acontecendo, providenciaram os exames. Quando chegou o resultado eu levei de volta ao médico. Ele balançou a cabeça e falou: “Vá para Boa Vista se tratar”. Eu fui falar com o pessoal da pastoral. Eles me ajudaram com as viagens e com os tratamentos. Em Boa Vista, fiquei no quarto com minha amiga Juliana, no Pricumã. Ela me acolheu e me ajudava toda vez que tinha retorno com o médico. E assim o tempo foi passando. O tratamento parecia funcionar, mas, quando menos esperava, vinham as dores e o sangramento. Até que comecei a ter febre. Foi quando o médico me chamou e disse que eu tinha câncer em estado muito avançado e que não tinha muito o que fazer aqui em Boa Vista. Num final de semana consegui falar com meu irmão e contei a ele tudo o que estava acontecendo. Então ele veio para Boa Vista e fez contato com um colega do garimpo que era de Goiânia e que estava retornando para lá. Então ele conseguiu comprar a passagem para tentar um tratamento especializado. Por isso que estou pedindo ajuda para comprar

as coisas quando chegar lá e não ter que depender do meu irmão para tudo. O amigo dele já conseguiu uma consulta para mim num hospital que se chama Araújo Jorge. Eu vou fazer o tratamento lá (Pesquisa de campo – Entrevista n° 07, Instituto Conviva, recompilado em 2024).

A fatalidade do itinerário migratório de Maugê se repete com muitas mulheres. As armadilhas do tráfico de mulheres para exploração sexual comercial estão por toda parte. É um tema muito complexo que merece ser aprofundado em outros estudos. Aqui estamos realizando apenas um mapeamento da situação.

Em uma entrevista longa, um dos participantes da pesquisa detalha como percebe as estratégias para exploração sexual de mulheres nas áreas de garimpo. Primeiramente, ele descreve o conjunto de atividades que envolve um garimpo:

No garimpo há toda uma rede comercial funcionando, há vários públicos a serem atendidos e uma diferença econômica muito grande entre os que estão ali dentro. Alguns, como o mergulhador, o catador de raiz, o bico jateiro³⁸, os homens do mangote³⁹, os mecânicos, os operadores de equipamentos mecânicos, etc., dependem da sorte de “bamburrar”⁴⁰ e ser rico por um ou dois dias; outros passarão tempos e ganharão senão um pouco de ouro para trazer para casa e “sustentar” sua família ou gastar em umas noites de “piseiro”⁴¹ e depois retornar antes que fique “blefado”⁴² e não tenha nem como pagar a passagem de volta ao garimpo.

38 Garimpeiro especializado no trabalho de desmonte hidráulico a partir da manipulação do mangueiro de pressão d'água. Bico jato: Conjunto de equipamentos que servem para efetuar o desmonte hidráulico de barrancos.

39 O mangote é uma determinação dada para um tipo de mangueira curta e flexível, geralmente está acoplada ao bico jato ou às maracas.

40 Achar a fortuna, felicidade, encontrar a sorte grande no garimpo.

41 Festança sem hora para acabar.

42 Diz-se de alguém que perdeu a condição financeira. Azarado, sem ouro, sem dinheiro, endividado.

Esses são os peões, o proletariado da lama. Temos também aqueles que exploram o comércio na área do garimpo. São aqueles que vendem víveres⁴³, bebidas alcoólicas, drogas, munição, produtos eróticos e toda sorte do que puder ser comercializado. A moeda de troca é o ouro do trabalhador citado acima. Temos os donos dos equipamentos (dono do maquinário): esses têm o comando juntamente com outros donos de maquinários daquela microrregião onde estão explorando naquele momento, bom dizer que também são os detentores do poder da lei e da ordem dentro dos seus próprios parâmetros. O grosso do material explorado corre para as suas mãos e as comissões pagas pelos comerciantes que estão sob sua "jurisdição"⁴⁴ (Pesquisa de campo – Entrevista nº 13, Instituto Conviva, 2024).

A narrativa apresenta as relações de poder que envolvem o território do garimpo intermediado pelo mercado externo que dá sustentação ao ilícito. Há uma consciência clara sobre o crime que envolve a garimpagem.

Existe também o "patrocinador", que é o comprador de todo material. Esse aí dificilmente aparece no "barranco"⁴⁵, só manda os "guaxebas"⁴⁶. Mas ele é a parte intelectual ativa em todo o processo de aliciamento e manutenção das meninas dentro e fora do garimpo. Partindo desse pequeno esclarecimento, vamos adiante para entender parte de como as meninas vão, ficam e voltam desse mundo ilegal. Uma rede muito bem montada começa uma ação de forma ostensiva e planejada, mira-se o "alvo", toda uma artimanha e uma estratégia vai sendo montada e colocada em ação como se fosse casual. Assim, com a fluidez de uma conversa geralmente banhada com bebidas e drogas, vai-se fazendo o convencimento de como se pode ter uma vida cheia de "liberdades" e ainda ganhar um bom dinheiro dentro dos

43 Mantimentos em geral, alimentos e materiais de uso pessoal.

44 Jurisdição nesse contexto é a área delimitada do dono do garimpo, a de um termina onde começa a do outro.

45 Escavação dentro de um perímetro demarcado com balizas. Cada barraco tem uma equipe de trabalho.

46 Peão que vende serviço de proteção, de cobrança e o que o dinheiro puder pagar.

Fuscões⁴⁷ das currutelas⁴⁸ dos garimpos ilegais. As mulheres vão “entrar” sempre depois de uma boa conversa de convencimento e vai ter sempre alguém que está lá dentro e vem até a cidade ostentando algum dinheiro no bolso e algumas gramas de ouro, para mostrar o exemplo de sucesso que pode ser alcançado. Os encontros acontecem em vários lugares, hotéis, bares, lanchonetes, chácaras, banhos, etc. Os pontos de rádio amadores ainda são um meio de comunicação utilizado. Mas, com a chegada da telefonia celular, o acesso ficou ainda mais fácil e direto para quem mantém o comércio lá dentro e quem promove o “abastecimento” aqui fora. Os “alvos” não são escolhidos de forma aleatória, uma “loba” solitária é mais fácil de ser capturada. Há uma preferência por meninas que ainda não entraram na “vida” profissionalmente, ou seja, quase sempre elas não têm experiência alguma e fica muito fácil glamourizar⁴⁹ a vida dentro de um garimpo para pessoas que não conhecem essa realidade. Então, vem uma pergunta: se as meninas vão porque não conhecem, por que, ao conhecerem essa realidade, quase sempre retornam? Por aquilo que conheço, posso afirmar que elas retornam ao garimpo porque perdem o significado da realidade. Voltam porque acham que estão num ganho aparentemente fácil e perdem a noção do valor do dinheiro, voltam porque se viciam em noites carregadas de drogas lícitas e ilícitas. Voltam porque se transformam em prisioneiras de um sonho. Voltam porque vão ser discriminadas na cidade. Só não voltarão quando o sistema da garimpagem não tiver mais nada a explorar delas. Quando isso acontecer, elas (as mulheres prostituídas) serão abandonadas, não vão ser mais bem-vindas nos locais antes frequentado, serão bruscamente desconectadas daquela rede (Pesquisa de campo – Entrevista nº 14, Instituto Conviva, 2024).

-
- 47 Pequeno barraco coberto e fechado de plástico preto construído ao lado do acampamento principal, destinado à cozinheira ou a encontros íntimos. Também chamado “fusão preto”.
- 48 Conjunto de precários estabelecimentos comerciais voltados para o atendimento de um garimpo de balsa ou de baixão.
- 49 Vem da palavra *glamour*. Nesse caso é usada para enganar desavisados ou desavisadas com a mentira de que o garimpo é um paraíso de festas, bebidas, muito dinheiro, sem que se necessite dar satisfação para ninguém. Basta passar um tempo “maravilhoso” lá e todos seus problemas financeiros estarão resolvidos.

O garimpo se soma a um conjunto de situações e realidades que favorecem o tráfico de pessoas nessa região fronteiriça. Em uma missão de visitação a Roraima em junho deste ano, a Comissão Episcopal Especial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEETH) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁵⁰ realizou diversas visitas e em todas, constatou a situação do tráfico de pessoas em todas as fronteiras visitadas.

As pesquisas constataram ainda que a presença do garimpo em toda região faz com que a questão do tráfico seja invisibilizada porque as mulheres geralmente não conseguem perceber as estratégias dos traficantes e nem se reconhecem em situação de tráfico durante o tempo que trabalham nos garimpos em situação de exploração. Outros aspectos da narrativa apontam situações ainda mais complexas que envolvem as estratégias de tráfico de pessoas:

O garimpo mostra o seu poder para movimentar o mercado da exploração sexual quando não mede esforços nem recursos para levar um cantor famoso para dentro da selva amazônica, dentro da reserva indígena Yanomami. Isso aconteceu no dia 04 de dezembro de 2020, em um garimpo chamado Prainha, no rio Parima, um afluente do Rio Uricricoera, próximo às comunidades de Xaruna⁵¹ e Macabe. A perna de voo⁵² para essa região sai geralmente de Sumáuma, no município de Alto Alegre, em Roraima, tanto que o próprio cantor, em vídeo, cita o nome da vila como ponto de apoio⁵³. Praticamente em todos os “comércios⁵⁴” há uma

50 Uma síntese da missão da comissão foi publicada sob o título: O tráfico de pessoas existe em Roraima e é visível. Disponível em: <https://cepastcnbb.org.br/o-trafico-de-pessoas-existe-em-roraima-e-e-visivel/>.

51 Comunidades indígenas dentro da Terra Yanomami.

52 A distância de um ponto ao outro.

53 A festa foi amplamente divulgada nas redes sociais e nas mídias locais. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/12/28/cantor-wanderley-andrade-faz-show-em-garimpo-ilegal-dentro-da-terra-yanomami-em-rr-quantas-vezes-me-chamarem-eu-vou.ghtml>.

54 Comércio em referência às mulheres serem tratadas como objeto ou produto de consumo.

seleção de produtos, o produto de primeira, o produto de segunda e há o descarte. As meninas não são tratadas de formas diferentes: as mais novas, mais inexperientes, mais bonitas vão ser o produto de primeira. Elas vão contar com uma atenção diferenciada desde o primeiro contato. Um olheiro(a)⁵⁵ vai analisar a situação que a “presa⁵⁶” está vivendo e os problemas pelos quais está passando, de ordem principalmente financeira e familiar. Nesse primeiro contato será analisado como uma pessoa irá se aproximar e ganhar a confiança sorrateiramente. Essa pessoa vai se mostrar muito solícita, resolvendo pequenos problemas, dando conselhos, oferecendo noitadas, fazer tudo parecer muito fácil e mostrar a “solução” para uma vida maravilhosa. Essa menina vai se transformando numa carga muito preciosa. Foi investido dinheiro, tempo, foi usada toda uma logística para que ela atendesse ao clamor do mercado, mas ela ainda não sabe disso. Acompanhei o resultado de um trabalho desses no momento da apresentação do “produto” ao seu benfeitor ou seu adquirente, numa grande mansão onde estava rolando uma festa grandiosa do tipo que não acaba no mesmo dia. Essas festas colocam as meninas em um ambiente programado. O uísque e a cocaína vão entrar de vez em suas vidas. Ali elas (não havia só uma nas condições que estou citando) vão ser “testadas”⁵⁷ pelos patrocinadores. Eles vão mostrar para elas como eles são importantes e como estão mudando suas vidas (afinal, eles todos são senhores de excelente coração). A mistura do som alto com as bebidas, as drogas e as conversas preparadas, de mulheres que estão ali com roupas caras e ouro pelo corpo, vai levando à conclusão do convencimento. Quando isso acontece, a negociação e o trabalho de captação estão perto do fim. As meninas serão usadas pelos patrocinadores por um tempo e depois serão colocadas em um voo até seu destino de trabalho, o garimpo. Nesse momento uma parte do processo se encerra para a “mercadoria de primeira”. O transporte conta com a ajuda de várias pessoas com poder financeiro muito grande. São pernas de voos feitas com

55 Pessoa que ganha pequenas quantias ou agrados para passar informações que facilitem o trabalho de convencimento.

56 Aquela que vai se tornar vítima.

57 Abusadas; um teste de convencimento que pode verificar se serão ou não lucrativas.

pequenas aeronaves, às vezes com helicópteros, e são caríssimas. Assim podemos perceber que a “mercadoria” levada é muito importante e vai render muito lucro para que seja investido tanto dinheiro. Essas aeronaves partem de vários pontos do estado de Roraima, mas também partem de dentro da cidade com a camuflagem de voos turísticos (somente com voos de ida). Facilmente se vê helicópteros em residências nos bairros nobres de Boa Vista. Quando se apreende uma aeronave dentro de área de garimpo, há como saber quem é ou foi seu dono. Essas pessoas que estão ligadas com o garimpo ilegal de alguma forma são as mesmas que patrocinam a ida dessas mulheres ao garimpo ou seus arredores para serem exploradas (Pesquisa de campo nº 14, Instituto Conviva, 2024).

A facilidade com que os grandes empresários do garimpo fazem circular mulheres para exploração sexual comercial nos garimpos foi identificada pela Comissão Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CEETH/CNBB). Essa realidade foi evidenciada a partir de um conjunto de pesquisas realizadas no Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR) em parceria com o Instituto Conviva, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) e a própria CEETH/CNBB..

O relatório institucional se refere a pesquisas realizadas ou em andamento em nível de graduação, mestrado e extensão ligadas ao conjunto de pesquisas realizadas a partir do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR)⁵⁸, em parceria com o Instituto Conviva. Alguns recortes:

- 1) Pessoas migrantes em situação de tráfico no recorte temporal 2022.1 a 2024.1, que foram identificadas, direta e indiretamente, no conjunto de pesquisas em nível de graduação (cursos de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais da UFRR), em

58 O relatório foi coordenado pela professora doutora Márcia Maria de Oliveira, em junho de 2024. Recortes do relatório foram publicados em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/07/24/mulheres-migrantes-sao-41percent-das-vitimas-de-traffic-humano-em-roraima-revela-estudo.ghtml>.

nível de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSO/UFRR) e em nível do Programa de Extensão Rede de Saberes entre Migrantes e Refugiados (PRAE/UFRR): 309 pessoas (227 migrantes e 82 nacionais).

FIGURA 02: IDENTIFICAÇÃO GERAL DAS VÍTIMAS DE TRÁFICO EM RORAIMA

Fonte: CONVIVA/GEIFRON/PPGSOF/UFRR: Recorte do Relatório de Pesquisa sobre Tráfico Humano (2022/2024.1)

- 2) De acordo com a pesquisa, faz-se necessário buscar novos elementos para elaborar o conceito de migrante na Amazônia, levando em consideração a mobilidade de indígenas, pessoas indocumentadas ou em situação migratória irregular, refugiados, ribeirinhos e outras categorias específicas decorrentes de novos eventos, como o contrabando de migrantes, a feminização da migração e o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual comercial.
- 3) Adotou-se, assim, uma metodologia visando a possibilitar a análise da realidade com um olhar crítico, de modo a “desna-

turalizar” os fatos sociais mediante as técnicas de pesquisas das ciências sociais e dos estudos interdisciplinares. Tal estudo exigiu um rigor metodológico e uma prática científica extremamente cuidadosa, a fim de garantir a segurança dos sujeitos envolvidos na pesquisa, assegurando o seu direito de anonimato.

- 4) Como se trata de estudo de grupos e redes sociais de migrantes, foram realizadas pesquisas de campo em espaços estratégicos de acolhida a migrantes e refugiados bem como em espaços caracterizados pela saída intensa de migrantes, como é o caso da fronteira com a Venezuela e com a Guiana. A pesquisa de campo foi orientada pelo levantamento documental dos indicadores oficiais referente ao ingresso de migrantes internacionais nas fronteiras e por dados extraoficiais recolhidos em campo. Utilizou-se o registro de narrativas e histórias de vida e a observação participante nas “trochas” (caminhos alternativos à fronteira oficial entre Brasil e Venezuela em Pacaraima), visando a identificar a formação das redes de migrantes e a atuação das rotas do tráfico humano.
- 5) Entre brasileiros(as) observou-se a ocorrência de migrações internas de pessoas que estiveram em regiões de garimpo em outras regiões e agora circulam por esta região. É o caso da Dina, uma paraense, mulher trans que foi aliciada para trabalhar em Carajás na prestação de serviços sexuais comerciais. “Depois de um tempo, eles (os homens) não querem mais a gente, ficam escolhendo. E como tem muita escolha, a gente tem que buscar outros lugares. Por isso me trouxeram (aliciadores/proxenetes) para Roraima quando o garimpo estava ‘bombando’. Agora me disseram que vão me levar para o Suriname”, afirma Dina, entrevistada em 04 de abril de 2024 em um ponto de apoio de garimpeiros em Boa Vista.

O relatório aponta que, no conjunto das pesquisas, entre migrantes, 57% são mulheres. Já entre brasileiros(as), 78% são mulheres.

FIGURA 03: PERFIL DAS VÍTIMAS DO TRÁFICO ENTRE MIGRANTES

Fonte: CONVIVA/GEIFRON/PPGSOF/UFRR: Recorte do Relatório de Pesquisa sobre Tráfico Humano (2022/2024.1)

O relatório concluiu que a presença de crianças, no geral, está relacionada ao aliciamento de toda a família, com predominância de trabalho análogo ao escravo. Entre as vítimas brasileiras, foram identificadas, direta e indiretamente, nas pesquisas: 65 mulheres; 9 homens; 7 lgbtqiapn+ e 2 crianças.

O presente relatório aponta a estreita relação entre o avanço do garimpo e o aumento do tráfico de pessoas na Amazônia. As circulações internas e internacionais colocam as pessoas em situação de vulnerabilidade social. A falta de emprego e de renda empurra as pessoas para o garimpo, que se configura como um espaço de exploração do trabalho análogo ao escravo e de tráfico de pessoas.

O levantamento realizado nas áreas de garimpo pela equipe de pesquisadores(as) do Instituto Conviva alerta para o descarte de

pessoas na relação comercial que garimpeiros e aliciadores(as) estabelecem com as vítimas.

Existe no garimpo uma categoria de pessoas sujeitadas à prostituição denominadas “mercadoria de segunda”. Nesse caso, as meninas não passarão pelas mãos dos patrocinadores ou aliciadores. Talvez em algum caso específico, mas não é a regra. O primeiro contato vai ocorrer da mesma forma que ocorre com a seleção da prostituição de primeira categoria. No entanto, o ponto central será mais focado na dificuldade financeira e na promessa de ir fazer um dinheiro rápido e poder voltar com a solução. Aqui será a quantidade e a diversidade que vai interessar ao pessoal que está levando; é um movimento de troca onde umas vão, outras ficam para poder ter “mercadoria” nova. As venezuelanas são a novidade do momento, de fácil acesso pela vulnerabilidade e mais baratas pela necessidade. Uma vez aliciadas, elas seguirão até pontos de embarque que estão à beira dos rios, como o Uraricoera⁵⁹. Viajarão junto com mercadorias e combustível que vão abastecer os comércios e as balsas que estão em funcionamento. É uma viagem perigosa e cara (cerca de 7.000 mil reais por pessoa e elas já vão devendo esse valor ou “negociando”⁶⁰ pelo caminho). Passam dias dentro de uma enorme canoa, enfrentando corredeiras onde, às vezes, as pessoas têm que descer da embarcação e caminhar pela margem por dentro do mato para poder seguir viagem. Acompanhei uma dessas viagens e toda a sua preparação. O dia da viagem é marcado de forma aleatória. Há uma comunicação via rádio⁶¹ em que os operadores do sistema sabem quando a embarcação sairá do garimpo e quando estará no porto. Assim a base que está aqui em Boa Vista vai providenciar o novo carregamento com o sinal dado pela comunicação. Os garimpeiros e as meninas que

59 Esse rio dá acesso à terra indígena Yanomami e a vários garimpos conhecidos; é usado para o transporte de logística pesada e pessoas com pouco dinheiro para entrar.

60 No caso dos homens, eles trocam o trabalho braçal necessário para vencer algumas corredeiras; algumas meninas cozinham, outras vão fazendo, vendendo sexo e anotando no caderno para uma futura cobrança. Não há calote no garimpo nesse tipo de serviço.

61 Esse tipo de comunicação está em desuso com a implementação da internet, mas ainda é um meio seguro de comunicação.

vão subir são avisados e vão todos se encontrar para aguardar o transporte que os levarão até a "beira"⁶², geralmente de madrugada. O caminhão com carotes⁶³ vai aos postos de combustível para ser abastecido e também vai seguir até o mesmo ponto. Na hora marcada, seguimos destino. As meninas e os garimpeiros alugam carros particulares para chegar ao destino. Havia uma van e até um táxi. Na van o valor da passagem era de R\$ 500,00 por passageiro. Fiquei sabendo que quem não tinha o valor deixava para o "agenciador", também chamado de comprador de ouro, a responsabilidade de providenciar o pagamento que posteriormente seria cobrado das meninas com todos os juros e correções possíveis, o que já gera endividamento. Seguimos pela estrada rumo a Alto Alegre. Em determinado ponto, entramos numa estrada de piçarra⁶⁴. Quase toda a viagem ocorre em estradas de piçarra que cortam fazendas e passam por Terra Indígena. Passamos por vários entroncamentos, dificilmente alguém que não conhece a estrada conseguiria fazer o percurso. Passamos também por algumas malocas⁶⁵, mas uma me chamou atenção porque é uma parada obrigatória para quem está fazendo aquela viagem. Fui chamado pelo pessoal, tomei um café e assisti um "acerto" de contas da viagem anterior. Houve ali uma prestação de contas por pessoa. Tudo era contabilizado. Sabiam tudo sobre quem tinha entrado, quem tinha saído. Comentaram sobre pessoas estranhas circulando pela região. Tudo isso depois de descarregarem algumas mercadorias na forma de encomenda como forma de pagamento pela utilização do caminho. Tudo era devidamente anotado em um caderno. Já era dia de sol alto, quando começamos a entrar pelas fazendas. Novamente me impressionei com a quantidade de porteiros e cadeados que passamos. Perguntei se todos aqueles fazendeiros autorizavam a passagem e a resposta foi que todos estavam ganhando de alguma forma com aquele serviço. Chegamos à beira do rio Uraricoera, num local chamado Arame (creio que esse nome é dado pela quantidade de cerca que se passa para chegar). O local está servindo a esse propósito há muito tempo. As casas e galpões são de madeira, mas muito bem-feitas (não são como os

62 Margem do rio.

63 Vasilhame de plástico.

64 Estrada pavimentada com um tipo de barro e pedras.

65 As comunidades indígenas e suas habitações.

barracos provisórios dos garimpos). Contam com umas quatro casas tipo galpão com cozinha, e já tinha comida na despensa quando chegamos. Aquele realmente é um lugar de apoio. As meninas que foram estavam cansadas e a maioria dormiu em redes penduradas em armadores nas madeiras dos galpões ou nas árvores dos arredores. Uma equipe foi designada para preparar o almoço e depois ficamos esperando a canoa chegar. Não ouvi muitas conversas entre o pessoal. Estávamos só no começo da viagem, mas as mulheres pareciam muito cansadas. Assim que chegou a embarcação trazendo carotes vazios, alguns garimpeiros e duas meninas, foi realizado o trabalho de descarregamento e novo carregamento. Logo, embarcamos. Uma menina que estava indo pela primeira vez, apresentava um misto de tristeza e esperança, mas nunca de felicidade. Falava pouco e parecia muito angustiada porque não sabia exatamente o que a esperava (Pesquisa de campo – Entrevista n° 13, Instituto Conviva, 2024).

A narrativa descreve a logística da viagem e denuncia os diversos agentes envolvidos com a garimpagem e com a exploração sexual comercial de meninas nas áreas de garimpo. Os pagamentos realizados em cada ponto estratégico revelam uma grande rede que interliga o garimpo à cidade de Boa Vista, onde funciona o centro das operações. As fazendas instaladas estrategicamente nos arredores da Terra Indígena Yanomami funcionam como uma espécie de escudo para proteger os garimpeiros. O participante da pesquisa detalha como as pessoas ingressam e também como são descartadas da exploração sexual comercial nos garimpos.

Tem a questão do descarte de pessoas. Aqui não me refiro à beleza feminina ou outro atributo físico. É um fato constatado que, depois de passarem algum tempo dentro de um determinado local, a menina não atrairá mais nenhuma negociação; ela fica sendo um peso para o dono do estabelecimento. Ouço muitas falando que elas vão para os garimpos ou para o comércio do corpo porque ali são livres, não têm horários, não têm patrão; isso não se aplica em nenhum lugar e principalmente nos garimpos. É uma amarga decepção quando, sem fazer os “programas”, elas começam a ver que não vão ter dinhei-

ro nem para comer. Se não dão lucro, qual a serventia? A rotatividade é muito grande, a desvalorização é terrível e deprimente. A mulher chega como uma joia e se transforma numa pedra sem valor em pouquíssimo tempo. Qual o lugar que a mulher irá depois de passar por tanta coisa dentro de um garimpo, qual seu futuro? Como já falei, o lugar não tem lei, o lugar não tem regras, elas são submetidas ao delírio de homens que vão saciar seus apetites, virar as costas e ir embora. A violência é constante e não há ninguém para quem reclamar. Nesse momento, a escolha é estar sempre com a mente turva pelo álcool ou pelas drogas. O corpo humano não foi feito para sofrer tanta violência, a física, a psicológica, a interna e as externas. Dito isso, me atenho ao fato do nascer dos novos locais para que a exploração continue. Afirmo que não é uma regra, mas, na grande maioria, pode ser comprovado o que levanto aqui. Ao meio dos caminhos que levam aos garimpos, vão se colocando estrategicamente novos pontos de comércio, tudo está conectado. Não estão mais num lugar tão distante ou inóspito, mas estão sujeitas às mesmas barbáries. O público é praticamente o mesmo, a diferença é que está sempre em trânsito. Esses pontos como o da vila Samaúma⁶⁶ ou o Arame, na beira do rio Uraricoera, nasce com esse “descarte”: as meninas não são mais bem-vindas nos garimpos, não conseguem “voltar” para casa e veem que a saída mais confortável é ficar pelo meio do caminho, onde tentarão pelo menos não passar fome. Quando se veem nesses novos pontos, as mulheres que ali estão não respeitam um padrão de beleza ou idade ou qualquer tipo de padrão. Percebe-se que ali é um ponto final, é talvez o último local que as receberá para trabalhar, porque elas estão cada dia que passa sendo abandonadas pelo mercado que as abraçou no início (Pesquisa de campo Entrevista nº 13, Instituto Conviva, 2024).

Uma questão central nos processos de aliciamento e permanência no tráfico é a violência psicológica que os grupos especializados projetam sobre as vítimas. As consequências dessa

66 Vila no município de Alto Alegre, próximo às margens da terra indígena usada no suporte logístico do garimpo.

violência, ao longo do tempo, podem apresentar impactos graves, como a sujeição das mulheres a toda forma de opressão. A violência psicológica faz com que as mulheres não consigam romper os ciclos de violência. De modo geral, a violência psicológica é acompanhada por outras formas de violência. Os resultados da pesquisa apontam a situação gravíssima da recorrência do estupro coletivo, que é uma das formas mais graves de violência contra as mulheres.

Outro resultado indica que o garimpo tem produzido relações de dominação pautadas pela violência contra as mulheres não apenas no território do garimpo, porque o mesmo agressor forjado no garimpo circula pelas cidades e muitas vezes reproduz essa violência em outras mulheres fora do ambiente do garimpo. As estatísticas têm apontado o aumento do feminicídio e da violência contra as mulheres nos estados da Amazônia onde houve maior crescimento do garimpo⁶⁷.

Uma preocupação com relação a essa produção social da violência nos garimpos é a sua perpetuação e reprodução na sociedade sem um posicionamento dos governos locais e estaduais, que ignoram a estreita relação entre o garimpo ilegal e o aumento do feminicídio e da violência contra as mulheres.

67 Matéria da CNN Brasil afirma que “Mulheres da Amazônia Legal são mais vítimas de violência que em outras regiões, aponta estudo. Em comparação com o resto do país, a região amazônica registrou maior crescimento de feminicídio nos últimos cinco anos”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulheres-da-amazonia-legal-sao-mais-vitimas-de-violencia-que-em-outras-regioes-aponta-estudo/>.

4. O GARIMPO INTERPRETADO PELAS “MARRETEIRAS”

No decorrer do mapeamento foram ouvidas muitas mulheres que atuam diretamente nos garimpos da Amazônia. Uma categoria que se destaca são as marreteiras. Apresentaremos algumas narrativas destacadas no decorrer da pesquisa de campo nas quais é possível compreender os impactos do garimpo ilegal na vida dessas mulheres⁶⁸.

Marreteira é a atividade equivalente à de mascate ou caixeiro-viajante, exercida quase que majoritariamente por homens. É uma

68 Fragmentos dessas narrativas foram publicados em um artigo nos Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, com o título: O GARIMPO ILEGAL NA PERSPECTIVA DAS “MARRETEIRAS”. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista>.

atividade muito antiga no Brasil e pode ter chegado ao território com os migrantes do Oriente Médio, que, milenarmente, praticavam o mercantilismo do Oriente para o Ocidente. No Brasil, há informações da presença dos mascates desde o início da colonização. O fato histórico da “Guerra dos Mascates”, ocorrida entre Recife e Pernambuco entre os anos de 1710 e 1711, representa um marco importante da presença dessa atividade no Brasil (Prado Jr., 2011).

A categoria “mascate” foi atribuída pelos portugueses de forma pejorativa a todos os comerciantes locais que praticavam qualquer forma de circulação de mercadoria independente do controle da Coroa Portuguesa. Essa característica confere à atividade um caráter mais autônomo, uma vez que não se trata de uma profissão reconhecida, nem de uma atividade ligada diretamente ao mercado formal.

A relação entre a figura do caixeiro-viajante ou o mascate com a garimpagem data da entrada dos bandeirantes (variante de bandeiras expedicionárias) em plena expansão do colonialismo no interior do Brasil. As expedições de prospecção, de aprisionamento e massacre dos povos indígenas e de contrato das iniciativas privadas por parte das bandeiras a serviço da Coroa Portuguesa adentravam as fronteiras brasileiras do litoral para o oeste. De forma predatória e saqueadora, os bandeirantes avançavam com a exploração de minérios de grande valor de mercado, especialmente ouro, prata e diamante (Prado Jr., 2011).

No período que corresponde ao final do século XIX e início do século XX, a Amazônia viveu o auge da economia da borracha, e lá estava novamente a figura do mascate ou caixeiro-viajante, denominado em quase toda a Amazônia por “marreteiro”, que fazia circular mercadorias nos seringais (Oliveira, 2016). Estes e muitos outros elementos históricos tornam recorrente a presença desse trabalhador da economia informal que compra mercadoria e a transporta para revendê-la em lugares mais distantes dos centros urbanos.

A novidade é a figura feminina nessa atividade e, mais ainda, com atuação intensa nos territórios de garimpo ilegal da Amazônia. Mais do que a figura da trabalhadora informal que faz circular mercadorias entre os garimpos ilegais, este recorte propõe-se a analisar versões diferentes do garimpo ilegal na perspectiva de gênero.

As narrativas contribuíram para reinterpretar a presença das mulheres nos garimpos para além da clássica prestação de serviços sexuais. Oliveira (2016, p. 61) afirma que, “enquanto ferramenta teórica, as narrativas permitem a necessária releitura dos processos migratórios apresentados sob a ótica dos próprios migrantes”. E alerta que a “subjativação do migrante é bastante complexa”. As narrativas das marreteiras revelam justamente a circulação das migrações nos itinerários dos garimpos ilegais, com destaque para os deslocamentos internos, como se pode observar no primeiro fragmento da narrativa da Ceíça.

Pode me chamar de Ceíça. No garimpo somos muitas Marias, Conceições, Fátimas. Somos mulheres de nome fácil. Garimpeiro não gosta de nome difícil. Para eles todo mundo é Maria. É a sina das Marias. Eu não me considero garimpeira. Mas nasci praticamente em um garimpo e me criei em muitos outros. Sou a terceira geração de uma família que começou em garimpo. O que mais escutei da minha mãe e da minha avó foi história de garimpo. Meu avô era maranhense e, quando era ainda muito jovem, foi para o garimpão da Serra Pelada, no início da década de 1980. Eu nunca soube ao certo, mas contaram que ele conheceu minha avó no garimpo. Mas sabe-se lá. Ela mesma contava que um major do Exército, chamado Sebastião Curió, que era quem comandava o garimpo, não permitia a entrada de mulheres, crianças nem bebida no local. Acho que minha avó morava numa currutela nos arredores do garimpo. Mais tarde essa currutela se tornou o município de Curionópolis. Fato é que ela ficou embuchada da minha mãe quando tinha 15 anos. Minha avó conta que meu avô morreu pouco tempo depois com apenas 23 anos, embaixo de barranco. Minha mãe foi criada em

meio ao garimpo por mãos de muitas mulheres porque minha avó ficou muito doente, com aquelas doenças da vida, logo depois que minha mãe nasceu. Minha mãe conta que se tornou mulher com 10 anos e que precisava fazer aquilo para ter o que comer. Com 13 anos, ela ficou embuchada de um soldado que andava na currutela. Dizem que era subordinado do coronel Curió. Quando eu nasci, ela tinha acabado de completar 14 anos. No meu registro, consta que eu nasci em Curionópolis, e consta apenas o nome da minha mãe. Do pai nada sei. Minha mãe conta que a vida ficou muito difícil com o fechamento do garimpo. Então, ela se mudou comigo para Marabá, onde estava minha avó e minha madrinha, que era esposa de um policial. Foi esse policial que falou para minha mãe vir para Roraima. Ele dizia que aqui estava tudo começando. Minha avó morreu pouco tempo depois com menos de 40 anos, mas parecia muito mais velha. Ela costumava me contar muitas histórias do garimpo. Dizia que viu muito ouro na vida, mas nunca pegou nenhum. Dizia que terra de garimpo era lugar de maldição. E chorava muito com dores nos ossos. Seu corpo era bem magrinho mesmo. E todo encurvado como se o tempo fosse um peso nas suas costas. Minha avó tinha um olhar muito triste e meio perdido. Parecia que estava sempre recordando coisas tristes. Muito sofrimento, sabe! (Pesquisa de campo – Entrevista nº 52, Instituto Conviva, 2024).

A transferência de trabalhadores(as) entre garimpos é algo muito recorrente na Amazônia. A primeira narrativa já indica uma circulação nos arredores dos territórios em garimpagem e faz referência ao maior garimpo a céu aberto da história do Brasil. A narrativa descreve as relações sociais no interior dos garimpos caracterizadas pela competição e pelas relações de poder impostas pela violência, de modo especial a violência contra mulheres e crianças.

Rodrigues (2014) salienta a relação entre o garimpo ilegal e os processos de ocupação e reocupação de Roraima nas décadas de 1980 a 1990. A economia do garimpo naquele momento foi

disseminada como o grande 'Eldorado do Brasil'⁶⁹. Contribuiu de maneira significativa com os deslocamentos internos de outros estados como Pará, Maranhão, Ceará, dentre outros, para Roraima em busca de riqueza rápida. Este contexto de deslocamento é confirmado no segundo fragmento da narrativa:

Em Marabá minha mãe realizava trabalhos domésticos para manter nossa sobrevivência. Depois que minha avó morreu, eu passava os dias com a madrinha, para minha mãe poder trabalhar. Tinha um quartinho no quintal da madrinha onde a gente morava. Um dia a madrinha saiu logo cedo e, quando acordei, o marido dela estava passando as mãos nas minhas partes⁷⁰. Quando percebi, fiquei sem ação. Só lembro que ele falou assim: "Neta e filha de puta é putinha". Eu não entendia nada do que ele estava falando. Eu tinha acabado de completar sete anos e estava feliz porque ia começar a ir para escola. Aquilo me entristeceu muito. Mas eu não contei para minha mãe. Comecei a ir para escola e ficava feliz com as outras crianças. Minha mãe saía muito cedo para ir trabalhar e eu ficava sozinha aos cuidados da madrinha, que me preparava para ir para escola na parte da tarde. Ela me dava almoço todos os dias. E aconteceu de novo. Outro dia, logo depois que minha mãe saiu para ir trabalhar, eu ouvi os passos dele entrando no quartinho e depois vi ele pelo lado da rede. Ele falava bem baixinho e pedia para eu não falar nada. E assim eu fiquei calada enquanto ele fazia aquelas coisas comigo. Eu não entendia o que era aquilo. Só sentia muito nojo. Eu tinha medo dele. Quando estava na casa da madrinha e ele chegava, eu me mijava de tanto medo. Um dia a madrinha contou para minha mãe que eu me mijava na hora do almoço. Então minha mãe me perguntou o que estava acontecendo e eu contei que me mijava de medo dele. Ela perguntou por que eu

69 O mito apropriado pelos colonizadores europeus para justificar a corrida ao ouro em todo o continente invadido pelos portugueses e espanhóis. A descrição detalhada do mito está disponível em: <https://web.archive.org/web/20111114002905/http://www.btinternet.com/~J.Pasteur/Dorado5.html>. Acesso em: 20/07/2021.

70 Uma referência às partes íntimas.

tinha medo. Então eu contei para ela o que estava acontecendo. Ela pediu para ver minhas partes e eu mostrei. Me lembro das lágrimas caindo dos seus olhos e me dizendo que aquilo era um segredo que a madrinha nunca poderia saber. No mesmo dia, ela falou para a madrinha que a gente iria embora para Roraima. Minha mãe tinha um pouco de dinheiro só para as passagens de ônibus e de barco. Tinha muita gente vindo para Roraima. Minha mãe veio junto com outras pessoas que ela conhecia. Foram muitos dias de viagem até chegar em Caracaraí. Eu fiquei muito triste porque deixei a escola e as outras crianças. Mas me sentia aliviada porque não tinha mais que ver aquele homem. Fomos morar nos arredores da cidade num barraco coberto de lona. Não tinha escola nem parentes. Foi um tempo muito difícil. Passamos muitas necessidades até que minha mãe conheceu um homem que levou ela para trabalhar num garimpo na Terra Indígena Yanomami. Era garimpo proibido, mas tinha muita gente puxando⁷¹. E ela me levava junto com ela (Pesquisa de campo – Entrevista nº 52, Instituto Conviva, 2024).

O desemprego, a fome e a miséria dos estados de origem foram os grandes responsáveis pela corrida do ouro nos garimpos de Roraima. Com deslocamentos eminentemente formado por homens, muitos se viram forçados a abandonar suas famílias em busca de sobrevivência na incerta e traiçoeira economia garimpeira. Muitos nunca mais retornaram.

Não faltam histórias de desaparecidos nos garimpos. É certo que muitos estão mortos soterrados nos desmoronamentos frequentes ou mesmo em conflitos. Outros, uma pequena parcela, ficaram em Roraima, fixaram residência e constituíram novas famílias. Entretanto, muitas mulheres fizeram parte desse processo, como revela o fragmento da narrativa 01. A violência sofrida por Ceíça se reproduz na história de Maria Rita, 57 anos, marreteira nos garimpos da Amazônia desde sua juventude.

71 “Puxar” é uma forma de dizer que uma pessoa vai levando outra sem muito alarde, justo por saberem que se tratava de atividade proibida.

Aprendi marretar com meu pai. Pouco tempo depois de nos mudarmos do Maranhão para Boa Vista, minha mãe morreu de malária quando eu ainda tinha 8 anos. Meu pai não tinha com quem me deixar para garimpar. Então, criou um pequeno negócio na periferia de Boa Vista (Bairro São Vicente) e passou a fazer encomendas para mandar para os garimpos no lado da Guiana e no Suriname. Com 14 anos meu pai me casou com um homem muito mais velho que também trabalhava nos garimpos com as mercadorias do meu pai. Na época eu sofri muito porque não sabia quase nada da vida. Ele era muito bruto. Vivia bêbado e me machucava muito nas relações sexuais. Era difícil suportar aquilo. Eu rezava para engravidar para ele me dar sossego pelo menos durante a gestação. E assim aconteceu. Com 15 anos engravidei e, desde o dia que falei para ele que estava grávida, ele não buliu mais comigo até os gêmeos completarem 4 meses. Foi um alívio para mim. Logo depois do nascimento das crianças, meu pai adoeceu e foi piorando até falecer com câncer no cérebro. Durante todo o tempo que ele ficou doente, mesmo de resguardo, eu cuidava da venda e das encomendas porque não tinha quem cuidasse. Meu marido começou a ir com mais frequência para os garimpos para levar as mercadorias (Pesquisa de campo – Entrevista nº 57, Instituto Conviva, 2024).

A narrativa evidencia o abuso sexual de crianças e o casamento servil, práticas muito recorrentes na primeira fase da garimpagem em Roraima e que ainda persistem (Alves e Semente, 2023). Esse contexto, marcado pela garimpagem ilegal, demonstra que boa parte da população do estado de Roraima é formada por migrantes internos deslocados para os garimpos ilegais. Rodrigues (2017) conclui que em Roraima se constituiu um modo de vida pensado a partir da garimpagem. “Os garimpeiros tinham um modo próprio de vida, de trabalhar, um código de honra, uma moral e uma ética” (Rodrigues, 2017 p. 10).

Passadas mais de três décadas, este modo “próprio de vida” a que se refere a autora, sofreu fortes intervenções e transformações. O controle dos garimpos ilegais nas terras indígenas por parte do crime organizado e a atuação de grupos políticos locais têm muito

a ver com os altos e baixos da economia garimpeira em Roraima⁷² e evidenciam que os tempos mudaram e esse modo de vida garimpeiro artesanal se perdeu.

Muito deste desmantelamento da sociedade pensada a partir do garimpo se deu pelo próprio esgotamento do garimpo, pela intervenção do Estado, que passou a proibir o garimpo em Terras Indígenas e Áreas de Conservação, entre outros fatores⁷³.

As narrativas recolhidas entre as marreiteiras que circulam nos garimpos ilegais de Roraima indicam que o controle social nos territórios de garimpagem foi tomado eminentemente por controles econômicos e muitos falam da presença do crime organizado⁷⁴. A terceira narrativa, da Elisa, de 57 anos, revela que o garimpo está muito presente na vida do povo roraimense e dos migrantes, que continuam chegando.

72 Deputados aprovam liberação do garimpo em RR sem realizar ‘estudos prévios’ dos 20 parlamentares que participaram da sessão remota, dezoito votaram favoráveis ao projeto proposto pelo governador Antonio Denarium (sem partido). Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/01/13/deputados-aprovam-liberacao-do-garimpo-em-rr-sem-estudos-previos.ghtml>. Acesso em: 20/09/2021.

73 Nas décadas de 70 e 80, cerca de 30 mil garimpeiros migraram para a área do povo Yanomami, quando houve descoberta do ouro e de outros minérios na região. Cerca de 20% da população Yanomami foi exterminada nessa época, principalmente por doenças como sarampo, malária, coqueluche e gripe. Outros faleceram em conflitos armados com garimpeiros. Disponível em: <http://www.hutukara.org/index.php/noticias/garimpo-ilegal-documentos?start=25>.

74 Crime organizado controla áreas de garimpo, afirma deputado de Roraima. Edio Lopes, parlamentar de Roraima, afirma que o Governo Federal tem sido alertado sobre a ação de grupos criminosos e cobra providências do Congresso Nacional. No início do mês, garimpeiros fortemente armados atiraram na comunidade Yanomami e até em agentes da Polícia Federal. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4926860-crime-organizado-controla-areas-de-garimpo-afirma-deputado-de-roraima.html>.

Eu só fui me meter com garimpo quando já tinha os filhos criados porque sabia que, para me dar bem nos negócios, tinha que ficar muitos dias fora de casa passando de garimpo em garimpo. Eu tinha um pequeno salão de beleza. Fazia unha e tinha uma colega que fazia cabelo. Ganhava pouquinho, mas deu para criar sozinha os dois filhos que nunca tiveram os pais presentes. No salão, eu escutava muitas histórias de garimpo e muitos garimpeiros vinham para o salão arrumar as unhas e cortar os cabelos quando passavam o tempo em Boa Vista. No começo de dezembro de 2016, um desses clientes que sempre vinha comigo comentou que estava em um garimpo no Rio Uraricoera. Eu logo imaginei que era em Terra Yanomami. Ele disse que era distante e que os homens estavam passando muitos meses sem retornar e precisava de um serviço de salão por lá porque os garimpeiros estavam parecendo bichos. Eu falei que se fosse para trabalhar direitinho e ganhar o meu, eu vou! Ele disse que iria ajeitar para me levar na metade do mês, mas que eu comprasse algumas mercadorias para revender no garimpo para aqueles que não viriam passar o Natal em Boa Vista. Ele fez uma listinha e lá fui eu levando umas caixas cheias de pentes, barbeadores, espuma e creme para barbear, roupas de vários tamanhos, meias, cintos e outros objetos de higiene pessoal que não tinham por lá. Esse meu cliente, o Zé Gordo, tinha muita influência no garimpo e me deixou ficar na barraca dele para revender as mercadorias, cortar cabelos e fazer barba daquele monte de homens. Eu fiquei até véspera do ano novo e consegui repassar a mercadoria com uma margem de lucro de mais de 300%. Tirando as despesas com transporte e o valor das mercadorias, percebi que valia a pena porque ganhava bem mais do que trabalhando só no salão (Pesquisa de campo – Entrevista nº 60, Instituto Conviva, 2024).

O primeiro fragmento da narrativa indica a formação de redes para explorar novas modalidades de lucros com a garimpagem. A primeira experiência de lucro rápido induz à continuidade do negócio e a ampliar os investimentos. Ao mesmo tempo, revela a formação de pequenos povoamentos em pontos estratégicos dos garimpos sobrepostos à Terra Indígena Yanomami. A presença de aglomerados humanos favorece a prática das marreteiras.

A maioria dos locais de garimpo estão localizados em áreas de conservação ou Terras Indígenas com o garimpo totalmente proibido. O garimpo no Brasil é permitido depois de obedecer a vários critérios impostos pelo Governo Federal e seus órgãos de fiscalização. Entretanto, dentro de área de preservação e Terra Indígena é impossível qualquer tipo de licença.

O fato de alguém adentrar essas terras para explorar minérios já é considerado crime. A exploração ilegal de minérios induz a outros crimes de ordem ambiental, como desmatamento, queimada e contaminação das águas em decorrência da utilização do mercúrio. Assim, vários crimes são cometidos simultaneamente. Isso faz com que qualquer atividade garimpeira na atualidade, especialmente nas Terras Indígenas, seja uma ação planejada e criminoso.

Cada vez mais o monopólio dos equipamentos e os territórios de garimpagem ilegal estão nas mãos de menos pessoas, os grandes empresários do negócio da mineração, como se autodefinem. Com as informações das narrativas, conclui-se que o garimpo, longe de ser uma opção, representa a falta de alternativas de trabalho digno nas cidades da Amazônia. Logo, os sucessivos deslocamentos para os garimpos são eminentemente compulsórios. É fruto da desesperança que os migrantes e desempregados estão vivendo. “Somente os novos patrões dos garimpos, empresários e políticos que lucram com a extração ilegal de minérios na Amazônia” (Valerio, 2021).

A perspectiva de gênero apresenta novas interpretações para o garimpo ilegal na Amazônia com novas estratégias colonialistas com relações opressoras e análogas ao trabalho escravo. Essa reinterpretação, no entanto, só é possível a partir do olhar das mulheres e na perspectiva do pensamento decolonial (Holanda, 2024).

A necessidade de trabalho mobilizou as três mulheres que emprestam suas memórias, na forma de narrativas, para ser possível re-interpretar o garimpo na perspectiva de gênero. Assim, no terceiro

fragmento da narrativa de Ceíça, percebem-se novos olhares para as novas conjunturas da garimpagem, que incluem, dentre outras, a presença das mulheres que prestam outros serviços, além dos sexuais.

Minha mãe fazia de tudo no garimpo: cozinhava durante o dia, lavava e consertava roupas com uma máquina de costura que ela conseguiu levar. Eu sempre ajudava em tudo que ela fazia. Ela foi me ensinando e me tinha sempre por perto, embaixo dos olhos. Não demorou muito tempo e começaram assediar minha mãe e a mim também. Uma tarde a gente terminava de limpar a cozinha, depois do almoço, quando chegaram dois homens, entraram e fecharam a porta. Minha mãe gritou na janela e pediu socorro. Do nada, apareceu o Ezequiel na janela com uma espingarda e deu dois tiros nos homens que estavam dentro de casa. Olhou para minha mãe e disse: “Corre com a menina que eu vou esperar vocês na canoa”. Chegando lá, ele explicou que viriam atrás dele e da gente e que nos matariam. Saímos só com a roupa do corpo. A sorte foi que minha mãe havia recebido adiantamento do mês naquela manhã e havia deixado o dinheiro escondido no sutiã. Chegando em Caracaráí, soubemos que os dois homens baleados haviam morrido e desconfiavam do Ezequiel. Mas nunca fizeram denúncia, até onde a gente sabe. No garimpo é assim: terra sem lei. O Ezequiel tinha medo de continuar em Caracaráí por causa da proximidade com os desafetos do garimpo. Viemos para Boa Vista. O Ezequiel ficou se escondendo com a gente durante um tempo e acabou se envolvendo com minha mãe. Com os conhecimentos que ele tinha de garimpo, orientou minha mãe a virar marreteira⁷⁵. Assim ela começou. Comprava mercadorias aqui em Boa Vista e saía revendendo nos garimpos da Venezuela, da Guiana, do Suriname e até da Guiana Francesa. O Ezequiel sempre viajava com ela e funcionava como um segurança, porque quem negociava mesmo era minha mãe. Nunca mais voltaram para os garimpos da Terra Yanomami por causa do ocorrido. Eu acompanhava minha mãe nas viagens. Nunca mais consegui estudar, porque às vezes a gente ficava até três meses perambulando de garimpo em garimpo, entre-

75 A pessoa que compra mercadorias na cidade e leva para vender nos garimpos. Uma versão do camelô ou vendedor(a) ambulante.

gando mercadoria e anotando as encomendas. Eu fui pegando gosto pelo negócio. O Ezequiel sempre protegia a gente. Até que em meados de 2015 os dois foram levar mercadoria para um garimpo na Venezuela, na região do *Cerro Delgado Chalbaud*, lá pelas bandas da Serra Parima e o Ezequiel deu de cara com dois desafetos que estavam trabalhando por lá. Tão logo reconheceram o Ezequiel, executaram os dois. Foi muito sofrimento. A notícia chegou aqui para mim. Eu tinha medo de ir buscar os corpos e me matarem também. Tive que articular uma rede de amigos para trazerem os corpos para dar a eles um enterro digno. Com isso, eu fiquei sozinha nessa vida (Pesquisa de campo – Entrevista nº 52, Instituto Conviva, 2024).

Percebe-se que a atividade de marreteira, nas três narrativas, não representa uma escolha profissional. Todas foram inseridas na atividade mediante as dificuldades financeiras, a situação familiar e as marcas da violência.

O tempo foi passando e meu marido ficava cada vez mais tempo no garimpo. Mas, quando retornava, trazia pouco dinheiro. Mal dava para pagar as contas e comprar nova remessa de mercadoria. As coisas foram ficando muito difíceis. Eu cuidava do comércio o tempo inteiro. Uma sobrinha veio morar em casa para me ajudar com os gêmeos. Numa ocasião, já fazia três semanas que o Ubiratã estava para o garimpo na Guiana sem dar notícias. Lá, uma tarde, apareceu um conhecido no comércio e me avisou que ele havia se metido numa confusão por causa de uma moça e que haviam matado ele por lá. Eu confesso que num primeiro momento senti certo alívio por não ter mais que aturar aquele homem rude e bruto, que não me respeitava como esposa. Por outro lado, os gêmeos ficaram sem pai e eu, sozinha na vida. Tinha que retirar do comércio o sustento da família. Com o passar do tempo, percebi que o Ubiratã estava era me dando prejuízo. A renda do comércio era suficiente para me manter com os gêmeos. O tempo foi passando e eles me ajudavam muito no comércio, que era muito frequentado por garimpeiros desde a época do meu pai. Eles vinham, compravam fiado e pagavam quando

tinham dinheiro. Estava dando certo. Em 2019 o garimpo estava uma festa. Todo mundo ganhando muito dinheiro. O Governo Federal apoiava muito e foi chegando muita gente para garimpar. Aí os clientes começaram a demorar mais tempo para sair do garimpo para vir comprar e começaram a me pedir para fazer entrega das mercadorias nos garimpos. Na época eu dizia: "Tá doido, é!". Não é uma entrega para um bairro aqui da cidade. É muito longe. Mas o encomendeiro garantia que os gastos com a viagem seriam cobertos com a venda das mercadorias. Aí eu comecei fazendo entrega em dois garimpos que me faziam encomendas. Não demorou, uns conhecidos de garimpos na Guiana começaram a me fazer encomendas. E eu comecei a atender lá também. Essa foi a minha sorte, porque os garimpos da Terra Yanomami foram todos fechados, eu tive muito prejuízo com encomendas, mas o que me salvou foram os garimpos da Guiana. Como os gêmeos cuidam direitinho do comércio, eu fico liberada para levar a mercadoria, fazer as entregas e anotar as novas encomendas. Eles me respeitam muito no garimpo. Eu vendo de um tudo. Tudo que me encomendam eu levo. Só não vendo arma de fogo, nem motor grande, que custa muito caro, porque acho que é arriscar demais. E assim já vou completando cinco anos de marreteira. Enquanto estiver dando certo, eu vou continuar. Mas, se não der certo, eu volto e fico somente com o comércio, junto com os meninos (Pesquisa de campo nº 52, Instituto Conviva, 2024).

O fragmento da narrativa revela as dificuldades nas relações de gênero marcadas pela exploração e pela violência. A atividade de marreteira surge como um elemento de ruptura e recomeço. Ao mesmo tempo, revela a desconfiança na atividade, a qual não oferece o mesmo grau de confiabilidade que o negócio formalizado.

A marreteira sabe que esta se trata de uma atividade de risco e que não lhe oferece nenhuma garantia. Entretanto, parece decidida a explorar a atividade até que não lhe cause prejuízo. O garimpo na Guiana é uma atividade autorizada, mesmo em território indígena. Existe uma legislação própria

para o garimpo e há muitos brasileiros na atividade do lado guianense.

Por sua vez, Ceiça enfrentou muitas dificuldades do lado brasileiro do garimpo, com o início operação contra o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

Continuei marretando de garimpo em garimpo. Estava dando certo. Havia conseguido comprar uma casa boa aqui no Bairro Asa Branca. Em 2018, consegui comprar uma caminhonete para ajudar no transporte das mercadorias. Mas aí, o olho cresceu. Em meados de 2021, comecei a receber encomendas de peças de máquinas que usam nos garimpos. Fiz um investimento de tudo que havia economizado e comprei tudo em peças encomendadas. Me davam metade do dinheiro e eu receberia a outra metade quando entregasse as peças. Estava dando muito certo e eu fui dobrando as encomendas. Até que, em dezembro de 2022, eu peguei tudo, tudo mesmo que eu tinha, vendi até a caminhonete e investi tudo em peças caras. Era uma fortuna. E quando iniciei as entregas, começou a operação de retirada dos invasores. Eu perdi tudo. Foram caixas e caixas de material para o fundo do rio. E dou graças a Deus por estar viva porque recebi muitas ameaças de quem havia me passado a metade do dinheiro e aguardava as peças. Só me restou a casa e muita conta para pagar. Mas coragem e saúde eu ainda tenho para trabalhar. Graças a Deus e à minha mãe, eu nunca precisei me prostituir no garimpo não. Acho que essa sina eu consegui interromper. E sempre me recordo daquela fala daquele homem asqueroso "Neta e filha de puta é putinha", quando ele perfurou meu útero ainda em formação. Eu era uma criança⁷⁶. Eu sei de muita coisa que acontece nesses garimpos. Os homens pensam que são garimpeiros. São nada. Eles são é braçal mesmo. Gente que trabalha sem nenhuma segurança como meu avô. Não sei te dizer quanto que eu vi morrer nesses

76 Nessa altura a narrativa foi interrompida. A participante caiu em copioso pranto. Percebe-se que são feridas que não foram curadas.

garimpos por onde ando. Eles acham que são garimpeiros. No meu entender, garimpeiro é quem tem a colocação, é o dono da draga. Os demais são todos “brabos”⁷⁷, braçais, trabalho escravizado. Ninguém tem carteira assinada. Você já viu alguém se aposentar como garimpeiro? Não é uma profissão. Além do mais, é crime. Por isso eu acho que o que eu faço também é crime. É meu ganha-pão. Nunca fiquei rica com esse trabalho, mas sei que alimento o crime. Quando me perguntam, eu falo que eu trabalho para o garimpo. Mas, no fundo, eu sei que não está certo o que eu faço. Estou tentando mudar de ramo, buscar mercadoria em Lethen e revender por aqui mesmo. Tem que ver se dá certo. Só Deus sabe. Mas sempre me lembro da minha avó também. “Garimpo é terra de maldição”. Acho que ela tinha razão (Pesquisa de campo nº 57, Instituto Conviva, 2024).

Dada a sua longa experiência de tantos anos atuando como marreteira, Ceiça tem clareza da estrutura do garimpo e conhece profundamente as relações de poder que se processam na sua dinâmica. O fragmento da sua narrativa, e de todas as demais participantes, revela seu entendimento sobre as relações de poder e dominação que persistem nas relações de gênero e são reproduzidas de forma muito acentuada nos territórios de garimpo ilegal, inserido num sistema fundamentado nas relações baseadas na desigualdade entre homens e mulheres. Todas as narrativas apontam que as relações de dominação são muito mais tensas no garimpo, onde as mulheres são minoria e, além disso, carregam o estigma da condição de prostituição.

77 Quem trabalha no garimpo sem entender o esquema garimpeiro. Pessoa inexperiente, recém-chegada no garimpo.

5. OS IMPACTOS DO GARIMPO OBSERVADOS EM CADA ESTADO

O Artigo 2º da Lei Nº 1.806 de 1953 define os marcos cartográficos da Amazônia Legal, que foi oficialmente determinada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a partir de sua área de atuação delimitada no Artigo 2º da Lei Complementar Nº 124 de 2007: “A área de atuação da Sudam abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44º”. A Amazônia Legal possui uma área aproximada de 5,2 milhões de km², abrangendo cerca de 61% do território brasileiro.

Fonte: IBGE 2014 consultado em: <https://www.notasgeo.com.br/2020/02/amazonia-legal-geologia-e-mineracao-e.html>.

A Amazônia Legal é dividida em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. A primeira divisão foi definida no Artigo 1º do Decreto-Lei nº 291 de 1967. Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima compõem a Amazônia Ocidental, que abrange 43% da Amazônia Legal, com cerca de 57% das florestas da região. Os estados da Amazônia Oriental são: Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

5.1. O GARIMPO NO ESTADO DO AMAZONAS

O decreto assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2022, que determinava o estímulo à “mineração artesanal” na Amazônia Legal, favorece e legitima a destruição do bioma e banaliza a exploração do trabalho em condições análogas à escravidão⁷⁸. Isso ocorre por dois motivos: primeiramente, porque o garimpo classificado como “mineração artesanal” é a abertura de caminhos para a chegada do garimpo ilegal e da grande mineração; em segundo lugar, a garimpagem estimula atividades análogas ao trabalho escravo, porque não existe nenhum tipo de contrato para a categoria “garimpeiro” a não ser os contratos verbais, que não têm nenhum valor perante a legislação trabalhista.

O garimpeiro, no geral, é um trabalhador avulso ou diarista. Geralmente não assina nenhum documento que lhe garanta acesso aos direitos trabalhistas, seguro de vida ou gratificação por insalubridade. Praticamente todo trabalho na garimpagem é insalubre e não existem contratos trabalhistas que garantam nenhum tipo de segurança para os trabalhadores.

No Estado do Amazonas, há mais de 20 anos, o Deputado Sinésio Campos (PT/AM) defende a legalização do “extrativismo mineral família” no sul do Amazonas e em toda a região da calha do Rio Madeira. Conhecido popularmente como “garimpo familiar”, a categoria mi-

78 <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/14/mineracao-artesanal-decreto-de-bolsonaro-estimula-garimpo-na-amazonia-para-atender-empresarios>.

nerária não tem nada de familiar, tampouco artesanal. Pelo quantitativo de balsas garimpeiras equipadas com dragas gigantes e todo tipo de maquinário necessário para mineração de médio porte, conclui-se que o garimpo ilegal no Amazonas não tem nada de artesanal⁷⁹.

A garimpagem no Amazonas é pouco comentada, mas existe há muitos anos. O romance “A filha dos rios”, de Ilko Minev (2015), retrata de forma detalhada a influência de portugueses, italianos, espanhóis, árabes e judeus no primeiro ciclo da borracha e nos garimpos “espontâneos” na segunda metade do século XX, no Amazonas. A obra detalha a rede mantenedora da atividade garimpeira, que vai desde o deslocamento de pessoas, neste caso famílias inteiras, até a circulação de alimentos e mercadorias ligadas à exploração de ouro nos principais rios no sul do Amazonas até a fronteira com a Bolívia e o Peru.

Oliveira (2016) destaca a relação entre o garimpo e o tráfico de mulheres para exploração sexual, comercial na Amazônia e nos países vizinhos:

A equipe relatou o caso de Gizela, 19 anos, migrante peruana, que deixou uma carta agradecendo à coordenadora da pastoral, Ir. Patrícia, pela acolhida e atendimento e comunicando que estava indo de viagem para o Suriname para trabalhar como prostituta em uma região de garimpo a convite de um brasileiro que ela conhecera em Tabatinga (Oliveira, 2016, p. 190).

Tabatinga faz parte da região da tríplice fronteira, Brasil, Peru e Colômbia. Esse é um lugar de passagem de muitos migrantes deslocados nos países vizinhos. O contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas é frequente nessa região. Muitas pessoas são recrutadas nesta fronteira para

79 A ação da PF, que atua junto ao Ibama e a Funai, começou nesta segunda-feira. Cerca de 303 balsas ilegais de garimpeiros foram destruídas no rio Madeira, que passa pelo município palco dos conflitos, e seus afluentes Aripuanã e Manicoré. Segundo a PF, a operação será contínua e sem prazo para ser encerrada. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/08/23/em-meio-a-tensoes-com-garimpeiros-ilegais-pf-destruiu-303-balsas-em-tres-dias-de-operacao-no-am.ghtml>.

trabalhar em garimpos, especialmente no Amazonas e nos países vizinhos, conforme a referida autora descreve no recorte acima.

A insistência na inocência de atividades de mineração na região é recorrente nos discursos de políticos como Sinésio Campos, citado logo no início deste capítulo. São discursos bem elaborados que circulam por toda a sociedade. Nem mesmo a principal universidade pública do Estado escapa da armadilha. Durante muitos anos, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) manteve convênios grandiosos com setores da mineração de potássio em área de sobreposição à Terra Indígena do Povo Mura.

Após entrega de petição do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e pressão de movimentos sociais e acadêmicos, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) suspendeu a cooperação firmada com a empresa Potássio do Brasil para exploração mineral no território do povo Mura, por meio do Programa Autazes Sustentável (PAS). Sobreposição à terra indígena em processo de demarcação, impactos socioambientais e fracionamento do licenciamento ambiental estão entre as violações e irregularidades apresentadas pelo órgão em reunião com Administração Superior da Universidade realizada na última quarta-feira (25). Desde 2023, quando a instituição de ensino assinou um Protocolo de Intenções com a Potássio do Brasil, ADUA, ANDES-SN e outras entidades que atuam em defesa dos povos indígenas, como Cimi e FAMDDI, se posicionaram contra a atuação da mineradora em território indígena. Em junho de 2024, o MPF/AM recomendou a anulação do termo de cooperação com a empresa. O Protocolo assinado entre as partes previa a realização de ações para implantação e gestão do PAS, incluindo consultoria para desenvolver o Plano Básico Ambiental do projeto e a colaboração de docentes da Ufam. No entanto, o MPF/AM alerta que, no próprio acordo firmado entre a Potássio do Brasil e a Ufam, foram incluídos na lista de participantes dos estudos ambientais os nomes de pesquisadoras(es) que não foram consultadas(os) pela Ufam⁸⁰.

80 Após pressão, Ufam recua e suspende acordo com Potássio do Brasil. Disponível em: https://adua.org.br/mobile/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=2912.

O debate em torno da mineração de silvinita, matéria-prima do potássio, tem ocorrido amplamente no Amazonas há décadas. Como denuncia a Associação dos Docentes da UFAM, as irregularidades vão desde os impactos socioambientais até a fraude do processo de escuta às populações diretamente afetadas. Neste caso específico da silvinita, mesmo com um convênio com altos investimentos em pesquisa voltados para a extração mineral, a instituição rompeu com a empresa por pressão do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e de diversos seguimentos da Sociedade, numa luta organizada que já dura anos. Porém, em outras regiões, a garimpagem tem ocorrido sem grandes interferências por parte do Estado.

No sul do Amazonas, tem sido recorrente o posicionamento de balsas garimpeiras no Rio Aripuanã e no Rio Madeira, já nas proximidades de Porto Velho, capital de Rondônia⁸¹. As narrativas que vêm desta região esclarecem bem o que ocorre nos garimpos e suas consequências. Em uma oficina de roda de conversa com pessoas em situação de rua acompanhadas pela Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Manaus, na Praça da Igreja dos Remédios, na região portuária do cento da cidade, foi possível conhecer muitas histórias de vida e de sofrimentos ligados diretamente ao garimpo. Dos 16 participantes da oficina, 15 eram homens e 14 haviam passado por garimpos em diversos estágios de suas vidas. Adriano, nome fictício escolhido pelo participante da atividade, 66 anos, dependente químico assistido pela pastoral, narra o seguinte:

Eu vivo nas ruas de Manaus porque não tenho mais nenhuma referência de família. Já vai para oito anos que vivo nessa situação aqui na Praça dos Remédios. Mas tem gente que eu conheço que já vai para mais de 30 anos vivendo aqui. Muitas vezes penso que isso não é vida. É padecimento. Saí de casa no município de Várzea Grande (Mato Grosso) quando tinha 14 anos, depois de um desentendi-

81 PF inutiliza 223 balsas de garimpo ilegal no Amazonas. A Operação Prensa percorre o Rio Madeira e Aripuanã para combater danos ao meio ambiente e à saúde pública em locais de difícil acesso. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/pf-inutiliza-223-balsas-de-garimpo-ilegal-no-amazonas>.

mento com meus pais. Fui morar na casa de um colega da escola. Tínhamos a mesma idade. O pai dele o levava nas férias para garimpar em Colnisa, no norte do estado. E me levou junto naquele janeiro de 1972. Eu me assustei com o garimpo. Não fazia nem ideia do que seria isso. Eu vivi numa família meio tradicional. Nunca tinha trabalhado na minha vida. Aquele janeiro foi só sofrimento. Mas eu não queria voltar para casa. Estava magoado com meus pais. Então, quando meu colega se arrumava para voltar para Várzea Grande, eu pedi para ficar e fiquei. Foi a minha completa desgraça. Desde então, pulei de garimpo em garimpo. Rodei o Mato Grosso por muitos anos. Depois fui para o Pará, Rondônia e cheguei no sul do Amazonas. Entre uma garimpagem e outra sempre morei meses e até anos em diversas cidades, sempre nas proximidades dos garimpos. Mas nunca mais voltei a Várzea Grande. Não sei se ainda estão vivos, se continuam por lá. Não sei nada. Também não quero mais saber deles. Ficaram no meu passado. Minha vida é esperar o dia da travessia do rio. E acho que já está perto de chegar esse dia. Eu já tive casa boa. Já tive mulheres. Conheci as mulheres na Colnisa. Eu, com 14 anos, já estava com mulheres. Mas nunca me apeguei a nenhuma, não. O máximo que chegava eram alguns meses morando juntos. Depois era cada um para seu canto. Nunca me apeguei a nenhuma. Até onde eu sei, nunca fiz filho em nenhuma também não. A não ser que não me contaram. Melhor assim. Aqui vivo com gente que não conhecia. Tem gente das mais antigas. Outros vão chegando todos os dias. Sempre tem gente nova. Todos padecem do mesmo mal da maldita cachaça. O que a gente faz com a cata de latinhas não dá nem para manter o vício. Por isso eu venho com o pessoal da pastoral. Elas são boas. Liberam para a gente tomar banho. Às vezes elas conseguem comida, roupas, até lençol eu já recebi delas. Eu não espero nada da vida não. No garimpo a gente aprende a não esperar nada da vida. Se amanhecer vivo, já está no lucro. O garimpo faz a gente se perder da vida. Um dia a gente ganha, no outro a gente perde tudo. Um dia a gente bamburra, no outro a balsa é destruída. E assim a gente se acostuma a correr de um canto a outro. Assim, sem paradeiro (Pesquisa de campo – Entrevista 66, realizada em Manaus em agosto de 2024).

As narrativas de Adriano se misturam com muitas outras narrativas das pessoas em situação de rua em Manaus. Além do alcoolismo, quase todos padecem com doenças crônicas resultantes da exposição ao mercúrio por longos anos de atuação nos garimpos, sem nenhuma precaução ou proteção.

O levantamento sobre a saúde dos garimpeiros idosos⁸², em todos os estados da Amazônia, aponta que, desde muito jovens, eles começaram a enfrentar doenças graves que comprometeram a sua qualidade de vida. Muitos reclamam que convivem com dores nas costas, na altura dos rins e nas articulações desde, aproximadamente, os 30 anos. Ou seja, ainda muito jovens contraíram doenças que comumente aparecem com a velhice. A grande maioria dos participantes da pesquisa reclamam da doença da gota⁸³ e comumente a relacionam ao alcoolismo, sem identificar as condições de trabalho do garimpo e a contaminação com o mercúrio como causadoras ou comprometedoras da doença.

Doenças renais e hepáticas são recorrentes entre os participantes da oficina, os quais relacionam as doenças atuais com o modelo de trabalho análogo ao escravo nos territórios de garimpo. Ribamar, 68 anos, recorda que

Ainda era muito jovem quando saí do interior do Maranhão com um aglomerado de gente que vinha para Roraima no início da década de 1980 para atuar nos garimpos da região. O povo era motivado pelo Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que utilizava boca de ferro para convencer as pessoas a irem para Roraima. Trabalhamos muitos anos em muitos garimpos no Estado. Depois que proibiram o garimpo lá no estado por causa dos índios, eu acompanhei grupos de garimpeiros que

82 Os participantes, mesmo na velhice, se autointitulam como garimpeiros. Em muitas ocasiões da pesquisa, quando chamados de “ex-garimpeiros”, reagem simultaneamente, afirmando: “Eu sou garimpeiro, nunca fiz outra coisa na vida”.

83 “Gota” é uma doença na qual há o acúmulo de depósitos de cristais de ácido úrico nas articulações, devido a concentrações elevadas de ácido úrico no sangue (hiperuricemia). O acúmulo de cristais causa crises (exacerbações) inflamatórias dolorosas nas articulações e ao seu redor. Disponível em: <https://www.msmanuals>.

rumaram para a Venezuela. Lá era muito bom de trabalhar, porque não tinha o problema da perseguição do governo. Mas tinha os sindicatos, que cobravam propina para permitir os garimpos. Mas era assim, se a gente pagasse direitinho, não tinha nenhum problema. A situação se complicava na semana que a gente não conseguia o necessário para as propinas. Lá eu fiquei muito doente. Não dava mais conta daquela vida. Procurei tratamento em Boa Vista. Descobri que estava com câncer de pele. Lá me mandaram para Manaus para fazer a quimioterapia, que lá não tinham. Foi assim que vim parar em Manaus. Quando terminou o tratamento, eu não quis mais voltar para Boa Vista. Logo acabaram minhas economias e comecei a buscar trabalho por aqui. Como não tenho estudo nenhum, só o que dá para fazer é bico. Fico ali perto da Feira da Panair, rua Beira-Rio, no bairro Educandos. Eu carrego e descarrego bananas. É trabalho pesado. Às vezes, tem carregamento de melancia também. A gente recebe por carregamento. Nos primeiros anos, tudo que eu ganhava gastava com cachaça. Depois entrei para o Grupo de Alcoólicos Anônimos da Igreja dos Remédios. Comecei a me controlar um pouco na bebida. Passei anos sem beber, mas sempre morando por aqui nas casas abandonadas. O câncer apareceu de novo e em outras partes do corpo. Já não faço mais tratamento. Entendi que já é hora de atravessar o rio, como dizem por aqui. Eu sempre venho aqui com as meninas da pastoral dos migrantes. Faz muitos anos que elas me atendem. Teve época que elas me deixavam tomar banho no banheiro da pastoral. Depois não tinha mais chuveiro e não dava mais para tomar banho. Aí é só no rio mesmo (Pesquisa de campo – Entrevista 70, realizada em Manaus em agosto de 2024).

A narrativa revela a tragédia humanitária do garimpo em diversas dimensões. Além do trabalho análogo ao escravo, recorrente em todas as memórias, as doenças contraídas na atividade garimpeira aparecem em praticamente todas as narrativas. Da mesma forma que a atividade contamina os povos do território, contamina igualmente os garimpeiros, que não contam com nenhum tipo de assistência à saúde nas áreas de garimpo. A maioria das narrativas revela negligência ou retardo no início

do tratamento. Perguntados sobre as principais doenças que contraíram nos garimpos, os participantes da pesquisa revelaram:

FIGURA 04: MAPEAMENTO DAS PRINCIPAIS DOENÇAS DOS GARIMPEIROS

Fonte: CONVIVA, arquivos da Pesquisa de Campo, 2024.

A maioria dos participantes revelou “padecer” de mais de três doenças simultaneamente. Apesar de as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) aparecerem com menores taxas de reclamações, nas conversas transversais, muitos revelaram episódios de ISTs e a dificuldade de tratamento. Nenhum participante revelou ser soropositivo. Entretanto, quando indicavam as doenças “dos outros”, o Vírus da Imunodeficiência Humana VIH (lentivírus responsável por causar a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – HIV), apareceu com elevadas taxas de ocorrências. “Ah, eu mesmo nunca tive, não. Mas meu primo, coitado, acabou morrendo disso não faz muito tempo”, afirmou um participante. “Quando o cara pega essa doença, não presta mais para trabalhar no garimpo. Fica tão fraco que desmaia por qualquer vento”, afirmou outro. “Eu desconfio que o Zecão esteja com essa doença, sabe? Ele, de uns tempos pra cá, anda muito doente e nunca fica bom. Perdeu a cor. Parece uma vela de tão desbotado”, afirmou o participante (Relatório Geral da Pesquisa de Campo, 2024).

Além das doenças que matam os garimpeiros, outras causas de mortes fazem com que a expectativa de vida de quem atua a vida inteira

na atividade garimpeira gira ao redor dos 55 anos. Essa taxa está muito abaixo da média brasileira, que subiu para 76,4 anos em 2023, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸⁴.

FIGURA 05: MAPEAMENTO DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTES DOS GARIMPEIROS

Fonte: CONVIVA, arquivos da Pesquisa de Campo, 2024.

Acidentes com equipamentos de trabalho e soterramento de barrancos também são mencionados com grande recorrência nas narrativas. Alguns sobreviventes carregam marcas ou cicatrizes no corpo. Ribamar apresenta dificuldade para caminhar e conta que teve “a perna esmagada com a queda de uma draga que estava sendo transportada sobre um quadriciclo Honda Fourtrax 4x2”.

As distâncias que separam os garimpos das cidades são uma agravante para socorrer feridos e doentes, que muitas vezes são en-

84 Em 2023, expectativa de vida chega aos 76,4 anos e supera patamar pré-pandemia. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>.

terrados nos próprios territórios e dados como desaparecidos. Rosa, 54 anos, moradora do bairro Vale do Sinai, na zona norte de Manaus, conta que há 18 anos busca pelo filho desaparecido no garimpo. Parece a saga de Pureza, a mulher que encarou com coragem a busca pelo filho traficada para o trabalho escravo na Amazônia⁸⁵. Participante de uma das rodas de conversa sobre garimpagem ilegal no município, em prantos, ela desabafou:

São dezoito anos que não tenho paz. A última vez que vi meu filho Israel, ele tinha 16 anos. Ainda um menino. O pai dele o arrastou para aquele inferno. Lá se separaram. E o menino nunca mais foi visto. Ninguém sabe dizer se está vivo ou morto. Meu coração de mãe sente que ele já está com nosso Pai Redentor. Mas nunca parei de procurar por ele. É muito difícil, sabe. Não tem nenhuma pessoa que seja responsável por ninguém no garimpo. Você não sabe para quem perguntar. Eu nunca consegui perdoar o meu ex-marido por ele ter perdido nosso menino. Ele também se embrenhou por esse mundo afora e nunca mais retornou. A gente não sabe o que aconteceu. Não tem nem como denunciar na polícia porque eles não podem entrar nos garimpos. É terra de ninguém, sabe? O que acontece ali, é resolvido ali. Teve gente que me falou que ele morreu debaixo de barranco. Outro me falou que ele morreu afogado. Uma vez, um garimpeiro velho me disse que ele morreu baleado numa confusão. Mas a verdade é que nunca apareceu o corpo. O direito sagrado que uma mãe tem de enterrar o corpo do filho, esse direito foi retirado de mim. Minha vida tem sido uma grande dor que vou carregar comigo até a morte me levar para junto do meu menino (Pesquisa de campo – Entrevista n° 72, realizada em Manaus, em agosto de 2024).

Os conflitos envolvendo armas de fogo são recorrentes nos garimpos. Quando há mortes, na maioria das vezes, os corpos são enterrados no mesmo local. Ou quando se está mais próximo das cidades,

85 Filme Pureza: a história real de uma mãe contra o trabalho escravo. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/filme-pureza-a-historia-real-de-uma-mae-contra-o-trabalho-escravo-20f2>.

muitos corpos são abandonadas nas vicinais, nas proximidades das cidades, para que as autoridades encontrem e façam o enterro ou procurem os familiares para entregar os corpos⁸⁶.

Valéria, uma mulher alta e esguia, com 32 anos, também moradora do bairro Vale do Sinai, na zona norte de Manaus, conta que foi trabalhar como mergulhadora num garimpo na Terra Indígena Yanomami. Ela era profissional da área de mergulho:

Eu trabalhava por diária. Mergulhava para posicionar as dragas, ajeitar as mangueiras, verificar os buracos e identificar os veios de ouro. Eu era boa nisso. Mas, logo no começo, percebi que seria muito perigoso. Primeiro porque tinha poucas mulheres no grupo. Era a cozinheira a que controlava o lance da prostituição, eu e eventualmente aparecia alguma marreteira para entregar pedidos e anotar novas encomendas. Quando a gente vai sem marido para garimpo, não tem o respeito dos garimpeiros. Foi bem difícil suportar o assédio e as tentativas de estupro. Escapei muitas vezes mesmo. Mas o que me levou a abandonar o trabalho nos garimpos foram as tentativas de assassinato. Toda vez que eu descobria veios de ouro que eles chamam de “bamburrar”, pelo acordo, deveriam me pagar um pouco mais ou me beneficiar com parte do achado. Mas, para não ter que dividir os lucros, eles cortam a mangueira com a gente amarrada lá embaixo. Fizeram isso comigo três vezes, só que eu sei, porque podem ter tentado outras vezes que eu não percebi. Aí, quando escapei pela terceira vez, eu saí nadando rio abaixo por uns três quilômetros. Eu sabia que a marreteira estava na região. Então fiquei escondida no mato até avistar o barco dela voltando e peguei carona para chegar até Boa Vista. Naquele dia eu fiz uma promessa de nunca mais voltar para garimpo nenhum. Fui trabalhar de instrutora de natação em uma escola em Manaus. E gra-

86 Corpos de mortos na Venezuela são resgatados por garimpeiros. Um helicóptero de garimpo transportou as vítimas de uma chacina que aconteceu na região venezuelana do Cerro Delgado Chalbaud, no rio Orinoco, para o município de Iracema, em Roraima. Matéria da jornalista Kátia Brasil, publicada em 11/08/2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/corpos-de-mortos-na-venezuela-sao-resgatados-por-garimpeiros/>.

ças a Deus nunca mais precisei arriscar a vida em garimpo (Pesquisa de campo – Entrevista n° 74, realizada em Manaus, em agosto de 2024).

Os conflitos envolvendo disputas de lucros são recorrentes nos garimpos. Em muitas situações, as pessoas se agregam ao garimpo por um acordo de divisão do ouro “bamburrado”. Mas, na hora de dividir os lucros, podem ocorrer disputas ou roubos entre os próprios agregados. As mortes resultantes desses conflitos são recorrentes.

O breve mapeamento realizado no Amazonas identificou muito envolvimento de políticos locais interessados nos lucros dos garimpos. Porém, esse envolvimento foi observado em todos os estados da Amazônia mais afetados com o garimpo e a mineração.

5.2. CARACTERÍSTICAS DO GARIMPO ILEGAL NO ESTADO DE RORAIMA

Além de todas as análises já apresentadas sobre a questão da garimpagem em Roraima, o ponto em comum com os demais estados da Amazônia é justamente a participação de políticos e empresários no ramo da mineração ilegal. Apesar de representar boa parte da população de Roraima, os garimpeiros não apresentam muitas instâncias de organização institucionalizadas. No entanto, o principal movimento que reúne pessoas declaradamente garimpeiras e empresários do ramo, o Movimento Garimpo é Legal, coordenado pelo empresário Rodrigo Cataratas, representa uma das maiores projeções da extrema direita em Roraima⁸⁷. Responsável por diversas manifestações em

87 O jornalista Leandro Prazeres, em Matéria para BBC News Brasil, em Brasília, intitulada “As lideranças ligadas ao garimpo na Amazônia que vão tentar vaga no Congresso na eleição de outubro”, publicada em 30 de maio de 2022, debate a influência política de empresários do ramo da mineração e afirma que “lideranças ligadas a garimpos e à mineração na Amazônia se filiaram a partidos políticos e lançaram pré-candidaturas de olho nas eleições deste ano”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61601585>. Acesso em: 10/10/2024.

defesa pública do garimpo em Roraima⁸⁸, o movimento representou e continua representando uma das maiores barreiras para o combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami⁸⁹.

A circulação de garimpeiros, vindos de outros estados para a Amazônia, para Roraima e para os países vizinhos, é uma característica da rotatividade nos garimpos. O garimpeiro vai para onde o garimpo se desloca, o que explica na atualidade a debandada de garimpeiros de Roraima para Guiana e Suriname. É o que mostra a narrativa registrada por Silva⁹⁰.

A história do senhor Jose é a típica do garimpeiro pioneiro. O sonho de bamburrar ainda é vivo na sua cabeça, mesmo nos seus avançados 78 anos. Vejam que a força física já foi embora; está lúcido, sim, com uma memória perfeita; no entanto, quando se fala em garimpo, ele ainda acha que pode entrar e tentar mais uma vez. Observo isso para mostrar como a garimpagem é cruel. Como um vício, ela mantém uma falsa esperança da sorte que virá um dia. Isso destrói vidas, como demonstrarei mais a frente nesse texto. Em suas andanças, seu Jose testemunhou muita coisa. Em 1979, por exemplo, houve um grande conflito no surucucus entre garimpeiros e indígenas. Em 1987, outro conflito comandado pelo garimpeiro Manoel Luiz, um dos maiores financiadores dos garimpeiros nessa época, também vitimou indígenas e garimpeiros nas terras Yanomami. Com tantos

88 Líder do movimento Garimpo é Legal recebe doação de 100 mil do PL. Rodrigo Cataratas é candidato a deputado federal pelo partido de Jair Bolsonaro e líder do movimento em prol dos garimpeiros de Roraima. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/lider-do-movimento-garimpo-e-legal-recebe-doacao-de-100-mil-do-pl/>. Acesso em: 10/10/2024.

89 Relação da população com o garimpo em Roraima aumenta dificuldade no combate à invasão na terra Yanomami. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/relacao-da-populacao-com-o-garimpo-em-roraima-aumenta-dificuldade-no-combate-a-invasao-na-terra-ianomami.gh.html>. Acesso em: 10/10/2024.

90 Francisco dos Santos Silva é sociólogo egresso do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima e escreveu no seu Trabalho de Conclusão de Curso a sua própria experiência como garimpeiro, bem como a de seu pai e amigos.

conflitos e com a operação Selva Livre, desencadeada em 1992, o garimpo dentro da área Yanomami foi ficando inviável. Com isso, o senhor Jose Clarindo acompanhou outros garimpeiros que foram saindo para outros lugares dentro da hoje Raposa Serra do Sol e São Marcos. Nessas regiões, havia garimpos de ouro e diamantes que estavam quase desativados. Novamente entra em cena o Tepequém, Suapi, Serra Verde, Água Fria, Mutum e outros mais que até nos dias de hoje estão ativos. Chegando tão próximo às fronteiras, por que não cruzar? Se o minério não obedece às fronteiras, o garimpeiro também não. Em meados dos anos 90, migrou para outros garimpos nos países vizinhos, Guiana, Suriname, Guiana Francesa. No ano de 2001, ele e seu amigo Vicente vão tentar a sorte nos garimpos da Venezuela. Nesse local, a amizade entre seu Jose e Vicente se fortalece e por ali ele passa 8 anos. Em 2009, depois de uma peregrinação por vários garimpos em vários países, ele resolve voltar para perto de sua família no Brasil, novamente sem encontrar o tão procurado bamburro (Silva, 2024, p. 8).

A história do Estado de Roraima se confunde com a história do garimpo ilegal na região. Porém, trata-se de uma história ainda muito mal contada, especialmente nos meios oficiais, que engrandecem o garimpo sem revelar as mazelas que o envolvem. Narrativas como as de Silva revelam a “peregrinação” dos garimpeiros pelos garimpos da Pan-Amazônia em processos de empobrecimento e adoecimento destes, como já foi tratado anteriormente.

O retorno à família sem nenhum resultado de anos de garimpagem é uma realidade em Roraima. Salvo os empresários do ramo, que enriquecem graças à exploração do trabalho de milhares de garimpeiros, e os políticos, que sempre tiram proveito da situação, a grande maioria dos garimpeiros percorre um ciclo de vida alimentado pelo sonho do “bamburro”, sem nada encontrar além da miséria, da fome, da exploração, da violência e das doenças. Em outro fragmento de narrativa, Silva apresenta outras informações importantes para se entender melhor a dinâmica do garimpo:

Chegando aqui em Boa Vista/Roraima, encontrei Vicente Almeida, que eu conheci na minha cidade natal, Vitorino Freire, Maranhão, que se tornou um grande amigo. Devido a isso, fomos até o garimpo de Tepequém. Ele conseguiu ter êxito na obtenção de um diamante, 9,5 quilates, “bam-burrou”, no linguajar do garimpeiro. Com isso, ele retorna ao Maranhão. Depois de acabar com o dinheiro, retorna ao garimpo, desta vez na Venezuela, mas não tem sucesso. Ao retornar para o Maranhão, vai trabalhar como segurança de uma escola, mas sempre com o sonho de retornar ao garimpo. Novamente, no ano de 2021, ele retorna à atividade garimpeira na terra indígena yanomami. Em uma de suas vindas, ele ficou hospedado em minha casa onde mora eu, meu pai e meu irmão. Todos gostamos muito dele e o fato de também ser um garimpeiro nos aproxima ainda mais. Vicente está com alguns furúnculos pelo corpo e veio até a cidade buscar tratamento, uma vez que não estava conseguindo executar as tarefas das bocas de serviço. Foi nesse meio tempo que resolvemos fazer uma entrevista na qual ele pudesse nos contar como estava o movimento do garimpo dentro da área Yanomami e deixar registrado como um garimpeiro de 54 anos acha energia para estar nesse vai e vem tão desgastante. Vicente relata que está no garimpo há mais de 30 anos. Maranhense de nascença, já rodou boa parte do Brasil e outros países. Esteve em garimpos no Suriname, Guianas, Venezuela e atualmente, dez meses no local conhecido como pista do Jeremias, dentro da terra indígena Yanomami. Está hospedado na minha casa na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, cuidando da saúde. [...] O Garimpeiro é manso, desenrolado, homem acostumado com o “trecho”, que já viu e passou por momentos difíceis. Perguntado sobre o que o mantém dentro do garimpo, ele afirma que tem o sonho de ainda conseguir uma certa estabilidade. Diz que já pegou algum ouro, mas sempre torrou com noitadas, mulheres e festas. O valor que ele arrecada pelo trabalho nas bocas de serviço é 30% dividido por 6, por ser uma máquina que ocupa seis trabalhadores. Tem a certeza de que o ouro que pegou não foi suficiente para conseguir uma tranquilidade financeira, sabe que trabalha em algo ilegal e que não tem nenhum tipo de direito trabalhista, não podendo contar com a assistência do Estado. Mesmo assim, mantém a vontade de sempre

estar dentro do ambiente garimpeiro. Vicente, um grande amigo. Depois dessa conversa que tivemos, os furúnculos cicatrizaram e ele voltou ao garimpo. Dessa vez no rio Mujajá. Assim que chegou lá, sofreu um acidente com um prego enferrujado que entrou em sua perna. O transporte demorou a trazer ele de volta e, quando chegou, estava muito inflamado. Passei dias e noites com ele no hospital, mas infelizmente, no dia 19 de janeiro de 2023, ele veio a óbito devido a uma infecção generalizada. Fica aqui uma pequena homenagem a esse amigo garimpeiro que, com muita dor, vi partir (Silva, 2024, p. 9).

As narrativas revelam a dificuldade que o garimpeiro encontra para sair do ramo da garimpagem e romper o ciclo vicioso. O “sonho” de retornar ao garimpo não é somente um projeto pessoal. De modo geral, o endividamento é o principal fator de ligação ao garimpo. Muitos empresários do ramo financiam o ingresso ao garimpo e impõem ao garimpeiro pesadas promissórias com dívidas reformuladas a cada frustração, o que resulta em processo permanente de endividamento. Isso explica a dificuldade que muitos enfrentam para se libertar do garimpo. Em muitos casos de endividamento, o garimpeiro trabalha temporariamente em outro ramo para poder liquidar as “dívidas de garimpo” e retornar com “saldo positivo”, que é quando consegue dinheiro para ingressar sem necessariamente contrair dívidas.

No caso da história do Vicente, narrada por Silva, a saída temporária do garimpo estaria relacionada à obtenção de algum lucro que foi gasto em pouco tempo. Este é outro elemento importante na economia garimpeira. É recorrente nas narrativas a explicação do empobrecimento relacionado ao garimpo. Muitos explicam que, “da mesma forma que o dinheiro chega rapidamente, também vai embora” (Silva, 2024, p. 10). Em outro fragmento, é possível confirmar o endividamento e a exploração do trabalho nos resquícios históricos do aviamento:

Para quem nunca foi ao garimpo, as histórias parecem ser de uma grande aventura, as viagens, o perigo, a liberdade de ser ou fazer aquilo que você quer, a ilusão de ser alguém “importante” quando voltar. Tudo isso com a “gran-

de” chance de ser um milionário, voltar para a cidade e se transformar no herói da comunidade, no homem “respeitado” [...]. Mas a coisa não é bem assim no chão da garimpagem. Quando estamos trabalhando dentro da área, só podemos sair se não estivermos devendo nada para os comerciantes. Eles impedem a saída daqueles que estão devendo e só os deixam sair por motivo de doença. Isso inclui a todos trabalhadores braçais e as meninas que estão na corrutela. Mesmo assim, a pessoa fica devendo. [...] O trabalho no seu dia a dia não é brincadeira, em uma jornada de 12 horas na função de “jateiro”, dentro da água, com três refeições diárias. Quando tem comida, de manhã tem cusczuz, quarentão, “jhon plin” (massa de trigo frita), no almoço tem arroz, feijão e calabresa. Nos últimos dias passei muita fome. O que tinha para comer era um pouco de arroz e macarrão. Geralmente o que tem para comer é muita calabresa e produtos industrializados; carne, quando tem, é congelada. Nos últimos anos, está ocorrendo muita leishmaniose e muitos tumores cutâneos. Tem muito mosquito e nenhum remédio, e a gente toma água de grotta, aparentemente limpa, mas toda contaminada com as fezes dos garimpeiros e com o mercúrio. Nesse local específico, não há ocorrência de malária. Mas acho que os tumores na pele são por causa da água contaminada ou o excesso de calabresa e salsicha que a gente come quando tem (Silva, 2024, pp. 10-11).

A narrativa revela a continuidade histórica do “sistema de aviamento na economia da borracha no Brasil”, que resultou em um processo longo de “superexploração do trabalho nos seringais e o surgimento de uma elite urbana na Amazônia”, a qual se enriqueceu com o trabalho dos seringueiros transformados em “miseráveis” (Romero, 2023, p. 274). Por outro lado, relaciona as doenças à miséria que se vive nos garimpos.

Outro elemento que se mistura ao garimpo em Roraima é o controle de áreas de garimpagem pelo tráfico de drogas. O maior interesse dos traficantes é a abertura de novas rotas e novos caminhos para fazer circular as drogas de outros países, especialmente

da Colômbia e da Venezuela. Para isso, os garimpos, com suas pistas de voo e toda a infraestrutura, facilitam a circulação das drogas e do ouro retirado de forma ilegal da terra indígena⁹¹.

O controle do garimpo por traficantes foi denunciado em diversas narrativas dos participantes da pesquisa. Em São João da Baliza, município localizado ao sul de Roraima, um jovem de 25 anos recorda com tristeza o tempo que passou no garimpo dominado por traficantes de drogas.

Eu cresci vendo familiares passar temporadas nos garimpos e retornando com reservas econômicas significativas. Em 2020, com a chegada da pandemia, não tinha escola nem trabalho e resolvi passar uma temporada no garimpo para comprar uma moto, já que acabava de completar 18 anos e havia conseguido a carteira de habilitação. Fui com meu irmão mais velho, que já estava acostumado a passar temporadas no garimpo e sempre retornava com umas economias. Ele estava pensando em se casar e queria garantir um dinheirinho extra para somar com suas economias e começar vida nova com sua futura esposa, que ficou esperando por ele. Fomos para um garimpo num braço do Ura-ricoera. Fomos levados por um conhecido do meu irmão. Pagamos a viagem, tudo certinho. Começamos a trabalhar por diárias. Já estava com dois meses trabalhando direto e nada do comando pagar a gente. E meu irmão estava com medo de cobrar. Então a gente foi ficando e ninguém falava de pagar para a gente ir embora. Os planos eram de ficar somente dois meses e já tinha passado esse tempo e nada de receber. Bem, eu seguia as orientações do meu irmão, que já estava mais acostumado com a situação. Ele só dizia para manter a calma e aguardar o momento deles.

91 PF investiga se traficantes usam mesmas pistas clandestinas que garimpeiros que exploram Terra Yanomami. Suspeita de relação entre o tráfico e o garimpo ocorreu após duas apreensões seguidas de grandes quantidades de drogas. Nos dois casos, entorpecentes foram encontrados em regiões com intensa atividade e apoio a garimpos ilegais. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/12/13/pf-investiga-se-trafficantes-usam-mesmas-pistas-clandestinas-que-garimpeiros-que-exploram-terra-yanomami.ghtml>. Acesso em: 10/10/2024.

Todo dia aparecia ouro e todo dia o ouro sumia. Passavam um encarregado e levava tudo. No garimpo tinha muita bebida e muitas drogas e gente vendendo o tempo todo. O encarregado todo dia perguntava se a gente não queria negociar droga pelas diárias, para consumir ou revender. A gente sempre explicava que não usava e que não tinha interesse de negociar com drogas. Quando a gente viu que outros colegas na mesma situação começaram a negociar com as drogas para revender, bateu o desespero. A gente não queria sair com droga do garimpo com a responsabilidade de revender. A gente não queria virar traficante. Também a gente não queria ir embora sem nada. Na verdade, a gente nem tinha como ir embora porque não tinha como pagar as dívidas com a estadia no garimpo nem o transporte para voltar. Estava ficando difícil. O encarregado da cantina começou a cobrar e a gente não tinha como pagar pela alimentação consumida naqueles dois meses e pouco. Os dias iam passando e a pressão ia aumentando. Até que um dia de domingo meu irmão tomou coragem e foi falar com o comandante do garimpo, que era o que comandava o mesmo das drogas. E ele não voltou. Um cara que trabalhava como segurança do traficante veio até o alojamento onde a gente estava e falou: “Olha cara, seu irmão já era e se você não quiser o mesmo destino, capa o gato daqui”. Naquela mesma noite comecei o caminho de volta. Fui para outro garimpo junto com mais oito companheiros que estavam com a mesma sorte. Fizemos diárias e recebemos o suficiente para pagar a viagem de volta. Gastei mais duas semanas voltar vivo para casa. Foi uma tristeza muito grande dar a notícia para meus pais, que não se conformam de não terem o direito de sepultar o corpo do meu irmão (Pesquisa de campo – Entrevista nº 322, realizada em São João da Baliza, em outubro de 2024).

A narrativa é uma clara denúncia das condições do garimpo controlado pelo crime organizado, que abre novos caminhos para a circulação das drogas através dos garimpos ilegais. As narrativas revelam a presença de armas de fogo de grosso calibre circulando entre os traficantes nas áreas de garimpo. Outros relatos muito parecidos foram ouvidos nas conversas com moradores de municípios de Roraima.

Karol, nome fictício de uma jovem de 18 anos, narra experiências de muito sofrimento vividas em dois garimpos na Terra Yanomami em Roraima quando tinha entre 14 e 16 anos.

Eu estive em dois garimpos. Primeiro no Parima⁹² e depois no Uraricoera, de onde saí expulsa pela operação da Polícia Federal e do IBAMA, em abril de 2023. Foi um sofrimento terrível. Mas dei graças a Deus por aparecer aquela operação e me libertar daqueles homens que me exploravam noite e dia. Primeiro eu fui para o Parima. Uma parente da minha mãe, uma prima distante, estava indo sempre pra lá e perguntou se minha mãe deixava eu ir com ela para a ajudar na cozinha de um dos garimpos onde ela trabalhava. Minha mãe me perguntou se eu queria ir e eu disse que sim. Deixei o colégio no final do sétimo ano e fui com a Valda. Quando estava quase chegando, depois de dias de viagem de barco, de lancha e moto, ela me explicou que o trabalho na cozinha era só uma fachada. Que se eu quisesse mesmo ganhar algum dinheiro, tinha que ser fazendo programas com os garimpeiros. No primeiro momento, eu fiquei assustada, mas a Valda me garantiu que só iria me arranjar garimpeiro “filé”. Aí eu fiquei mais tranquila. Quando cheguei, eu me assustei muito. A Valda já tinha familiaridade com o povo lá. Eu fui logo sendo assediada por um monte de machos que pareciam estar vindo de uma guerra. E aquilo parecia uma guerra mesmo. Estavam todos sujos de lama, da cabeça aos pés. Depois de tomar banho, alguns ficavam em uns bancos improvisados com toras de madeira, aparando os cabelos e fazendo a barba. Valda foi logo dizendo para o Michael que eu era cabeleireira e ele me chamou para aparar os cabelos dele. Em seguida, ele me perguntou se queria dormir na rede com ele, que me pagaria. Houve um rápido envolvimento e eu fui dormir com ele. Quando deu umas 10 horas da noite, começou um movimento no acampamento e o Michael pediu para eu correr para a cozinha com a Valda. Eram os traficantes chegando de outro garimpo. Entraram na cozinha e conversaram com a Valda. Ela disse que eu era uma parente

92 Refere-se à região da Serra do Parima, localizada ao noroeste da Terra Indígena Yanomami, conforme matéria intitulada “Garimpo no Parima, Terra Indígena Yanomami”, do Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/fotos/recursos-minerais/impacto-socioambiental/garimpo-no-parima-terra-indigena-yanomami-5>.

que ela havia levado para ajudar na cozinha. O “Cobra” era o chefe deles e veio na minha direção, dizendo que queria saber se havia feito um bom investimento. Ele transou comigo a noite toda. No alojamento dele tinha arma de fogo de todo jeito até em cima da cama. Daquele dia em diante, eu nunca mais tive uma noite de sossego naquele garimpo. Mas, com o tempo, o Michael começou a ficar o tempo todo no garimpo. E de dia também ele queria ficar comigo ou me mandava com os amigos dele o tempo todo. Era noite e dia. Para dar conta daquilo, eu usava muita droga. Comecei com baseado, em seguida fui para o pó e no final era injetável, porque as outras já não faziam mais efeito. Em julho de 2022, o Michael foi para o garimpo do Uraricoera e me levou junto com ele. Na verdade ele havia feito um acordo com o “Cobra” para controlar o garimpo de lá. Tinha pista de pouso e tudo. Na noite que chegamos lá, fizeram uma festa e o prêmio seria eu. Minha foto nua estava circulando em um *card* divulgado no WhatsApp do grupo. O cara que ganhou o bingo transou comigo a noite inteira e me machucou muito. Desde aquele dia, comecei a pensar seriamente em sair daquela vida. Eu tinha apenas completado 16 anos e já estava a quase dois anos naquela vida. Tinha envelhecido uns 10 anos de um ano para o outro. Para minha sorte, foram apenas alguns meses até chegar os burburinhos sobre a operação da Polícia Federal. Desde dezembro de 2022, começaram os comentários que iriam fechar os garimpos. Mas o Michael dizia que era só boato e que ninguém iria enfrentar eles. Aí começaram a trabalhar noite e dia para retirar a maior quantidade de ouro possível. Mas sempre ficava gente no acampamento e também durante o dia faziam sexo com a gente. A Michele estava lá há mais tempo. Era cozinheira e fazia programas à noite. Ela me contou que, dias antes, uma garota venezuelana chamada Yolimar, que morava lá, havia sido assassinada por um garimpeiro que não quis acertar os valores dos programas com ela depois de meses. A moça havia sido enterrada ali mesmo. Ninguém levou ela para sua família, nem denunciou nada à Polícia. Acho que nem sabem que ela morreu. Eu agradeço a Deus por ter saído viva de lá. Ainda estou me livrando do vício das drogas. Fazendo tratamento. Mas já estou trabalhando com minha mãe no salão. Ela tem me ajudado muito desde que cheguei de volta, quase irreconhecível. Estava tão magra que parecia um esqueleto. Agora que estou recuperando meu peso. Voltei a estudar e espero nunca mais ter que voltar para o garimpo,

porque aquilo não é lugar para gente não. É desumano e só com muita droga na veia para dar conta daquilo. Os caras não têm pena de ninguém (Pesquisa de campo – Entrevista n° 389, realizada em Boa Vista, em outubro de 2024).

A presença do crime organizado nos garimpos foi tema de muitas pesquisas e especulações no meio acadêmico. No final de 2024, pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicaram as “Cartografias da violência na Amazônia” e revelaram que o “Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa paulista, atua desde 2015 em áreas de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami”⁹³. Alguns pesquisadores utilizam o termo narcogarimpeiros para se referir ao novo controle dos garimpos pelo crime organizado.

FIGURA 06: TERRA INDÍGENA YANOMAMI

Fonte: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/12/20/pesquisa-revela-que-pcc-atua-com-garimpo-ilegal-ha-quase-10-anos-na-terra-yanomami.ghtml>.

93 Relatório completo disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/ca0bcac7-31b6-4123-adb1-2a6fc5c0b95d>.

Dadas as distâncias e as dificuldades de acesso, as narrativas indicam que muitos garimpeiros continuam na Terra Yanomami. Outros se deslocaram para novos territórios da Guiana Inglesa e do Suriname. As movimentações comerciais dos grandes empresários do garimpo também apontam para essa realidade e são enaltecidas pela imprensa local com chamadas como esta: “Com coragem e ação, empresário transporta escavadeira de 90 toneladas rumo à Guiana e viraliza nas redes”. Chamada de uma matéria do jornal Folha de Boa Vista, veículo de mídia com a maior circulação em Roraima⁹⁴.

Situações como essa revelam a dificuldade logística do combate ao garimpo em Terras Indígenas em toda a Amazônia. Ao mesmo tempo que os grandes empresários deslocam os seus negócios para os países vizinhos, nas fronteiras do estado, os políticos locais mobilizam novas legislações para tentar flexibilizar a garimpagem na região. Andrade e Julião (2024, p. 492-493) afirmam que

A exploração ilegal de recursos naturais na Amazônia, com destaque para o garimpo, tem gerado consequências devastadoras para o meio ambiente e para as populações tradicionais que habitam a região, particularmente os povos indígenas. A contaminação por mercúrio, a degradação ambiental e os impactos socioeconômicos nas comunidades afetadas colocam a questão do garimpo no centro dos debates sobre direitos humanos e proteção ambiental. De acordo com dados do Projeto Map-Biomas, 94% da área de garimpo no Brasil está na Amazônia, e pelo menos metade dessa atividade ocorre sem autorização legal, em terras indígenas e unidades de conservação. Entre as principais consequências estão a contaminação de rios por mercúrio, a degradação de ecossistemas florestais e aquáticos e o aumento de doenças como malária e desnutrição entre as comunidades afetadas. A falta de fiscalização adequada favorece a expansão dessas atividades, ampliando os desafios para a proteção ambiental e a saúde pública.

94 Matéria veiculada como conteúdo “patrocinado”. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/com-coragem-e-acao-empresario-transporta-escavadeira-de-90-toneladas-rumo-a-guiana-e-viraliza-nas-redes/>.

Os danos ambientais, sociais e culturais causados pelo garimpo ilegal são imensuráveis em toda a Amazônia. A insistência em uma economia baseada na morte dos rios, da floresta e das pessoas justifica-se pelos grandes lucros que a exploração dos minérios representa nas balanças comerciais do mundo inteiro.

A presença de mercúrio nos rios da Amazônia tem afetado diretamente a saúde das comunidades indígenas e ribeirinhas, especialmente os povos Munduruku, Kayapó e Yanomami. Entre todas essas regiões, a Terra Indígena (TI) Yanomami se tornou uma das principais preocupações. Estima-se que mais de 20 mil garimpeiros estejam atuando irregularmente na área, despejando mercúrio nos rios e comprometendo a saúde da população local. Pesquisas da Fiocruz mostram que muitos indivíduos dessas comunidades apresentam níveis da substância no sangue acima do limite seguro definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse quadro traz consequências preocupantes, como impactos na saúde reprodutiva, no crescimento infantil e na alimentação dessas populações, que dependem da pesca como principal fonte de proteína. A contaminação não se restringe apenas ao ambiente, mas afeta o cotidiano dessas comunidades, interferindo em sua qualidade de vida e na segurança alimentar. Entre os principais problemas identificados estão: danos à saúde, como a contaminação por mercúrio e a disseminação de doenças como a malária; conflitos territoriais, gerados pela invasão de suas terras por garimpeiros ilegais; e graves violações de direitos humanos, que incluem trabalho análogo à escravidão, tráfico de pessoas e violência. A contaminação da água, somada à escassez de alimentos e ao aumento de doenças, tem colocado as comunidades indígenas em uma situação crítica. Além disso, a ausência de medidas eficazes por parte do governo anterior agravou ainda mais o cenário, já que decisões judiciais e compromissos internacionais que previam a proteção da região não foram devidamente implementados (Andrade e Julião, 2024, pp. 492-493).

Em vez de defender o território dos altos níveis de contaminação da água e do pescado e de proteger as florestas e os povos

que nelas habitam e as protegem, os políticos da Amazônia insistem em defender a legalização do garimpo em terras indígenas. O tempo todo apresentam projetos de lei, muitas vezes votados a toque de caixa, especialmente no estado de Roraima, que defendem os interesses das grandes empresas de mineração no Estado. E o mais grave é que o governo estadual está sempre favorável a essas medidas, pedidos de licença para lavra, legislações que afrouxam a fiscalização e muitas outras tentativas de flexibilização do garimpo. De acordo com os referidos autores,

Em decorrência desses fatos, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos indígenas e na proteção ambiental. Na ADI 6672 (2021), o STF declarou a inconstitucionalidade de uma lei estadual que simplificava o licenciamento ambiental para atividades de garimpo, destacando que a União detém a competência para legislar sobre normas gerais de proteção ambiental, conforme o artigo 22 da Constituição. Além disso, a ADPF 991 (2022) determinou que a União Federal adote todas as medidas necessárias para garantir a proteção integral dos territórios indígenas, especialmente daqueles com presença de povos indígenas isolados ou de recente contato. Tais ações, adotadas pela suprema corte brasileira, indicam para outra vertente de análise acerca das ações passíveis de serem adotadas contra o garimpo ilegal para além das políticas públicas do Poder Executivo ou demais políticas repressivas (levadas a cabo pela Polícia Federal, IBAMA ou Forças Armadas), qual seja: o papel das Instituições de Justiça no enfrentamento a tais atividades ilegais (Andrade e Julião, 2024, pp. 493-494).

No governo de Bolsonaro, todo este aparato governamental local ganhou muita força. Não fosse o STF se posicionar firmemente e barrar as tentativas de afrouxamento, a situação estaria muito pior quando o governo Lula assumiu e logo percebeu que uma intervenção se fazia necessária e urgente.

Mesmo depois do processo de desintrusão que iniciou em fevereiro de 2023, as investigações continuam encontrando interligações

entre garimpeiros e o crime organizado⁹⁵ na Terra Indígena Yanomami. Muitos caminhos foram abertos pelo garimpo e não vai ser fácil fechar essas entradas e saídas numa região marcada por “facilidades” determinadas pelas distâncias e as dificuldades de acesso. Graças ao processo de desintração, muitas situações vieram à tona, como esta da jovem Karol (Pesquisa de campo – Entrevista nº 389, 2024), que denuncia a condição de exploração sexual e as tensões provocadas pelo controle do garimpo pelo crime organizado.

5.3. A SITUAÇÃO DO GARIMPO NO PARÁ

As entrevistas realizadas em Altamira⁹⁶, no sudoeste paraense, apresentam elementos muito recorrentes nas narrativas dos garimpeiros dos demais estados da Amazônia. Uma questão transversal é a circulação dos garimpeiros nos diversos territórios e nos países vizinhos. A outra questão transversal é o permanente endividamento dos garimpeiros, o que faz com que permaneçam vinculados aos garimpos.

Por indicação das fontes da pesquisa, as entrevistas se concentraram no Mercado Municipal Moreirão, uma feira livre em Altamira, localizada na Rua Isaac Barbosa. A indicação desse local se deu pela

95 Operação da PRF coordenada pela Casa de Governo atinge logística do garimpo ilegal em Roraima. Agentes apreenderam aeronave clandestina, veículos, armas e munições em ação para desarticular esquema criminoso na região da Terra Indígena Yanomami. Matéria disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/operacao-da-prf-coordenada-pela-casa-de-governo-atinge-logistica-do-garimpo-ilegal-em-roraima>.

96 Recentemente uma das áreas de garimpo ilegal foi alvo de operação do Ibama. Conforme matéria publicada na página do Ibama: Garimpo ilegal no Pará é desarticulado pelo Ibama. Altamira/PA – (13/02/2025) – Após denúncia anônima, agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Federal (PF) desarticularam atividade de garimpo ilegal no sudoeste do Pará. Disponível em: [https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/garimpo-ilegal-no-para-e-desarticulado-pelo-ibama#:~:text=Altamira%2FPA%20%2D%20\(13%2F,ilegal%20no%20sudoeste%20do%20Par%C3%A1](https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/garimpo-ilegal-no-para-e-desarticulado-pelo-ibama#:~:text=Altamira%2FPA%20%2D%20(13%2F,ilegal%20no%20sudoeste%20do%20Par%C3%A1).

alta circulação de empresários do ramo garimpeiro e por ser um ponto de referência para as “expedições garimpeiras”, na linguagem dos populares.

Logo nos primeiros minutos de conversa com populares frequentadores da feira, na tarde de uma sexta-feira do mês de agosto de 2024, muitos garimpeiros à espreita foram sendo indicados. Alguns estavam no local fazendo compras para retornar ao garimpo. Outros, à espera de oportunidade para se juntar a alguma “expedição”, geralmente bancada por comerciantes locais já bastante conhecidos no ramo da garimpagem. Logo na primeira entrevista, vieram à tona as estratégias de logística dos garimpos:

Eu comecei do zero no ramo da garimpagem lá na região de Parauapebas ainda quando era só um pé de serra que o povo chamava de “inferninho”. Bem antes do Projeto de Ferro Carajás era uma região muito boa de garimpo. Depois que as grandes mineradoras chegaram, não teve mais para a gente e comecei a buscar outras áreas. Rodei por muitos lugares até me instalar aqui em Altamira. Hoje eu levo gente para garimpar nas minhas áreas. Eu já organizei expedição de durou até um ano com mais de 200 brutos. Já passei por muitos lugares aqui na região, mas, atualmente os meus negócios ficam mais lá nas redondezas da Vila da Ressaca⁹⁷ e na Agrovila Itatá. O povo fala que tem índios por lá por perto. Eu mesmo nunca vi. E também não sei lhe dizer se meus garimpos estão em terra indígena porque nunca vi nenhuma marcação por lá. Desse modo eu sigo por lá com meu negócio que está indo bem. Eu tenho pra mais de 200 motores a diesel que eu alugo para os garimpeiros em toda aquela região. Tem muito garimpo por lá. Eu negocio outros sortimentos que eles precisam. Basta me passarem um zap que eu levo o que me encomendam. Hoje a comunicação é mais fácil e mais rápida. No meu tempo em Parauapebas só tinha o rádio e era muito caro ter um. Só os chefes mesmo. Aqui em Altamira o garimpo anda de mãos dadas com a política. Não tem separação, isso eu posso lhe assegurar (Pesquisa de campo – Entrevista n° 51, realizada em Altamira, PA, em agosto de 2024).

97 Comunidade formada por garimpeiros oriundos da exploração de ouro em abundância na região, nas décadas de 1960 e 1970.

O comerciante revelou que boa parte do comércio em Altamira se orienta pelo garimpo e que até mesmo o preço dos produtos na feira sofrem influência do garimpo. E fala com certo orgulho que os comerciantes ligados ao garimpo são os mesmos ligados ao agronegócio e à política local. É como se houvesse uma aliança entre esses três seguimentos da sociedade. A relação com o garimpo na lógica do mercado e na definição de negócio foi mais recorrente em Altamira. É como se a população local tivesse assimilado o garimpo como uma economia local entrelaçada com outros setores econômicos da sociedade.

O segundo entrevistado foi indicado pelo primeiro. Sem querer, a pesquisa acabou assumindo o caráter de “bola de neve”, que é quando um entrevistado indica outro para participar da pesquisa. Foi ali mesmo numa banca da feira. O indicado foi um garimpeiro que participa das “expedições” mencionadas pelo primeiro entrevistado. Talvez pelo fato de ter sido indicado pelo “patrão”, o homem aceitou prontamente participar da entrevista. Após assinar o Termo de Livre Esclarecimento da Pesquisa, o senhor começou a contar sua vida no garimpo:

Eu não me recordo de quantas expedições eu participei, não. Foram muitas. Agora a gente está dando um tempo porque tem umas polícias lá na região atacando os garimpos. Eu acho isso uma irresponsabilidade, porque todos sabem que é do garimpo que vem um recurso extra para o município. Na falta de emprego aqui na cidade, a gente vai garimpar. Eu mesmo nunca tive o privilégio dos estudos. Era o mais velho dos 8 filhos e tive que cair no eito logo menino para dar o de comer pros outros. Eu garimpei com meu pai até os 15 anos. Depois que ele morreu, eu continuei sozinho. Mas lhe digo que sempre lutei para que meus irmãos tivessem estudo para não precisar ir para o garimpo. Tudo que consegui no garimpo foi para garantir um mínimo de conforto para a viúva, minha mãe e meus 7 irmãos. Na falta do pai, eu me tornei arrimo de família. De tanto cuidar da minha família, ainda não tive tempo de arrumar esposa nem filhos. Sempre calculei que não daria conta de duas famílias. Aí o tempo passou e vivo assim, de

garimpo em garimpo, de mulher em mulher. Porque mulher nunca falta em garimpo. Mas, quando acaba o garimpo, acaba também a mulher. Eu já levo quase 50 anos de garimpo, se se contar quando comecei a ir com meu pai com meus 8 anos de idade. A gente morava em Santa Maria das Barreiras, lá para as bandas do Tocantins. Eu ia com ele no início para fazer pequenos mandados, levar recados de um canto para outro, levar comida, água. E outros serviços que menino sempre realiza. Numa dessas, sofri uma violência muito feia. Meu pai bebia muito e, numa noite, ele não veio para o barraco e um cara apareceu e me violentou a noite inteira. Aquilo foi terrível. Meu pai chegou e pegou o cabra lá fazendo aquilo comigo. Ele deu para mais de 10 tiros no cara. Eu fiquei muito traumatizado. Naquele momento, meu pai me levou embora e só passou em casa e avisou para a família que a gente precisava se mudar para Conceição do Araguaia, fugindo dos parentes que iriam vingar o sujeito. Um tempo depois eu continuei acompanhando meu pai em outros garimpos. Quando eu tinha uns 15 anos, meu pai foi morto numa região do Tapajós, perto de Itaituba. O cara que atirou no meu pai disse que era uma morte encomendada. Eu acredito que tenha sido algum mandado dos desafetos. Depois disso, eu rodei por muitos garimpos em muitos estados. Estive até em Roraima. Faz uns 5 anos que estou por aqui porque minha mãe e alguns irmãos vieram morar aqui. Eu vou nas expedições e fico um tempo lá e um tempo aqui na cidade. Quando fico na cidade, eu tenho uma oficina de concerto de motores. Geralmente são motores utilizados nos garimpos. Eu estou indo até bem e continuo no garimpo porque é a única coisa que sei fazer (Pesquisa de campo – Entrevista nº 52, Instituto Conviva, realizada em Altamira, PA, em agosto de 2024).

A narrativa apresenta elementos recorrentes em outras entrevistas. A violência e a exploração das crianças merecem um destaque. A facilidade com que se portam armas de fogo no garimpo é uma informação transversal. Perguntados sobre porte de armas e licença para andar armados, apenas 2% dos participantes da pesquisa asseguraram que possuíam. Ainda assim com reclamações, como na entrevista número 53: “Eu

tenho porte de arma e pago o licenciamento. Acho isso uma invenção desnecessária desse governo petista. No tempo do Bolsonaro, todo mundo andava armado e ninguém precisava desse tal de porte”.

A violência contra meninos só apareceu nessa entrevista, diferente da situação das meninas. No caso dos meninos, a ausência de informações pode ser decorrência da omissão da pergunta ou pode ser um tema que os homens não expressem com muita facilidade. O entrevistado número 52 é realmente uma exceção na pesquisa de campo.

Um elemento transversal na entrevista nº 52 é justamente a circulação dos garimpeiros por diversos motivos. Porém, uma das causas mais prováveis é justamente a instabilidade da garimpagem, que vai mudando de acordo com determinados níveis de exploração. A rotatividade dos locais recorda a exploração colonizatória dos bandeirantes, que avançavam com a empreitada da exploração na grande “marcha para o oeste”, com passagem relativamente rápida em cada território. A diferença é que eram territórios contínuos. No caso dos garimpos atuais, esse critério não é um definidor da marcha garimpeira.

O que chama a atenção nas narrativas é a naturalização da exploração do trabalho infantil e do homicídio como crime de vingança. A naturalidade com que os entrevistados apresentam os temas é no mínimo perturbadora. Uma das feirantes que participou das entrevistas compartilhou a experiência de ter sido esposa de garimpeiro.

Eu fui casada com garimpeiro duas vezes. Na primeira vez eu era bem novinha e ele bem mais velho. Foi um acordo que meus pais fizeram para ele me trazer aqui para Altamira. Eu tinha menos de 14 anos. Logo ele me engravidou e sumiu nos garimpos. Nunca mais deu notícias. Um tempo depois, apareceu outro ra-

paz que se engraçou comigo. A vida estava bem difícil para cuidar da criança sozinha. Estava passando muitas necessidades. O Ezequiel foi um bom marido. Registrou o menino no nome dele e, de tempos em tempos, ele voltava do garimpo e passava uns dias comigo até aparecer outra expedição. Eu cuidei muito para não ter mais filho, porque tinha medo de passar as mesmas dificuldades de novo. Com o dinheiro do garimpo, o Ezequiel comprou esse terreninho onde moramos. Eu e meu menino começamos a plantar de tudo e adquirimos umas cabecinhas de animais. Com isso, a gente passou a não depender mais do dinheiro do garimpo, que era muito incerto. Eu comecei a vender na feira e faz mais de 10 anos que vivemos basicamente disso. E vivemos bem. O meu filho foi estudar em Santarém. Já está quase terminando o curso de professor na UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará). Ele vai voltar para ser professor aqui. Eu gostaria muito que ele viesse, porque o Ezequiel também sumiu nessas brenhas. Já faz mais de 10 anos que foi garimpar e nunca mais retornou. A gente fica sem saber o que aconteceu. Se está vivo ou se morreu. Ninguém dá notícias dele. Eu sei apenas que ele foi garimpar em Roraima com a promessa de voltar dentro de um ano e até hoje. Deve ter encontrado outra família por lá. Eu rezo para que esteja vivo e bem. Mas não sei de nada. É muito triste conviver com essa incerteza dos dois maridos que tive (Pesquisa de campo – Entrevista nº 54, Instituto Conviva, realizada em Altamira, PA, em agosto de 2024).

A naturalidade com que as pessoas falam do estupro de vulneráveis, chegando ao ponto de defini-lo como “casamento com homem mais velho”, é algo que assusta. O abuso de crianças é muito recorrente nas conversas informais e parece que continua sendo reproduzido sem maiores problematizações por parte da sociedade. Enquanto a entrevistada comentava sobre seu passado, duas clientes da banca interviam na conversa, afirmando que seus maridos também eram muito mais velhos e que se “casaram” antes de completar 15 anos.

Outra informação é o desaparecimento dos maridos nos garimpos. É um assunto recorrente. Tanto o garimpeiro pode estar vivo e com vergonha de retornar para a família depois de anos de abandono, como foi identificado nas entrevistas em Manaus, como também podem ter sido assassinados nos garimpos e enterrados por lá mesmo. Também podem ter sido mortos em acidentes de trabalho ou de qualquer outra doença. O que é recorrente é a angústia de quem foi deixado para trás sem nenhuma informação do paradeiro dessas pessoas.

Em Altamira, onde circulam garimpeiros de todo o Estado do Pará, não houve nenhuma menção à presença do crime organizado nos garimpos. Muitos entrevistados, porém, afirmaram, em tom de denúncia, que as polícias locais são muito coniventes com o garimpo.

5.4. O GARIMPO EM RONDÔNIA

Em Rondônia, foram realizadas muitas entrevistas e selecionados alguns fragmentos de narrativas sobre a questão do garimpo. A pesquisa de campo se concentrou no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) Dom Moacyr Grechi, instituição vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família do município de Porto Velho. O local foi escolhido por receber grande número de pessoas em situação de rua com histórico de passagem por garimpos.

Porto Velho é o município banhado pelo rio Madeira, o maior da região. O rio Madeira começa na Cordilheira dos Andes, banha a Bolívia e o Peru antes de adentrar o território brasileiro em Rondônia e, após percorrer 3.240 km (dos quais 1.425 km no Brasil), deságua no rio Amazonas.

O Rio Madeira já foi cenário de decisões judiciais importantes contra o garimpo ilegal. Em 2021, a Justiça Federal declarou inconstitucionais licenças ambientais emitidas pelo IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas) para a extração de ouro no leito do rio. Essas licenças foram concedidas sem estudos de impacto ambiental, ignorando os danos documentados, o uso indiscriminado de mercúrio e as condicionantes legais. Ainda em 2021, o Greenpeace Brasil realizou sobrevoo na região, denunciando ‘paredões’, com centenas de balsas garimpando o leito do rio. Há mais de quatro décadas, o Rio Madeira, um dos principais afluentes do Amazonas, é alvo de uma exploração ilegal de ouro que ameaça o equilíbrio ambiental e social da região. São várias as consequências dos Garimpos embarcados – balsas equipadas com maquinário pesado – elas dragam o fundo do rio em busca de ouro, destroem o leito, contaminam a água com mercúrio, matam peixes e causam doenças nos povos que dependem do rio para sobreviver (Garcez, Greenpeace Brasil, 2024, s/p).

O histórico de garimpagem no rio Madeira e seus afluentes faz com que se concentrem em Porto Velho importantes referências do mercado da mineração, conforme mencionado anteriormente no romance “A filha dos rios”, de Ilko Minev (2015). Também se aglomeram em Porto Velho diversas pessoas ligadas historicamente ao garimpo. A maioria, como em outras regiões, não teve sucesso com a garimpagem. Muitos vivem nas periferias de Porto Velho e outros, em situação de rua, lutam contra o alcoolismo e as drogas como “heranças do garimpo”, como afirma Solano, de 62 anos:

Eu sou filho de seringueiros. Desde menino convivi nos seringuais. Quando acabou tudo, minha família veio da região do Mamoré para Porto Velho e fomos morar no bairro que acolhia os “soldados da borracha”, que eram chamados de “arigós” por serem nordestinos, por isso o bairro se chama Ari-

golânda. Pois é, ali no Arigolânda começaram a aparecer umas pessoas convidando os seringueiros para o garimpo. Eu era muito jovem e aquilo para mim era como se fosse a continuidade da borracha, sabe? Eu comecei a ir com meu pai e meus irmãos para esses garimpos. Descobrimos que meu pai tinha outras famílias, o que era muito comum naquela época nos barracões. Mas aquilo para mim foi muito difícil e eu tive sérios problemas com meu pai. Acabei me apartando dele e dos meus irmãos e ficava tempos nos garimpos para esquecer aquilo tudo. Eu vivi de tudo nos garimpos no rio Madeira, sabe? Eu constituí família nos garimpos do vale do Mamoré. Mas depois eu me aparteí deles também. Tudo por causa da maldita bebedeira. A bebida e as drogas são as heranças do garimpo que a gente carrega junto. Essa foi a única que nunca se apartou de mim. Foi isso que me trouxe para as ruas. Já tentei me aposentar para ter um pouco de dignidade, mas nem isso eu consigo. Agora, aqui no Pop eu estou confiante que vou conseguir me aposentar e sair das ruas porque já estou nessa vida há mais de 10 anos. O corpo tá muito cansado. Preciso ao menos ter uma morte digna, já que escapei dela tantas vezes nesses garimpos (Pesquisa de campo – Entrevista n° 163, Instituto Conviva, 2024 – Porto Velho).

Historicamente, o garimpo no rio Madeira vem crescendo desde o final do período da borracha (virada do século XIX para o XX). Entretanto, de acordo com o resumo técnico apresentado no relatório do MapBiomias, de 2021, “a área de garimpo terrestre na bacia do Madeira saltou de 3.753 hectares, em 2007, para 9.660 hectares em 2020 – um aumento de 5.907 hectares, o equivalente a mais de 8.200 campos de futebol”⁹⁸.

98 MapBiomias: Nota Técnica sobre Garimpo no Rio Madeira. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/Nota_Tecnica_sobre_Garimpo_Rio_Madeira_01.12.2021.pdf.

Na sua grande maioria formada por lavras ilegais, os garimpos do rio Madeira recolheram seringueiros dispensados dos seringais e expulsos de seus territórios pelos grandes fazendeiros, como o caso da família do Solano. O “Mico”, apelido do senhor de 57 anos, tem uma história muito parecida.

Eu vivo nessa cadeira de rodas desde que perdi minhas pernas num acidente num tapiri de garimpo no rio Madeira. Uma draga se soltou do barranco e veio em cima de mim. Eu não me lembro de muita coisa, mas os peões me contaram que as duas pernas foram apartadas de mim ali mesmo, na escadaria do tapiri. Me trouxeram para Porto Velho e me jogaram lá no Hospital de Base. Eu me lembro que passei muitos meses internado. Depois disso, fiquei nos corredores do hospital muitos meses, esperando uma cadeira de rodas, porque eu não conseguia andar com as muletas. Não tinha equilíbrio e o corpo era muito fraco. Até hoje é fraco. Eu fui vivendo ali nos arredores do hospital com ajuda alheia. Meu único conforto era a cachaça, que me fazia esquecer tanta riqueza que arranquei no fundo do rio e entreguei nas mãos dos patrões e para mim não sobrou nada, nem uma cadeira de rodas para arrastar meu velho corpo pelas ruas (Pesquisa de campo – Entrevista nº 165, Instituto Conviva, 2024 – Porto Velho).

A história de Mico repete-se nas muitas outras histórias de garimpeiros que gastaram sua juventude e sua saúde “arrancando riqueza do fundo do rio” para entregá-la às poucas pessoas que lucraram com o garimpo na Amazônia. Além dos patrões, coronéis e empresários, o nome varia em cada região. Outro setor que se enriquece com essa atividade é o comércio que gira entorno do garimpo. É o caso do “alemão Rolph”, citado em várias narrativas, que se destacou com a invenção da “maraca”, uma peça adaptada à cabeça das dragas para facilitar a perfuração do leito do rio.

O “Alemão” tinha uma oficina no trevo do Roque (em Porto Velho). Nesse lugar, tinha muitas oficinas que construíam as dragas e outras ferramentas e equipamentos para garimpagem e para as madeireiras. Muita gente fala que essa oficina funcionava como fachada para mandar dinheiro do garimpo para fora do Brasil. O que eu sei é que o alemão enriqueceu muito vendendo maracas para as dragas que operavam no rio Madeira. No governo Collor, chegaram muitas mineradoras de grande porte e se instalaram por aqui. De um dia para o outro apareciam placas dizendo que não se podia mais garimpar naquela área e apareciam capangas dando tiro na gente. Se não corresse, perdia tudo e, se se insistisse, perdia até a própria vida. Eu não sei como esses estrangeiros chegaram aqui. Mas as empresas deles ganharam muito dinheiro minerando esses rios. Mas nenhum ficou tão rico como Savanhago⁹⁹, um sulista que apareceu por aqui e logo foi comprando tudo dos pequenos. Dizem que ele era militar. Eu não sei bem ao certo porque as ideias me falham. Ele era um tipo bem preparado. Dava ordem com muita energia e parecia estar aqui para enriquecer a qualquer custo. Acho que é o garimpeiro mais famoso de Porto Velho. Eu mesmo fui ficando cada vez mais pobre. Acho que o povo daqui só encontrou miséria, primeiro nos seringais, depois nos garimpos (Pesquisa de campo – Entrevista n° 165, Instituto Conviva, 2024 – Porto Velho).

A referência à presença de militares nos altos comandos do garimpo é recorrente em muitas narrativas em várias regiões da Amazônia e nos vários ciclos da garimpagem, especialmente em áreas proibidas que eles, os militares, deveriam estar protegendo. Esta pesquisa não aprofundou muito esse tema porque não era objeto dos estudos. Entretanto, é um tema que fica em aberto quando se trata do garimpo ilegal na Amazônia.

99 Foi tema de uma matéria do jornal *Gente de Opinião*, assinada por Dante Ribeiro da Fonseca, intitulada “O garimpo de ouro no rio Madeira durante a década de 1980 segundo a percepção de um garimpeiro”. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/dante-fonseca/o-garimpo-de-ouro-no-rio-madeira-durante-a-decada-de-1980-segundo-a-percepcao-de-um-garimpeiro>.

Alina é uma jovem de 26 anos, estudante da Universidade Federal de Rondônia, no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Ela compartilha fragmentos de memórias do garimpo na sua família.

A minha família agora vive no campo e da produção camponesa da Agricultura Familiar. Agora nós estamos bem. Mas, durante os anos em que meus avós maternos e paternos trabalhavam nos garimpos, minha família passou muitas dificuldades. Minha mãe conta que estavam sempre na miséria e morando nas beiras atrás de garimpo. Nesse tempo todo, nunca conseguiram nada de estabilidade. As coisas só foram mudar quando chegou o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e algumas pessoas começaram a deixar o garimpo, por entender que aquilo não trazia dignidade para ninguém, e começaram a ingressar no movimento. Foi lá que a gente descobriu que o que nos dá dignidade é a terra bem cuidada e cultivada com respeito e responsabilidade. Essa consciência libertou muita gente do garimpo. Tem muita gente que continua refém do garimpo porque não consegue ver alternativas. Eu acredito muito que a organização social e a luta coletiva são uma alternativa. É uma forma de libertação do garimpo e de tudo de ruim que ele representa (Pesquisa de campo – Entrevista nº 169, Instituto Conviva, 2024 – Porto Velho).

Os fragmentos dessa narrativa cheia de esperança representam uma das alternativas para superar o garimpo e romper com todas as estruturas que tornam as pessoas reféns desse modelo neocolonizatório que insiste em se manter no Brasil e, de modo especial, na Amazônia. É um modelo econômico arcaico e superado que precisa ser interrompido. A narrativa da Alina é um grito de esperança. É preciso enfrentar o garimpo com organização e participação social.

6. RESISTÊNCIAS AO GARIMPO: ALTERNATIVAS APRESENTADAS NO CAMPO, NA CIDADE E NA FLORESTA

O garimpo é considerado um dos primeiros ofícios da colonização do Brasil. A Agência Nacional de Águas (ANA) considera o garimpo como “uma atividade econômica extrativista de recursos minerais, não configurada em escala industrial. O garimpo é considerado a forma mais rudimentar de mineração”¹⁰⁰.

100 Os Garimpos são áreas extrativistas que ocorrem em depósitos de gemas, minerais metálicos ou não metálicos valiosos, em eluvião ou aluviões, nos alvéolos de cursos d’água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas, vertentes e alto de morros, sendo que, para sua extração, são utilizados instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, e produtos químicos. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/ec62785d-6559-4f26-9df4-46f3a504bfcd>.

As oficinas pedagógicas e as pesquisas de campo indicaram que o garimpo representa um atraso nas políticas públicas de trabalho e geração de emprego e renda. “O garimpo oferece uma aventura, e não um emprego”, afirma o Sr. Antônio, participante de uma oficina pedagógica realizada em Altamira, no sudoeste do Pará.

Para os governantes estaduais e municipais, é mais cômodo fazer vistas grossas e permitir o garimpo do que investir em frentes de trabalho justo e regular. Ao mesmo tempo, “todos lucram com a corrupção em torno do garimpo ilegal” (Pesquisa de campo – Entrevista nº 66, Instituto Conviva, 2024).

A oficina pedagógica realizada no baixo rio Madeira identificou diversas alternativas desenvolvidas nas comunidades como forma de superação do garimpo como única alternativa econômica da região. As experiências comunitárias que acenam para alternativas de modos de vida são muito antigas na história da Igreja. A vida em comunidade surge no início da Igreja como modelo de sociedade que foi perseguido e condenado pelo sistema imperialista da época, por representar uma ameaça ao poder vigente. Até hoje o modo de vida comunitário segue sendo muito questionado pelo sistema vigente.

A origem desse modo rebelde e subversivo de vida em comunidade é a experiência maior das primeiras comunidades cristãs, na qual “todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um. Unidos de coração frequentavam todos os dias o templo. Partiam o pão nas casas e tomavam a comida com alegria e singeleza de coração”¹⁰¹. E não havia necessitados nem excluídos nesse modo de vida comunitário revolucionário.

101 Atos dos Apóstolos 2,44-46.

De forma muito semelhante, os povos indígenas¹⁰² da Amazônia apresentam, ainda hoje, um modo de vida que revela sua convivência com o bioma num sistema de partilha, de trabalho coletivo e de solidariedade que não deixa lugar para a exclusão. Esse modo de vida é conhecido na Amazônia como *Nhandereko*, que significa “nosso jeito de ser na nossa casa comum”.

Para os Povos Tradicionais da Amazônia, a palavra *Nhandereko* é usada na língua *Nheengatu*, ou língua geral amazônica, para indicar a identidade étnica ou “jeito de ser na nossa casa”. Nessa perspectiva, a terra, a floresta e os rios simbolizam o lócus da organização social e política, lugar da produção e transmissão de práticas sustentáveis que se encontram em todos os lugares da Amazônia. Desse modo, a terra da Amazônia não é propriedade. É lugar e espaço vivencial. Não deveria ter terreno nem gleba que se negocia no mercado imobiliário. É lócus e o território imaginado, sentido e vivenciado. Lugar da memória e do respeito aos antepassados, dever ser o lugar da agroecologia, do extrativismo responsável, da pesca sustentável, da festa, dos jogos e danças tradicionais. Conviver com e no bioma amazônico representa um grande desafio a serem reaprendidos com os Povos Tradicionais da região, de maneira especial, os povos indígenas, camponeses e ribeirinhos (DIAS; LEMOS; OLIVEIRA, 2020, p. 15).

O conceito *Nhandereko* começou a circular na Igreja da Amazônia com as imersões da Equipe Itinerante¹⁰³ nas comunidades indígenas espalhadas pela Pan-Amazônia a partir do ano 2000. De modo especial nas regiões transfronteiriças. O conceito, apropriado pelo

102 Além dos povos indígenas, as comunidades ribeirinhas, quilombolas, seringueiras, camponesas compartilham do mesmo modo de vida e dos mesmos ensinamentos.

103 A primeira intuição foi formulada pelo Pe. Cláudio Perani, SJ, em 1996, como “Projeto de itinerância”, junto com o “Projeto Tabatinga” e “Educação e Cidadania”. Disponível em: <https://paamsj.org.br/equipe-itinerante/>. Acesso em 1º/05/2023. Um resumo da missão da Equipe Itinerante pode ser observado no documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OYOh3Wv8Zoo>.

Nheengatu, tem origens no guarani e representa um preceito de um modo de vida. A esse respeito, Pereira (2019, p. 8), informa que

O *Nhandereko* (jeito Guarani de ser), semelhante ao Bem Viver, trata do conhecimento ancestral, próprio do povo Mbya Guarani. Essa expressão equivale à expressão *Bien Vivir* (Bem Viver) de matriz representativa de diferentes povos andinos. O *Nhandereko* consiste em como esses povos organizam, sua sociedade e seu modo de vida, conforme suas cosmovisões e conhecimentos ancestrais de forma transdisciplinar.

Segundo a autora, o Povo Guarani ainda se mantém fiel aos referenciais que caracterizam o preceito *Nhandereko*, que se trata de modos de resistência de povos indígenas e representa um processo de resistência e identidade (PEREIRA, 2019). A autora sustenta que a base do pensamento do “Bem Viver” é indígena. É um projeto de sociedade que propõe uma vida em interligação com a natureza, de forma a fazermos parte dela. Propõe solidariedade entre as pessoas, “sem viver o conceito de acumulação, livre de preconceitos, com novas visões alternativas de vida” (PEREIRA, 2019, p. 32). Ainda de acordo com a autora em questão,

O *Nhandereko* se assemelha ao Bem Viver apresentado por Acosta, simbolizando o jeito guarani de ser e de viver, seus costumes, suas canções, sua religiosidade, suas histórias sendo transmitido de geração em geração. O *Nhandereko*, que se traduz em um viver humanístico, busca equilíbrio e serenidade interior, desenvolvimento espiritual e imaterial através das ações na lida diária com a vida material e desenvolvimento das competências e atributos relacionados ao ser humano e a todo ser vivo no planeta em toda sua plenitude evolutiva. O *Nhandereko* vai muito além do viver em comunidade, torna-se difícil colocar em palavras seu significado, pois abrange um viver que traz consigo um legado, legado esse que se perpetua há milhares de anos (PEREIRA, 2019, p. 34).

A proposta da *Laudato Si'* vai de encontro com a vivência do *Nhandereko*. Em síntese, a Encíclica revolucionária do Papa Francisco

afirma que “tudo está interligado como se fôssemos um. Tudo está interligado, nessa casa comum”¹⁰⁴. Essa interligação revela a presença de Deus em toda obra da criação e responsabiliza toda a humanidade para o cuidado da casa comum:

As criaturas deste mundo não podem ser consideradas um bem sem dono: “Todas são tuas, ó Senhor, que amas a vida” (Sb 11, 26). Isto gera a convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde. Quero lembrar que Deus uniu-nos tão estreitamente ao mundo que nos rodeia, que a desertificação do solo é como uma doença para cada um, e podemos lamentar a extinção de uma espécie como se fosse uma mutilação (PAPA FRANCISCO, 2015, n. 89).

Nessa perspectiva, a terra já não consegue se refazer em grau suficiente para garantir a vida humana. Está em fase de esgotamento, com risco para toda vida. Acrescentem-se aí as mudanças climáticas, com o aumento de temperatura, fruto também desse mesmo movimento de destruição da natureza e dos crescentes tipos de poluição, principalmente o industrial. A realidade é desesperadora e urge um processo intenso de conversão ecológica (OLIVEIRA; SBARDELOTTI, 2022, p. 2010).

Os alicerces do cuidado da Casa Comum na perspectiva do *Nhandereko* podem ser observados e reconhecidos na experiência milenar dos Povos Ameríndios, que nos apresentam um itinerário teológico ou um caminho possível de convivência e inter-relação com e na casa comum. Os elementos e princípios dessa convivência são apresentados na letra da música ‘Cuidar da Terra’, do grupo

104 Refrão da canção inspirada na encíclica *Laudato Si'*, do papa Francisco. Letra, Música, Instrumentação, Mixagem e Masterização de Cireneu Kuhn. SVD. Arranjos e interpretação do autor que é missionário do Verbo Divino. Arte e foto montagem da “REDES – Rede de Solidariedade”, entidade coordenada pelas Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KiCBSaQ3TbE>.

Imbaúba¹⁰⁵, composição dos músicos amazonenses Celdo Braga e Candinho.

Um fragmento da canção afirma que “nós somos parte da terra, a terra é parte de nós; um é a extensão do outro, nós não vivemos a sós”. A questão central apresentada no texto musical é o desafio do cuidado. Cuidar da casa comum implica em cuidar primeiramente uns dos outros numa atitude de respeito pela vida e pela dignidade de cada um(a) e de todos(as) simultaneamente. Este parece ser um princípio ancestral dos Povos Ameríndios: “Nós somos parte da terra, a terra é parte de nós”. Dessa forma, a consciência da convivência na interdependência é o princípio do respeito e do cuidado: “se nós cuidarmos da terra, a terra cuida de nós”. Elementos profundamente ecoteológicos (OLIVEIRA; SBARDELOTTI, 2022, p. 2010).

6.1. A PERSPECTIVA DO BEM VIVER

De modo objetivo, o *Nhandereko* é um projeto de convivência que os povos ameríndios denominam *Bem Viver* que se contrapõe ao entendimento do significado do progresso técnico e industrial desenvolvido na Amazônia pelos grandes empreendimentos empresariais. O progresso econômico vem provocando imensuráveis processos de degradação da natureza e da biosfera, que tem como referencial a mundialização do mercado econômico, sem regulação externa. Esse modelo cria pequenas ilhas de riquezas, mas também zonas crescentes de miséria, pobreza e exclusão social e econômica (OLIVEIRA, 2016).

A convivência com a Amazônia encontra-se na contramão do desenvolvimento da ciência, da técnica, da indústria e da economia a serviço da exploração desmedida dos recursos naturais, da concentração da riqueza e da produção crescente da fome e da miséria. Encontramos nesse

105 A canção em forma de ciranda está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bUluLZzj0Vk>. Acesso em 1º/05/2023.

paradigma um importante paradoxo entre o conceito de *progresso* para os povos indígenas e os demais povos tradicionais da Amazônia e o conceito de *progresso* para as elites econômicas. Enquanto para os primeiros, o *progresso* significa a garantia da sobrevivência em condições plenas e o alcance de uma convivência baseada numa relação de respeito e interdependência com a natureza, sem prejuízos para nenhuma das partes, para os outros, o *progresso* significa tão somente o avanço da economia, a dominação e o controle da exploração comercial dos recursos naturais. Para os povos indígenas, contudo, *progresso* significa *Bem Viver*; para a elite econômica, significa *viver bem*, ou seja, adquirir coisas, competir no mercado, ter poder de compra, possuir posses e propriedades.

Atualmente, na Amazônia, muitos são os focos de resistência aos projetos desenvolvimentistas pautados na exploração desmedida e na destruição dos recursos naturais, que, no entendimento dos Povos da Amazônia, seriam recursos de uso coletivo compartilhado, num modo de vida não capitalista adotado e assimilado milenarmente por esses povos. Nesse entendimento, o *Bem Viver* não significa ausência do *progresso* nem atraso proposital. Pelo contrário. Significa alternativa ao desenvolvimento baseado na lógica desenvolvimentista neoliberal ou neocolonial.

As alternativas à sociedade neoliberal, ao mercado e ao consumo exacerbado podem contar com as inovações tecnológicas de ponta, desde que estejam a serviço da vida com qualidade e dignidade para todos os seres vivos sobre a terra. Nesse sentido, o projeto *Nhandereko* de convivência com a Amazônia representa um conflito de paradigmas civilizatórios. Enquanto para o paradigma ocidental *civilizar* significa homogeneizar todos os povos e sociedades ao modelo de vida capitalista, para os povos ameríndios significa *Sumak kawsay*, de origem quéchua, que revela um paradigma civilizatório de equilíbrio com o ciclo da *Pachamama*, nossa Mãe Terra ou a Terra sem Males (OLIVEIRA, 2016).

O conceito do *Bem Viver* pensado na perspectiva da *Nhandereko* acena para um antigo preceito dos povos Afroameríndios antes

da chegada dos colonizadores. Evocava uma inter-relação de equilíbrio e interdependência entre os seres humanos e a natureza numa permanente atitude de responsabilidade, de cuidado e proteção da sociobiodiversidade, em função de uma *civilização* justa, solidária e sustentável.

De acordo com os preceitos do *Bem Viver*, ou destruímos a natureza e nos afundamos com ela, ou nos salvamos através de uma nova forma de relação, em que a vida dos seres humanos e de toda a natureza esteja em primeiro lugar. O que se conclui é que a intensa exploração da natureza vem acarretando diversas catástrofes naturais, não podendo mais esconder a estreita ligação entre estas e a destruição do meio ambiente pela ação humana¹⁰⁶. Percebe-se, com isso, que os problemas ambientais são sistêmicos, interligados. Sabe-se, porém, que não é possível *ecologizar* o capitalismo. Há muito Engels já alertava a sociedade para o risco da exploração sem limites da natureza, afirmando que “não devemos vangloriar-nos demais com as vitórias humanas sobre a natureza, pois cada uma destas vitórias, a natureza vingá-se às nossas custas”¹⁰⁷.

106 Como o que vem ocorrendo com a seca na Amazônia, afetando os rios, a fauna e a flora e resultando em fome e miséria para os povos de todo o território. Uma análise do problema da seca não apenas como um fenômeno natural pode ser observada na matéria de Werica Lima, intitulada “Como a ciência explica a seca histórica na Amazônia”, disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ciencia-explica-seca-historica/>.

107 ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (p. 452).

CONCLUSÕES

A realização deste mapeamento sobre os impactos do garimpo na Amazônia enfrentou diversos desafios, mas resultou em grandes aprendizados. Os achados apontam para grandes desafios que ainda permanecem em aberto: como superar o garimpo na Amazônia com alternativas que garantam vida e dignidade para as pessoas que ainda hoje se veem impelidas ou seduzidas pelas promessas do garimpo?

Outro achado importante é justamente o protagonismo da Igreja, que historicamente tem se posicionado firme e corajosamente contra o modelo econômico do neoextrativismo mineral praticado pela garimpagem ilegal. Todas as formas de mineração são prejudiciais aos povos da Amazônia, mas ainda pior é o garimpo ilegal com sua aliança com o crime organizado que produz o “narcogarimpeiro” ligado ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas.

Permanece em aberto o desafio do envolvimento político com o garimpo ilegal em todos os estados da Amazônia e nos países transfronteiriços. O garimpo ilegal tem produzido todo tipo de violência, de contaminação/destruição ambiental e de expulsão dos povos de seus territórios. E a classe política, quando não omissa, tem participado desse processo, garantindo seus lucros e formando uma grande aliança entre garimpo, crime organizado e o agronegócio. A única saída neste caso seria “reencantar a política” e investir em novas lideranças políticas que pudessem iniciar profundos processos de mudanças nos quadros políticos locais e regionais.

A Amazônia, com sua natureza exuberante e ao mesmo tempo frágil, é composta por uma grande diversidade de povos, que historicamente estabeleceram pactos de convivência com a Amazônia, suas florestas e rios, sem necessariamente provocar impactos destrutivos.

Os relatos dos cronistas das primeiras viagens de portugueses e espanhóis, que passaram ao longo dos rios Negro, Solimões, Madeira e Amazonas, nos séculos XVI e XVII, fazem inúmeras referências à abundância de alimentos que encontraram em todas as povoações ao longo dos rios principais e de seus afluentes, à alta densidade populacional de numerosas “nações” que habitavam a região.

A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial, que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes. Os colonizadores se estabeleceram na Amazônia com o projeto de extrativismo predatório perverso e desumano. Em poucos anos, centenas de grupos humanos foram exterminados pelos avaros colonizadores. O garimpo é a atividade mais antiga desse processo e que permanece até hoje.

A presença da Igreja junto aos Povos Indígenas e sua tomada de posição em defesa desses povos foi e continua sendo um grande

sinal profético de apoio, compromisso e vivência radical do Evangelho e de defesa desses povos ameaçados desde a colonização.

A participação da Igreja no processo colonizador, que teve nos jesuítas sua atuação mais marcante, vinculada à Coroa portuguesa pelo regime do padroado e movida pela missão de converter os povos indígenas ao cristianismo, em muitos momentos e realidades foi incapaz de perceber o valor das culturas e, portanto, o projeto histórico desses povos. Mesmo assim, muitos missionários foram perseguidos, presos e expulsos porque denunciaram a violência e a injustiça praticadas contra os povos indígenas.

Mais do que em outros tempos, a presença da Igreja junto aos povos Indígenas, somando-se em suas lutas e resistências, é fundamental e necessária para evitar a reprodução dos processos históricos de etnocídio e genocídios outrora e agora, amplamente praticados pelo garimpo ilegal e criminoso na região.

Neste breve mapeamento do impacto do garimpo na Amazônia, foi possível perceber o avanço capitalista sobre o território, sobretudo entre os anos de 2016 a 2022. Nesse período, instalaram-se na Amazônia diversos programas oficiais de devastação vinculados a políticos e empresas especializadas na exploração capitalista dos recursos naturais da região, dentre os quais se destacaram:

As madeireiras transnacionais, que já exauriram o potencial madeireiro em outras regiões do mundo, voltaram a atuar na Amazônia a partir de meados de 2016, sob o discurso da “exploração/devastação sustentável” ou sob o clichê do “reflorestamento”, ostentando a “certificação verde” de “autossustentabilidade” legitimada por programas de governos;

As mineradoras e companhias de petróleo conseguiram autorização e licenciamentos para a exploração mineral, inclusive em Terras Indígenas. A ação desses empreendimentos capitalistas provoca todo

tipo de destruição das florestas, contaminação dos rios e lagos, poluição do ar e deslocamentos de comunidades inteiras e representam “uma verdadeira violação da Casa Comum e uma afronta à Ecologia Integral” (*Laudato Si'*, 2015);

Permitiu-se o avanço do agronegócio e de modo especial da pecuária extensiva em áreas de floresta totalmente devastadas. Isso tem contribuído para a crise climática;

A autorização de construção de hidrelétricas com altos impactos sociais e ambientais para produção de energia que não abastece a região, frequentemente atingida por apagões ou refém das termoelétricas, que, além de representar a energia mais poluente do mundo, ainda é uma das mais caras para a população;

A classe política que tem se constituído na região é permissiva e, quando não, é aliada do garimpo ilegal, que cresceu mais 650% entre meados de 2016 e fins de 2022.

O enfrentamento a todas estas mazelas não tem sido fácil, especialmente porque uma importante parcela da sociedade compactua com esses modelos econômicos predatórios e excludentes. A atuação da Igreja em defesa da Ecologia Integral e seu posicionamento contrário à exploração dos recursos minerais de forma indiscriminada representa um grande sinal do seu compromisso com o Reino de Deus.

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) tem atuado de forma decisiva para articular as instituições locais e fortalecê-las para o enfrentamento aos projetos de morte decretados na região. Assim, a REPAM tem contribuído para fortalecer os processos de formação de importantes redes de resistência, conhecimento, reflexão e alianças entre todos os povos das águas, das florestas e das periferias das cidades da Amazônia na luta em defesa da Ecologia Integral. As articulações fortalecem as organizações locais e regionais como a Coica

(Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia), a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), o Fórum Social Pan-Amazônico, a cúpula dos povos rumo à COP30 (Trigésima Conferência das Partes), dentre outras iniciativas de organização social. A REPAM tem contribuído para que a Igreja assuma sua missão de apoiar e participar de forma ativa e efetiva dos processos de organização social, os quais têm no laicato a sua maior expressão e esperança de transformação das estruturas injustas que se estabeleceram na Amazônia.

Conclui-se que a Amazônia tem sido palco de exploração, mas é também palco de inúmeras lutas de resistência e afirmação, como aquela pela defesa dos lagos contra os peixeiros predadores; do extrativista que, na reserva, gesta um novo pensamento coletivo de viver em meio à abundante natureza; dos cientistas que, pacientemente, aprofundam conhecimentos sobre a realidade amazônica em parceria com os saberes locais e os devolvem à população em forma de políticas públicas e alternativas de sobrevivência. E há a teimosia diária dos povos indígenas em continuarem, dinamicamente, a viver do seu jeito.

Todas essas experiências revelam caminhos para a Ecologia Integral e, na sua grande maioria, a Igreja se faz presente através das lideranças das comunidades de base, das associações, cooperativas e sindicatos, da Cáritas, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e das pastorais e movimentos sociais comprometidos com a luta em defesa da Amazônia e dos seus povos.

De maneira especial, a CPT, o Movimento de Atingidos por Barragem – MAB, o Conselho Nacional de Seringueiros – CNS, o CIMI, o Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), são algumas das organizações sociais que têm apresentado resistências e alternativas ao garimpo ilegal na Amazônia e questionado os governos locais com relação aos danos ambientais e à crise climática intensifi-

cados por esse modelo econômico desumano e criminoso. Esta luta já custou a vida de muitas lideranças ambientais, dentre elas, a de Nilce de Souza Magalhães, militante do MAB, assassinada em janeiro de 2016 no lago da barragem da Usina Hidrelétrica Jirau, em Porto Velho.

A Ecologia integral é a “chave” para a superação do garimpo ilegal e de todas as formas de exploração neocolonialista da Amazônia. Nesse sentido, a REPAM tem apresentado importantes contribuições para fazer avançar um novo projeto de Igreja com rosto Amazônico à luz da *Laudato Si'*; uma Igreja conhecedora da realidade da Amazônia e comprometida com as causas ecológicas, orientadas para o Bem Viver.

A experiência do bem viver dos povos da Amazônia revela que é possível viver com pouco, com muito pouco mesmo. E viver com dignidade, com parcimônia, com partilha e solidariedade permanente. Por outro lado, é preciso reconhecer que esses povos dominam técnicas ancestrais de produção de alimentos, de pesca, de cultivo do solo e da diversidade das espécies. São portadores de conhecimentos de altíssimo valor humano, social, político e numa outra lógica de economia, baseada no paradigma do despojamento ou da providência divina, como aquela anunciada em Mateus 6,25: “Observem as aves do céu: não semeiam nem colhem nem armazenam em celeiros; contudo, o Pai celestial as alimenta. Não têm vocês muito mais valor do que elas?”.

Graças à insistência dos povos indígenas, camponeses e quilombolas da Amazônia, ainda podemos falar de sociobiodiversidade, de respeito às diferenças, de um modo de vida estreitamente relacionado com a floresta, com os rios, com a várzea e com o movimento das águas. Nesse outro modo de vida possível, as mulheres têm conquistado mais espaço e ampliado sua participação na luta pela terra e em defesa dos recursos das águas e das florestas. As pessoas idosas são respeitadas e reconhecidas por sua sabedoria e experiência de

vida. As crianças aprendem brincando, saltitando, participando dos trabalhos e ouvindo os mais velhos. Os jovens têm saído para conhecer o mundo, falar outras línguas, estudar novas ciências e, contudo, têm retornado para suas famílias e para a reafirmação de suas comunidades e suas identidades na casa comum. Essas e milhares de outras experiências demonstram que outro modo de vida, de organização social e política e outras economias são possíveis e necessários na atual conjuntura. Todas elas fazem oposição ao garimpo ilegal, que é o contrário de todos estes valores.

A *Laudato Si* aponta caminhos importantes para aquilo que o Papa Francisco chama de “comunhão universal”, acenando para a interligação entre tudo e todos na grande casa comum. No final do Parágrafo 90, Francisco afirma que “devemos, certamente, ter a preocupação de que os outros seres vivos não sejam tratados de forma irresponsável, mas deveriam indignar-nos sobretudo as enormes desigualdades que existem entre nós, porque continuamos a tolerar que alguns se considerem mais dignos do que outros”. Em outras palavras, Francisco argumenta que, para cuidar da casa comum, primeiramente temos que cuidar de nós mesmos. Enquanto permitirmos que permaneçam as desigualdades, as injustiças e a violação aos direitos humanos uns dos outros, não teremos condições de lutar e defender os outros seres a nós interligados. Por isso é tão necessário romper com o garimpo e seu modo de vida egoísta e devastador.

Nesse sentido, a possibilidade de educar para uma aliança entre o humano e o ambiente começa de cada um, cada uma de nós. De uma atitude pessoal e coletiva ao mesmo tempo. A aliança entre o humano e o ambiente só será possível quando tecermos alianças entre nós e, simultaneamente, entre todos os outros seres ao nosso redor e, ao mesmo tempo, superar o garimpo ilegal e todas as formas de exploração do trabalho e do corpo das pessoas e da natureza.

O posicionamento firme da igreja contra o garimpo ilegal foi percebido em todos os espaços onde foram realizadas as pesqui-

sas de campo. Tal posicionamento tem sido apresentado em atitudes muito concretas, que vão desde o acolhimento às pessoas em situação de tráfico ou exploração laboral até a construção coletiva de alternativas ao garimpo, numa clara posição de defesa da vida de todas as pessoas que, em algum momento, foram iludidas pelo garimpo e caíram nas armadilhas e nos encantos do “Eldorado”.

Por fim, o Instituto Conviva apresenta os seus mais sinceros agradecimentos pela oportunidade de somar e contribuir com esta pequena pesquisa, que apresenta algumas das características e desafios do modelo econômico baseado no garimpo ilegal, o qual já deveria ter sido totalmente superado no início do século passado na Amazônia.

O Conviva agradece a toda equipe de pesquisadores(as) e parceiros(as) da pesquisa de campo em todos os lugares onde foi possível levantar e conversar sobre a questão do garimpo na Amazônia. Somente o fato de trazer o tema para as rodas de conversa e para as oficinas pedagógicas já representa importante contribuição para o necessário debate deste tema, primeiro caminho para a sua superação definitiva.

O Instituto Conviva e a REPAM agradecem a todas as pessoas que participaram da pesquisa de forma direta ou indireta. Desde quem participou ativamente, compartilhando suas memórias e histórias de vida, até aqueles e aquelas que acolheram os(as) pesquisadores(as) e contribuíram para a realização das atividades de pesquisa.

Muitas contribuições não puderam ser sistematizadas neste mapeamento, mas seguramente poderão ser retomadas em outros estudos e oportunidades que se apresentarão para manter vivo este debate tão difícil e tão necessário na Amazônia.

Por fim, esclarece-se que alguns objetivos não foram alcançados por limitações da equipe ou infortúnios passados ao longo da pesquisa.

Assim, a realização da Cartografia Social (ALMEIDA, 2014) dos impactos do garimpo ilegal na Amazônia ficará para outras oportunidades. Da mesma forma, os temas que ficaram em aberto poderão ser retomados e aprofundados em outros estudos.

Assim, conclui-se que a luta contra o garimpo é uma luta de todas as pessoas que se posicionam contra todas as formas de destruição e morte. É a luta dos povos indígenas materializada na sabedoria do Xamã Davi Kopenawa Yanomami, a principal liderança indígena da Amazônia, que costuma repetir um preceito antigo dos povos indígenas: “Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come”. É Davi Kopenawa Yanomami que seguidamente também nos alerta que “os garimpeiros, o ‘povo da mercado-ria’ precisa dizer sim a outras formas de existência”.

Nossa luta continua, porque “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (Papa Francisco, *Laudato Si'*, 2015, n. 49).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da 'proteção' ao 'protecionismo'**. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. pp. [350]-369.

ALVES, Schirlei; SEMENTE, Marcella. **Roraima lidera ranking de taxa de fecundidade entre meninas de 10 a 14 anos**. Boa Vista, Revista Gênero e Número. Matéria publicada em 23/05/2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/roraima-fecundidade-meninas/>.

ANDRADE, Pedro Gustavo Gomes; JULIÃO, Janaína Aparecida. **Atuação das instituições de justiça brasileiras no enfrentamento ao garimpo ilegal na Amazônia**. Boa Vista: Anais do VI Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras (VI SISF) e I Seminário Amazônico de Ações Afirmativas (I SAF), 2024.

ANTUNES, Jeferson et al. **Diagnóstico rápido participativo como método de pesquisa em educação**. Campinas; Sorocaba, SP: Revista Avaliação, v. 23, n. 03, pp. 590-610, nov. 2018.

FIÚZA, Ana Louise Carvalho; COELHO, Yolanda Carla Lima; PINTO, Neide Maria de Almeida. **Família e relações de gênero no garimpo: um estudo de caso em Capoeirana, Nova Era, MG**. Anais do XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, o VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica e o I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica. Fortaleza, 14 a 19 de setembro de 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GACEZ, Camila. **Denúncia: dragas de garimpo mais uma vez estão operando no Rio Madeira, no Amazonas.** Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/denuncia-dragas-de-garimpo-mais-uma=-vez-estao-operando-no-rio-madeira-no-amazonas/#:~:text=O%20Rio%20Madeira%20j%C3%A1%20foi,ouro%20no%20leito%20do%20rio>.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. **Decolonizar é preciso: O desafio de um pensamento outro.** Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2024.

MARX, K. **O Capital** – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira.** São Paulo: Boitempo, 2017.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SOUZA, Carla Monteiro de. **Roraima no contexto das migrações: impressões da (re)configuração espacial entre 1980 a 1991.** Anais do XXVII Simpósio Nacional de História 22 a 26 de julho de 2013, UFRN, Natal – RN.

OLIVEIRA, Márcia Maria de & COSTA, Willas Dias da. **Feminización de la migración, tráfico y trata de mujeres en la Amazonía.** En L. Albor-Chadid, M. L. Pimentel Cotinguiba, D. C. Fernández-Matos y G. Castro Cotinguiba (Comp). Reflexiones sobre las migraciones en América Latina (pp. 91-136). Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea.** São Carlos: Editora Scienza, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. **Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; SARMENTO, Gilmara; VALERIO, Joel. **Perfil Migratório Venezuelano e Demandas por Políticas Públicas em Boa Vista**. In. OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. (orgs.). *Interfaces da mobilidade humana na fronteira Amazônica*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. pp. 59-92.

PAPA FRANCISCO. **Querida Amazônia: Exortação Apostólica Pós-Sinodal ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade**. São Paulo: Paulus, 2020.

PAPA FRANCISCO. **Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral – Documento Final da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica**. Documentos da Igreja 58. Brasília: Edições CNBB, 2019.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si’. Sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

PAPA FRANCISCO. **Laudate Deum – Exortação Apostólica do Santo Padre Francisco sobre a crise climática**. São Paulo: Paulinas, 2023.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Alan Robson Alexandrino. **Insustentabilidade da exploração de ouro no Rio Uraricoera, Terra Indígena Yanomami**. Boa Vista: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, 2020.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil**. Manaus: EDUA, 2017.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Nacionalidade no Pensamento Social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. Manaus: EDUA, 2014.

ROMERO, Victor Martins dos Santos. **O sistema de aviamento na economia da borracha no Brasil: superexploração do trabalho nos seringais e o surgimento de uma elite urbana na Amazônia**. Rev. Sociologias Plurais, v. 9, n. 2, pp. 274-292, jul. 2023.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva; RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Entre a emergência e os limites do acolhimento: atores, protagonismos e contradições**. In: OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos, (Orgs.). Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica v. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SILVA, Francisco dos Santos. **Garimpos em Roraima: entre sonhos e tragédias**. Boa Vista: Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal de Roraima, 2024.

TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Tráfico de Mulheres na Amazônia**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

VALERIO, Joel. **Contexto migratório e feminização das migrações em Roraima**. Boa Vista: Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, 2021.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **"Desejáveis" e "Indesejáveis": diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas**. São Carlos: Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, 2021.

REPAM
REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA
BRASIL

INSTITUTO CONVIVA